



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciência e Tecnologia

Faculdade de Engenharia

José Rogério da Conceição Ramos


**Avaliações Técnico-operacionais em Estações de Tratamento de
Água dos Municípios das Regiões Leste e dos Lagos do Estado do
Rio de Janeiro, com Propostas de Melhorias para Futura
Implantação de Sistema de Gestão Ambiental Baseado nas Normas
ISO 14.000**

Rio de Janeiro

2008

José Rogério da Conceição Ramos

Avaliações Técnico-operacionais em Estações de Tratamento de Água dos Municípios das Regiões Leste e dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, com Propostas de Melhorias para Futura Implantação de Sistema de Gestão Ambiental Baseado nas Normas ISO 14.000



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Orientador: Prof^o Dr. Odir Clécio da Cruz Roque

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CTC/C

R 175

Ramos, José Rogério da Conceição

Avaliações técnico-operacionais em estações de tratamento de água dos municípios das regiões leste e dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, com propostas de melhorias para futura implantação de sistema de gestão ambiental baseado nas normas ISO 14.000. / José Rogério da Conceição Ramos. – 2008.

204 f.: il.

Orientador: Odir Clécio da Cruz Roque

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Engenharia.

Bibliografia: f.196-204

1. Gestão ambiental – Teses. 2. Água – Qualidade – Normas – Teses.
3. ISO 14.000 – Teses I. Roque, Odir Clécio da Cruz. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Engenharia. II. Título.

CDU 504.06

Autorizo apenas para fins acadêmicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

José Rogério da Conceição Ramos

Avaliações técnico-operacionais em Estações de Tratamento de Água dos municípios das regiões leste e dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, com propostas de melhorias para futura implantação de sistema de gestão ambiental baseado nas normas ISO 14.000.

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Saneamento Ambiental - Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Aprovada em 19 de março de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Odir Clécio da Cruz Roque.
Faculdade de Engenharia da UERJ

Prof. Dr. Ubirajara Aluízio de Oliveira Mattos.
Faculdade de Engenharia da UERJ

Prof.^a Dr.^a Maria Georgina Muniz Washington.
Faculdade de Engenharia da UERJ

Prof. Dr. Marcelo Bessa de Freitas.
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da FIOCRUZ

Rio de Janeiro
2008

AGRADECIMENTOS

A Deus por atender meus pedidos e não me deixar esmorecer nos momentos mais difíceis.

À minha família pela base estrutural de ensinamento (amor, carinho, educação, retidão moral, respeito ao próximo e outros), importante na minha formação.

À minha esposa Renata, pela paciência e compreensão pela minha ausência e por estar sempre ao meu lado nos meus momentos mais críticos desta jornada.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo e união de todos, estarão sempre em minha memória.

Aos meus colegas de trabalho, pelas informações fornecidas, tornando viável o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do PEAMB/UERJ pela competência na passagem de suas experiências profissionais e dos profundos conhecimentos das matérias ministradas.

Ao meu orientador, Professor Odir, pelas observações que foram fundamentais na formatação deste trabalho.

RESUMO

RAMOS, José Rogério da Conceição. *Avaliações técnico-operacionais em estações de tratamento de água dos municípios das regiões leste e dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, com propostas de melhorias para futura implantação de sistema de gestão ambiental baseado nas normas ISO 14.000*. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Na gestão de recursos hídricos, as questões relacionadas aos impactos ambientais causados pelas Estações de Tratamento de Água não podem ser negligenciadas, devendo ser avaliadas em todos seus aspectos. Neste trabalho foram avaliadas as condições técnicas-operacionais e a gestão de seis Estações de Tratamento de Água de pequeno porte situadas nas regiões leste e dos lagos do estado do Rio de Janeiro. Os resultados apresentam dados de produção de água tratada, perdas de água contabilizadas com lavagem de filtros e descargas de decantadores e as não contabilizadas, gastos de energia e produtos químicos, produção de resíduos e seu destino final, bem como levantamento da capacitação do pessoal de operação, comparados com valores de literatura para ETAs consideradas eficientes. A partir da discussão dos resultados concluiu-se que há necessidade de correções de operação e manutenção das ETAs e monitoramento da qualidade das águas bruta e tratada, recomendando-se que a empresa de saneamento, efetivamente, implante melhorias para uma posterior implantação, em cada unidade, de um sistema de gestão ambiental, baseado nas normas ISO 14.000.

Palavras chaves: Gestão de Recursos Hídricos; Estação de Tratamento de Água; Sistema de Gestão Ambiental; Normas ISO 14.000.

ABSTRACT

In Water Resources Management the questions related with environmental impact caused by Water Treatment Plants (WTPs) cannot be neglected, and they must be evaluated in every aspect. In this work it was evaluated the technical and operational conditions and the management of six small Water Treatment Plants located on the regions East and the Lakes of the State of Rio de Janeiro. The result presents data on treated water production, entered water losses caused by filter cleaning and decantors discharges, and not-entered losses, energy and chemical products expenses, residual production and its final destination, also the survey of operational staff capacitation compared to the literature values to the considered efficient WTPs. From the discussion of the results we conclude that corrections on the operation and maintenance of the WTPs are necessary, and a management of the raw and treated water quality, also we recommend to the sanitation service company to improve effectively in a future implantation a system of ambient management in each unit, based on ISO 14.000.

Keywords: Water Resources Management, Water Treatment Plants, Environmental Management System, Norms ISO 14.000.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - 12 Regiões Hidrográficas e as 56 subdivisões - PNRH -----	23
Figura 2.2 - Captação de bacia e sub-bacias e seus exutórios -----	25
Figura 2.3 - Aumento demográfico em bacia hidrográfica -----	26
Figura 2.4 - Problemas da urbanização sem planejamento -----	27
Figura 2.5 - A gestão de recursos hídricos do Brasil -----	38
Figura 2.6 - Tecnologias de tratamento de água -----	60
Figura 2.7 - ETA de ciclo completo -----	62
Figura 2.8 - Decantação em uma ETA -----	64
Figura 2.9 - Filtro lento -----	67
Figura 2.10 - Lavagem de um filtro lento -----	68
Figura 2.11 - Filtro rápido em carga -----	69
Figura 2.12 - Sistema de cloração com cilindros de 45 Kg. -----	73
Figura 2.13 - Início e final da lavagem de um filtro. -----	77
Figura 2.14 - Início e final da lavagem de um filtro. -----	77
Figura 2.15 - Decantador fora de carga. -----	78
Figura 2.16 - Decantador sendo esvaziado para lavagem -----	78
Figura 2.17 - Visão necessária de um gerente de ETA -----	82
Figura 6.1 - Captação no Rio Bacaxá -----	120
Figura 6.2 - Captação no Rio Bacaxá -----	120
Figura 6.3 - Captação na Serra do Sambê -----	121
Figura 6.4 - Vista geral da ETA 1 -----	122
Figura 6.5 - Captação no Rio Casseribu -----	131
Figura 6.6 - Vista do Prédio da ETA 2 -----	131
Figura 6.7 - Captação no canal Imunana -----	139
Figura 6.8 - Vista do Prédio da ETA 3 -----	139
Figura 6.9 - Vista da ETA 4 -----	147
Figura 6.10 - Elevatória de água tratada (quatro conjuntos grandes e dois pequenos) ----	153
Figura 6.11 - Dois conjuntos menores -----	153
Figura 6.12 - Vista do prédio da ETA 5 -----	154
Figura 6.13 - Filtro sendo lavado -----	157
Figura 6.14 - Descargas de um decantador -----	157
Figura 6.15 - Captação Rio Ubatiba -----	163

Figura 6.16 - Vista da ETA 6 -----	163
Figura 6.17 - Lavagem do tanque de sulfato -----	175
Figura 6.18 - Resíduos da lavagem -----	175
Figura 6.19 - Perda não contabilizada -----	176
Figura 6.20 - Perda não contabilizada -----	176
Figura 6.21 - Perda não contabilizada -----	176
Figura 6.22 - Perda não contabilizada -----	176
Figura 6.23 - Armazenamento de Cal -----	179
Figura 6.24 - Armazenamento de Sulfato -----	179
Figura 6.25 - Sacos de plásticos de sulfato de alumínio vazios -----	181
Figura 6.26 - Sacos de plásticos de sulfato de alumínio vazios -----	182
Figura 6.27 - Laboratório de uma ETA, sem todos os equipamentos necessários -----	185
Figura 6.28 - Laboratório da ETA 1 com os equipamentos básicos -----	186
Figura 6.29 - Fluxograma simplificado da gerência das ETAs -----	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1 - A quantificação das perdas físicas da ETA 1 -----	124
Gráfico 6.2 - Produtos químicos consumidos na ETA 1 -----	125
Gráfico 6.3 - Parâmetros físico-químicos da água bruta afluyente a ETA 1 -----	127
Gráfico 6.4 - Dados da Energia Elétrica consumida e o seu custo na ETA 1 -----	129
Gráfico 6.5 - A quantificação das perdas físicas da ETA 2 -----	133
Gráfico 6.6 - Os produtos químicos consumidos na ETA 2 -----	134
Gráfico 6.7 - Valores médios diários do pH da água bruta afluyente a ETA 2 -----	135
Gráfico 6.8 - Consumo e custo da energia Elétrica da ETA 2 -----	137
Gráfico 6.9 - Quantificação das perdas físicas na ETA 3 -----	141
Gráfico 6.10 - Consumo de produtos químicos na ETA 3 -----	142
Gráfico 6.11 - Parâmetros físico-químicos da água bruta afluyente a ETA 3 -----	144
Gráfico 6.12 - Consumo e custo da energia elétrica na ETA3 -----	145
Gráfico 6.13 - As perdas físicas na ETA 4 -----	149
Gráfico 6.14 - Os produtos químicos consumidos na ETA 4 -----	150
Gráfico 6.15 - Consumo e custo da energia na ETA 4 -----	152
Gráfico 6.16 - As perdas físicas na ETA 5 -----	156
Gráfico 6.17 - Produtos químicos consumidos na ETA 5 -----	158
Gráfico 6.18 - Consumo e custo da energia elétrica na ETA 5 -----	160
Gráfico 6.19 - As perdas físicas na ETA 6 -----	165
Gráfico 6.20 - Produtos químicos consumidos na ETA 6 -----	166
Gráfico 6.21 - Parâmetro Físico-Químico da água bruta na ETA 6 -----	167
Gráfico 6.22 - Consumo e custo da energia elétrica na ETA 6 -----	169
Gráfico 6.23 - Perdas físicas nas ETAs -----	174
Gráfico 6.24 - Consumos dos Produtos químicos nas ETAs -----	177
Gráfico 6.25 - Consumo e custos mensais de energia elétrica nas ETAs -----	183
Gráfico 6.26 - Escolaridade dos Operadores das ETAs -----	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Série ISO 14000 – Gestão Ambiental – Comitê ISO/TC207 -----	101
Quadro 4.1 - Mapa de Produtividade de uma Estação de Tratamento de Água -----	109
Quadro 6.1 - Produtividade da ETA 1, referente ao ano de 2006 -----	123
Quadro 6.2 - Produtividade da ETA 2, referente ao ano de 2006 -----	132
Quadro 6.3 - Produtividade da ETA 3, referente ao ano de 2006 -----	140
Quadro 6.4 - Produtividade da ETA 4, referente ao ano de 2006 -----	148
Quadro 6.5 - Produtividade da ETA 5, referente ao ano de 2006 -----	155
Quadro 6.6 - Produtividade da ETA 6, referente ao ano de 2006 -----	164
Quadro 6.7 - Soma dos mapas de Produtividade das seis ETAs de pequeno porte, referente ao ano de 2006 -----	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Usos múltiplos segundo as classes e as formas dos usos da água -----	30
Tabela 3.2 - Padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano -----	44
Tabela 3.3 - Padrão de turbidez para água pós-filtração ou pré-desinfecção -----	44
Tabela 3.4 - Principais doenças de veiculação hídrica -----	57
Tabela 3.5 - Coagulantes primários e faixas de pH em que são utilizados -----	63
Tabela 3.6 - Limites recomendados de íon fluoreto -----	70
Tabela 3.7 - Vantagens e desvantagens dos desinfetantes (oxidantes) usados na água -----	71
Tabela 3.8 - Compostos e Produtos a base de Cloro para Desinfecção da Água -----	74
Tabela 3.9 - Subgrupo tarifário para a maioria das instalações do setor de saneamento -----	90
Tabela 3.10 - Subgrupo tarifário para a maioria das instalações do setor de saneamento ---	91
Tabela 3.11 - Normas NBR relacionadas ao controle de qualidade dos produtos químicos --	94
Tabela 6.1 - Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 1. Valores médios diários --	126
Tabela 6.2 - Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 2. Valores médios diários --	134
Tabela 6.3 - Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 2. Valores médios diários --	143
Tabela 6.4 - Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 4. Valores médios diários --	151
Tabela 6.5 - Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 5. Valores médios diários --	158
Tabela 6.6 - Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 6. Valores médios diários --	167
Tabela 6.7 - Dosagens dos produtos químicos gastos nas ETAs. Valores médios diários --	178
Tabela 6.8 - Resíduos gerados com o uso do Sulfato de Alumínio Sólido nas ETAs -----	180
Tabela 6.9 - Resíduos gerados com o uso da Cal Hidratada nas ETAs -----	181
Tabela 6.10 - Resíduos gerados nas ETAs durante o tratamento da água -----	182

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AWWA	American Works Water Association
BS	British Standards
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CECA	Comissão Estadual de Controle da Água
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CERHI	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETA	Estação de Tratamento de Água
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FUNDRHI	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IQA	Índice de Qualidade das Águas
ISO	International Organization for Standardization
kVA	Quilo-volt-ampére
kVArh	Quilowatt-ampére-reativo-hora
kW	Quilowatts
kWh	Quilowatt-hora
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NBR	Norma Brasileira Regulamentada
NEPA	National Policy Environmental American
NR	Norma Regulamentadora
OHSAS	Organization Health and Safety Assessment Series
ONG	Organização Não-Governamental

PCMSO	Programa de Controle Médio de Saúde Ocupacional
PDCA	Plan-Do-Check-Action
PNCDA	Programa Nacional de Desperdício de Água
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PROCON	Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos
RIMA	Relatório de Impactos ao Meio Ambiente
SABESP	Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERLA	Fundação Estadual de Rios e Lagos
SESI	Serviço Social da Indústria
SESMT	Serviço Especializado em Segurança e Medicina
SGAI	Sistema de Gestão Ambiental Integrado
SGI	Sistema de Gestão Integrado
SLAP	Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras
SMS	Saúde, Meio Ambiente e Segurança
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
STD	Sólidos Totais Decantáveis
WRC	Water Research Center

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CONTEXUALIZAÇÃO DO TEMA	20
1.1. Caracterização do Problema	20
1.2. Objetivo	21
1.2.1. <u>Objetivos Específicos</u>	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1. A Gestão dos Recursos Hídricos	22
2.1.1. <u>A Conceituação de Bacia Hidrográfica</u>	24
2.1.2. <u>A Importância da Água na Sociedade</u>	28
2.1.3. <u>As Legislações Acerca dos Usos das Águas no Brasil</u>	31
2.1.4. <u>A Legislação e a Qualidade da Água para Consumo Humano</u>	39
2.1.5. <u>A Gestão dos Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro</u>	45
2.2. As Características Físicas, Químicas e Bacteriológicas da Água	47
2.2.1. <u>Características Físicas da Água</u>	48
2.2.2. <u>Características Químicas da Água</u>	51
2.2.3. <u>Características Bacteriológicas da Água</u>	55
2.3. Tratamento de Água para Consumo Humano	57
2.3.1. <u>O Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano</u>	58
2.3.2. <u>As Tecnologias de Tratamento de Água</u>	59
2.3.3. <u>Os Procedimentos Operacionais em uma ETA</u>	75
2.4. A Gestão de uma ETA de Ciclo Completo	80
2.4.1. <u>A Gestão dos Recursos Humanos</u>	83
2.4.2. <u>As Perdas Físicas e os Resíduos Gerados em uma ETA de Ciclo Completo</u>	85
2.4.3. <u>A Gestão da Energia Elétrica</u>	87
2.4.4. <u>O Gerenciamento dos Produtos Químicos</u>	93
3. OS SISTEMAS DE GESTÃO	98
3.1. O Sistema de Gestão Ambiental	98
3.1.1. <u>As Normas da Série ISO 14000</u>	100
3.1.2. <u>A série ISO 14000 como ferramenta na diminuição dos impactos ambientais</u>	102
3.1.3. <u>O Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma ISO 14001</u>	103
3.2. O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001)	104

3.3.	Os Sistemas de Gestão Integrada	107
4.	METODOLOGIA	109
5.	LEVANTAMENTO DE DADOS	110
5.1.	Apresentação das ETAs	110
6.	AVALIAÇÕES DOS DADOS OPERACIONAIS	116
6.1.	Avaliações dos dados operacionais das ETAs	117
6.1.1.	<u>Quantificação dos Sólidos Produzidos</u>	117
6.1.2.	<u>Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 1</u>	120
6.1.3.	<u>Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 2</u>	131
6.1.4.	<u>Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 3</u>	139
6.1.5.	<u>Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 4</u>	147
6.1.6.	<u>Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 5</u>	154
6.1.7.	<u>Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 6</u>	162
6.2.	Os dados operacionais das seis ETAs	171
6.2.1.	<u>Perdas Físicas nas ETAs</u>	173
6.2.2.	<u>Produtos Químicos Consumidos nas ETAs</u>	177
6.2.3.	<u>Geração de Resíduos nas ETAs</u>	180
6.2.4.	<u>Consumos e Custos mensais da Energia Elétrica nas ETAs</u>	183
6.2.5.	<u>Equipamentos nas ETAs</u>	184
6.2.6.	<u>Recursos Humanos nas ETAs</u>	186
7.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	189
7.1.	Conclusões	189
7.2.	Recomendações	192
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196

INTRODUÇÃO

Com a Revolução Industrial e o conseqüente aumento na diversidade dos processos produtivos e com todos eles demandando consideráveis quantidades de água, inicia-se o uso indiscriminado dos recursos hídricos, tanto como provedores de água limpa, como receptores (rios, lagos e mares) de rejeitos industriais, acrescido dos esgotos domésticos sem o devido tratamento. Em pleno século XXI esta situação ainda perdura em muitas regiões do nosso planeta, provocando a degradação dos recursos hídricos e disseminando, principalmente nas populações mais pobres, várias doenças e mortes relacionadas ao uso da água inadequada para o consumo (Júnior, 2001).

De acordo com Tundisi (2003), considerando a totalidade da água doce existente no nosso planeta, 68,9% estão dispostos nas calotas polares e geleiras, 29,9% compõe a quantidade de água doce subterrânea, 0,9% está disposta em outros tipos de reservatórios e somente 0,3% pode ser encontrada nos rios e lagos, sendo esta última quantidade a que apresenta as melhores condições de acesso para a captação desta água.

No século XX a população mundial triplicou e o consumo de água aumentou em seis vezes neste mesmo período, pois o crescimento populacional trouxe mais fábricas, mais desperdícios e no topo do consumo de água doce, está a atividade agrícola de larga escala, que corresponde a cerca de 70% de toda água doce consumida no planeta (Júnior, 2001).

Atualmente no Brasil, cerca de 75% dos seus habitantes estão concentrados nas regiões onde ocorreram processos de urbanizações, sendo este um importante fator preponderante para que as bacias hidrográficas dos grandes centros urbanos tenham rápido comprometimento na qualidade e por conseguinte, na qualidade de seus recursos hídricos, fazendo com que a disponibilidade de água de boa qualidade seja cada vez mais escassa (Reali, 1999).

Com o crescimento demográfico desordenado nas cidades brasileiras, principalmente nas regiões metropolitanas, a demanda por água tratada é cada vez maior, fazendo com que novas Estações de Tratamento de Água (ETAs) surjam sem o devido planejamento que vislumbre uma solução definitiva em curto prazo para a adequada disposição de seus resíduos.

Segundo Cordeiro (2003), mesmo apresentando formas diversas de manutenção e operação nas muitas unidades espalhadas pelo Brasil, as ETAs devem ser consideradas como unidades industriais.

Estas unidades são integrantes e fundamentais em um sistema de abastecimento de água para consumo humano, tendo como objetivo principal a transformação da água bruta em água potável de acordo com legislação vigente no país, a Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde. A água tratada tem papel fundamental para a saúde pública, pois seus benefícios sociais e promoção da saúde são impactantes benéficamente em qualquer comunidade (Heller, 1997).

Como toda unidade industrial de transformação, uma Estação de Tratamento de Água (ETA) é composta de vários processos e também pode produzir impactos ambientais negativos em suas atividades, sendo a produção de resíduos (lodo dos decantadores, águas provenientes das lavagens dos filtros e os resíduos da casa de química), o principal problema para os gerentes deste tipo de unidade, uma vez que a água bruta, matéria prima do processo, ao ser tratada, recebe produtos químicos como sulfato de alumínio, cloreto férrico, sulfato ferroso, polieletrólito, cal, cloro ou seus derivados, flúor entre outros que depende da qualidade da água gerando produtos complexos sob a forma sólida, semi-sólida ou líquida que necessitam ser encaminhadas ao meio ambiente sem gerarem impactos.

O gerente de uma ETA, como de qualquer unidade industrial, deve ter a visão geral de quais benefícios esta unidade é capaz de gerar para a comunidade em seu entorno e, como concomitantemente, é capaz de causar impactos ambientais negativos importantes, atingindo uma comunidade que supostamente foi beneficiada pelo projeto, principalmente com relação aos recursos hídricos quando afetados.

O conhecimento da qualidade da água bruta a ser tratada é fundamental, pois a gestão e a operação de uma ETA estão diretamente ligadas a este fator, podendo ser determinante nas dosagens dos produtos químicos e nas quantidades e qualidade de lodos gerados nos decantadores e das águas provenientes das lavagens dos filtros.

O gerente de uma ETA tem que manter a atenção constante quanto ao que acontece a montante e a jusante de sua unidade, sem esquecer que este tipo de unidade industrial tem que produzir um produto (água potável) em quantidade suficiente que atenda a demanda exigida, com excelente qualidade; atendendo aos parâmetros legais, ao menor custo possível, pois sendo essencial à vida, tem que ser acessível a todas as pessoas.

A visão ampla de um gerente de ETA deve ser fruto de atualização técnica, assim como dos profissionais que atuam sob seu comando, pois tendo conhecimento de toda a situação fica mais fácil para que haja o comprometimento do gestor na otimização do processo, procurando formas de reduzir o consumo de produtos químicos, buscando os de

melhor qualidade e procedência, da redução do consumo de energia elétrica, nas mais diversas formas e, prioritariamente, da conscientização dos operadores quanto a importância da minoração dos impactos ambientais, considerando ações que busquem a redução da produção de resíduos e a melhora na qualidade do produto final.

Segundo Parsekian (1998) não existe uma visão ampla na análise dos problemas relacionados ao tratamento de água por parte dos gerentes, fazendo com haja uma fragmentação das soluções e com isso, os problemas advindos dos processos e das operações existentes em uma ETA não recebem soluções adequadas. Muitas vezes a dificuldade de se visualizar adequadamente um problema em uma ETA pode acarretar em aumento dos custos financeiros, pois se fará necessário uma nova avaliação para que se chegue a uma resolução que seja adequada.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

1.1. Caracterização do Problema e a Apresentação das ETAs Estudadas

As ETAs em estudo são seis e foram concebidas como alternativas provisórias para suprir o abastecimento dos municípios de Rio Bonito (ETA 1), Tanguá (ETA 2), Itaboraí (ETAs 3, 4 e 5) e Maricá (ETA 6), no estado do Rio de Janeiro.

Com o passar do tempo essas unidades de tratamento tornaram-se fundamentais para o abastecimento público dos municípios em que estão localizadas, observando que o volume de água distribuída atualmente não consegue suprir a atual demanda por água potável e que a cada ano cresce rapidamente.

Segundo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) (1985), através de seu Plano Diretor de Abastecimento de Água para a Região Metropolitana, os municípios de Maricá e Itaboraí (antes de sua emancipação, o município de Tanguá era 5º distrito de Itaboraí e tinha outra solução para seu abastecimento), seriam abastecidos com água proveniente do sistema Imunana-Laranjal, onde o abastecimento do município de Maricá ficaria condicionado à construção de uma ETA de ciclo completo (coagulação, floculação, decantação/flotação, desinfecção, fluoretação e alcalinização), com vazão de 180 m³/h e o restante da demanda seria suprida pela água proveniente da ETA Laranjal, resultado da ampliação da sua capacidade de tratamento decorrente da construção das barragens que viriam possibilitar a regularização da vazão do rio Macacu.

Quanto ao município de Itaboraí, este deveria ser abastecido pela ETA Itambi (não construída), mas é suprido, de forma não satisfatória, por três ETAs, que totalizam uma vazão média de água distribuída de, aproximadamente, 21.600 m³/dia, para uma população de pouco mais de 187.000 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000.

Este cenário configura uma oferta de água de pouco mais de 115 l/hab./dia, caracterizando um estresse hídrico, onde a população mais vulnerável economicamente é atendida de forma precária pelo sistema de abastecimento público tendo que recorrer às alternativas de abastecimento que favorece a ocorrência de várias doenças de veiculação hídrica.

As ETAs no Brasil, em sua maioria, carecem de uma melhor avaliação na quantificação dos impactos ambientais gerados na transformação da água bruta em potável e na busca de uma melhoria na forma de gerenciá-las em que sejam consideradas as pressões externas, visto que são cada vez maiores quanto às questões relacionadas aos impactos ambientais.

1.2. Objetivo

Este trabalho tem por objetivo avaliar as questões técnico-operacionais, propondo medidas de melhorias de funcionamento para uma futura implantação de sistemas de gestões ambientais baseados nas normas ISO 14.000 (International Organization for Standardization), em seis ETAs de pequeno porte, situadas nas regiões leste e dos lagos, no estado do Rio de Janeiro.

1.2.1. Objetivos Específicos

Têm-se como objetivos específicos:

- Verificar os processos de funcionamento das seis ETAs;
- Avaliar o processo de gestão de ETAs de pequeno porte de ciclo completo;
- Quantificar os resíduos produzidos no tratamento de água nas seis ETAs;
- Apontar os pontos de contribuição para futura implantação de um sistema de gestão ambiental em ETAs;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil

A legislação acerca dos recursos hídricos no Brasil teve como destaque no final da década de 90 a Lei 9.433/97 (Lei das Águas), mas o histórico legislativo visando a gestão pública das águas a nível nacional vem de longa data.

A Constituição do Império, de 1824, foi um divisor de duas diferentes fases (anterior e posterior a mesma) na gestão dos recursos hídricos no Brasil, onde na primeira fase destaca-se o Alvará de 1804, aplicado ao país em 1819, que pela sua importância vigorou até a implantação do Código de Águas, em 1934, mesmo tendo sido promulgada a Constituição de 1934 (Pompeu, 2004).

Mesmo sendo de longa data a tentativa governamental de legislar sobre a gestão sustentável dos recursos hídricos, durante boa parte do século XX, devido aos interesses econômicos, a água foi usada para a geração de energia, priorizando-se a construção de usinas hidroelétricas, pois se acreditava que sendo o Brasil detentor de cerca de 12% de toda a água doce disponível este recurso seria inesgotável (Henkes, 2003).

Atualmente, por força da Lei 9.433/97 a esfera governamental através da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), adotando duas vertentes integradas e interdependentes, uma nacional e outra regional, onde são considerados todos os tópicos e questões que apresentem visões estratégicas e se encaixem na vertente a nível nacional, sendo na vertente regional as questões analisadas exclusivamente, regionais e locais, considerando, conforme mostra a Figura 2.1, as doze Regiões Hidrográficas brasileiras, que estão subdivididas em 56 Unidades de Planejamento, criadas, temporariamente, com o objetivo de se obter informações, relacionadas à quantidade e a qualidade dos recursos hídricos (MMA, 2006).

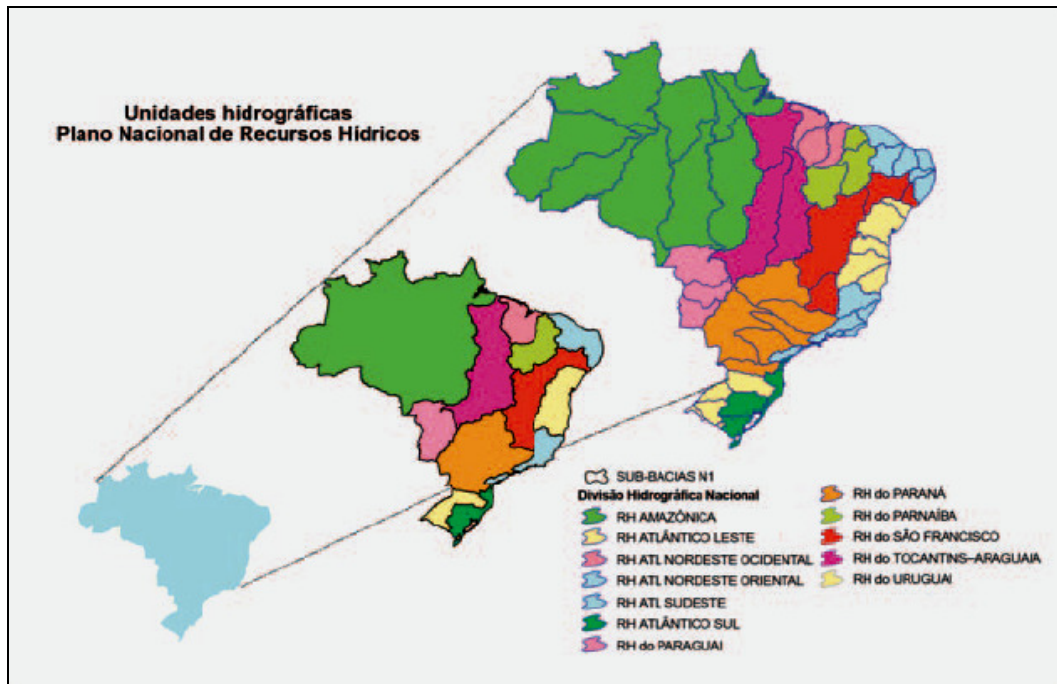


Figura 2.1 – 12 Regiões Hidrográficas e as 56 subdivisões. Fonte: MMA (2006).

A gestão dos recursos hídricos no Brasil passa, obrigatoriamente, pelo PNRH, que segundo o MMA (2006), tem como objetivo o estabelecimento de um pacto nacional onde a gestão das demandas por água é realizada através de uma dinâmica contínua, que se subsidia com o monitoramento, a avaliação e periódicas atualizações, observando ser a água a base estrutural para que haja o desenvolvimento sustentável, onde se priorize a inclusão social nos projetos de políticas públicas, considerando a quantidade e a qualidade da mesma.

A qualidade da água é um fator de grande importância a ser observado quando se fala em gestão de recursos hídricos, mas no Brasil não se está priorizando este tópico, visto que existem diversas bacias hidrográficas com informações insuficientes ou inexistentes acerca da qualidade de suas águas (ANA, 2006).

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA) (2006), existem seis importantes bacias hidrográficas localizadas nas principais regiões metropolitanas, que apresentam suas águas incluídas na categoria ruim e péssima, considerando os parâmetros do Índice de Qualidade das Águas (IQA), sendo elas as seguintes:

- Região Hidrográfica do Paraná – bacias do Alto Iguaçu (Curitiba), Alto Tietê (São Paulo), Piracicaba (Campinas/SP), Meia Ponte (Goiânia), Rio Preto (São José do Rio Preto);

- **Região Hidrográfica do São Francisco** – bacia do rio das Velhas, Pará e Paraopeba (Belo Horizonte);

- **Região Hidrográfica Atlântico Leste** – bacia dos rios Joanes e Ipitanga (Salvador);

- **Região Hidrográfica Atlântico Sul** – bacia dos rios dos Sinos e Gravataí (Porto Alegre);

- **Região Hidrográfica Atlântico Sudeste** – bacia do rio Paraíba do Sul (Juiz de Fora), bacia do rio Jucu (Vitória);

- **Região Hidrográfica do Paraguai** - bacia do rio Miranda (Aquidauana).

2.1.1. A Conceituação de Bacia Hidrográfica

Segundo Silveira (2004), a bacia hidrográfica é uma área de captação natural da água da precipitação que faz convergir os escoamentos para um único ponto de saída (exutório), sendo esta composta basicamente de um conjunto de superfícies vertentes e uma rede de drenagem formada por cursos de água que concluem até resultar em um único leito, o exutório.

A bacia hidrográfica, conforme a Figura 2.2, deve ser considerada como um sistema de fenômenos físicos, onde a sua entrada do volume de água ocorre quando há precipitação e a saída quando determinado volume é escoado pelo exutório, tendo como perdas intermediárias os volumes evaporados e transpirados, somando-se a tudo isso os que vão se infiltrar nas partes mais profundas do solo, sendo que quando houver ocorrência de um evento isolado, podem ser desconsideradas estas perdas e analisar a transformação de chuva em vazão feita pela bacia hidrográfica.

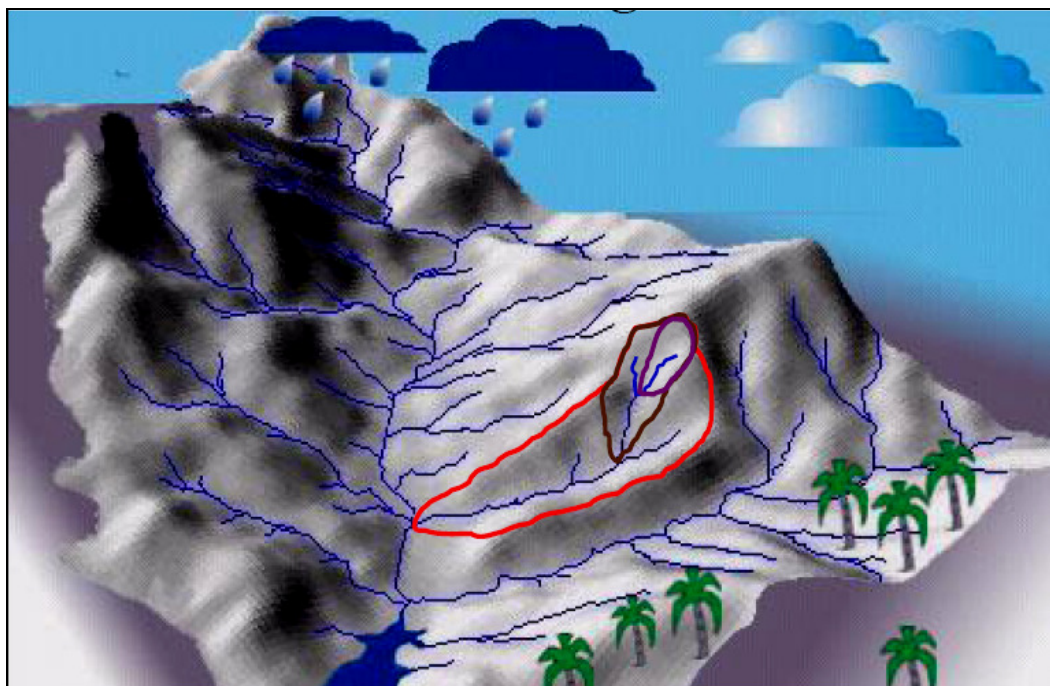


Figura 2.2 – Captações de bacia e sub-bacias e seus exutórios. Fonte: ANA (2006).

A Lei Federal nº. 9.433 de 08 de janeiro de 1997 em seu artigo 1º, alínea V, determina que: *a bacia hidrográfica seja uma unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*, sendo esta determinação um avanço no planejamento e gestão dos recursos hídricos no Brasil, pois faz com que haja uma política de gestão dos recursos hídricos a nível governamental e com forte participação da sociedade através dos comitês de bacia, onde conclui-se que os problemas relacionados a quantidade e a qualidade das águas serão discutidos pela sociedade, seja em uma pequena bacia ou em outra de grande extensão territorial.

Conforme mostra a Figura 2.3, a quantidade e a qualidade das águas de uma bacia hidrográfica estão ligadas às densidades demográficas da mesma e de como esse grupo populacional consegue implementar o gerenciamento ambiental que possa reduzir os impactos ambientais nos seus recursos hídricos. As atividades humanas na exploração dos recursos naturais visando a expansão das atividades industriais e agrícolas para suprir as demandas econômicas e sociais que o crescimento populacional, geralmente desordenado, exige, são os agentes de crescentes pressões antrópicas sobre todos os mananciais hídricos, sejam superficiais ou subterrâneos.

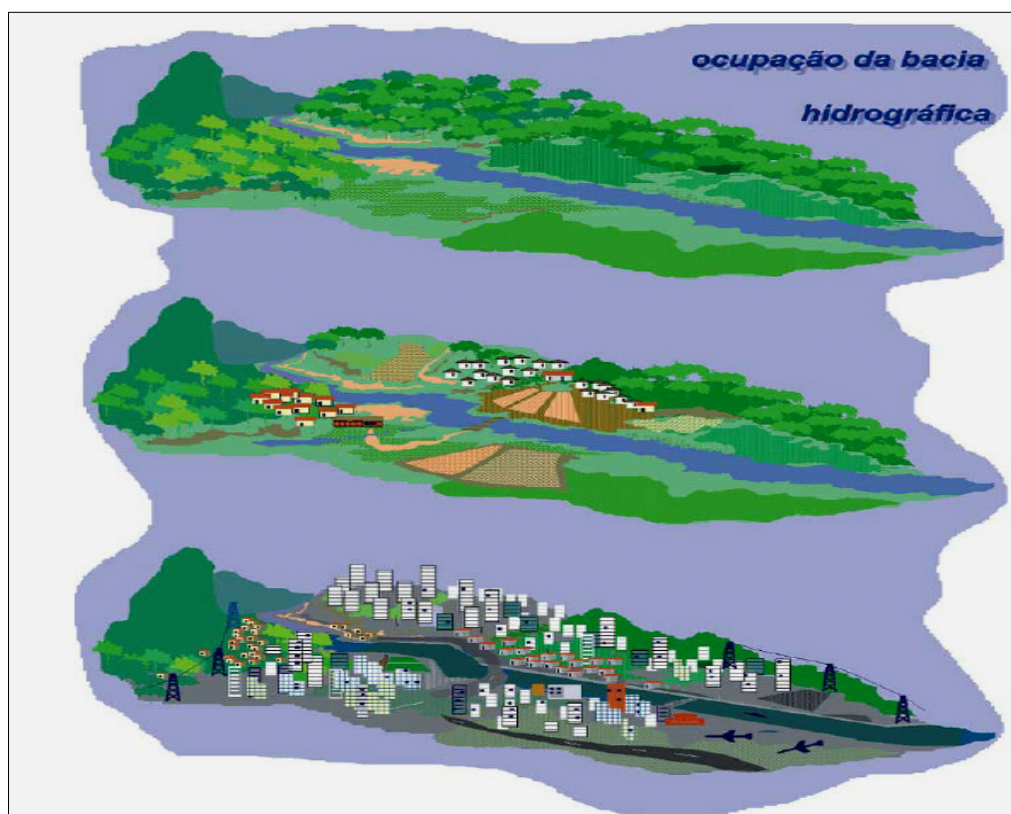


Figura 2.3 – Aumento demográfico em bacia hidrográfica.
Fonte: Costa e Teuber (2001).

O aumento da densidade demográfica acompanhada da urbanização sem o devido planejamento leva a deteriorização dos suprimentos hídricos, pois a esse crescimento está atrelado à necessidade de soluções para os resíduos sólidos urbanos, os esgotos domésticos, os efluentes industriais, a alteração substancial na drenagem da bacia com a impermeabilização do solo que traz como impactos as enchentes de grandes proporções com perdas econômicas e de vidas humanas, devidos aos deslizamentos, ocasionadas por construções em locais impróprios (Costa e Teuber, 2001).

A Figura 2.4 mostra os efeitos da urbanização, onde devem ser considerados os impactos à saúde pública, uma vez que o crescimento populacional de modo desordenado em uma bacia tem como consequência o aumento das poluições hídricas e do solo, vindo acompanhadas de retirada da cobertura vegetal, ocupação das margens dos rios (incluindo áreas alagáveis), atingindo a estágios de difícil remediação, face ao alto custo econômico e social o que demonstra por sua vez a incapacidade de agir do estado.

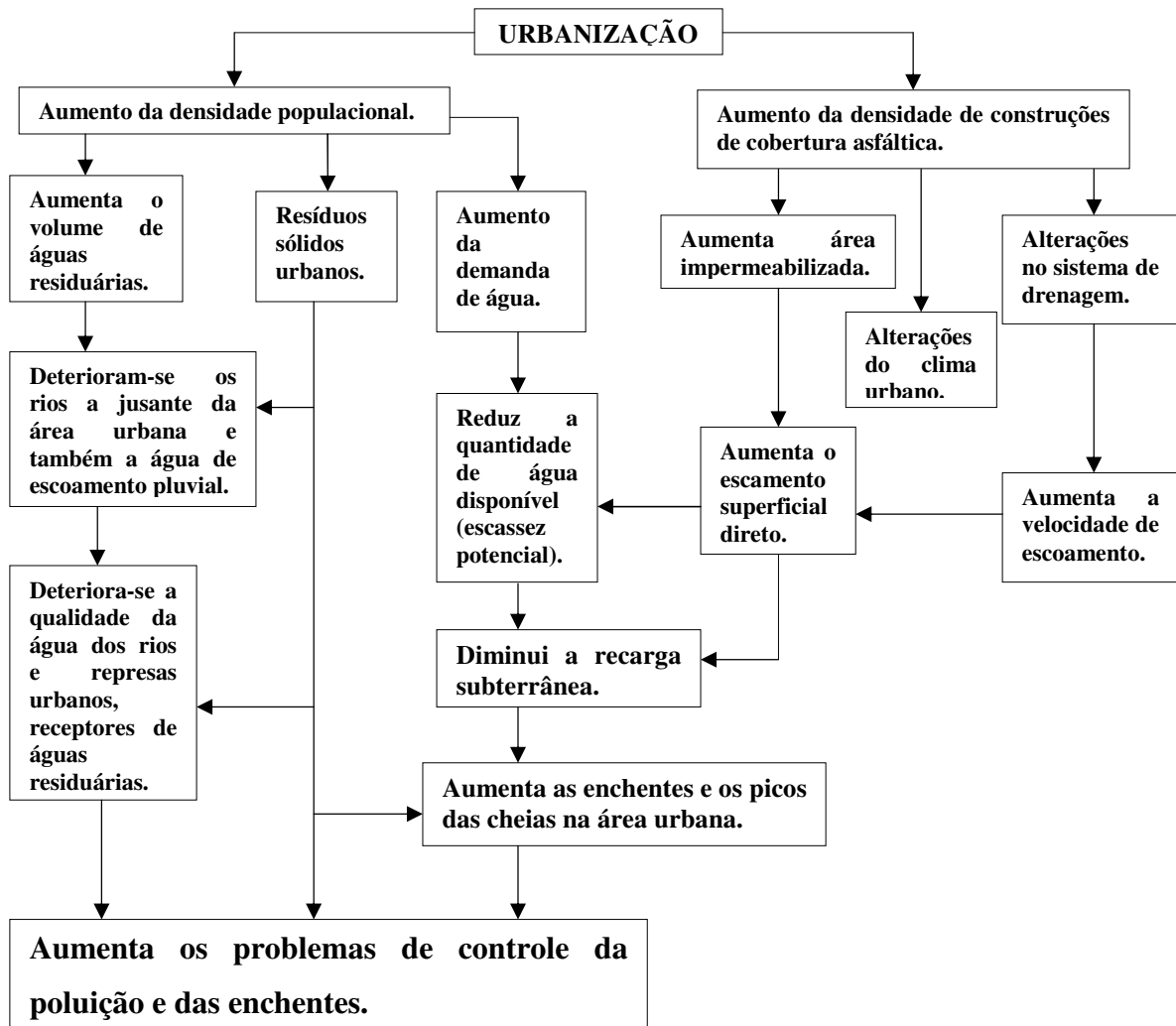


Figura 2.4 - Problemas da urbanização sem planejamento. Fonte: Adaptado de Tundisi (2004).

O conhecimento acumulado ao longo do tempo faz com que se tenha a certeza que qualquer atividade humana provoca alguma alteração ao meio ambiente, seja no meio físico, biológico e antropogênico, sendo essa modificação denominada de impacto ambiental, que segundo Mota (2000), deve ser entendido como a cadeia de efeitos que são produzidos no meio natural e social (antrópico), como consequência de uma determinada ação. Isso acontece quando se desmata, causando mudanças no relevo, provocando movimentos na terra, alterando o escoamento natural das águas com a impermeabilização do solo, além de construir e lançar resíduos que constantemente provocam impactos ambientais, os quais podem ser com maior ou menor intensidade, devido às características do meio e dos tipos de ações desenvolvidas.

2.1.2. A Importância da Água na Sociedade

O conhecimento que a água é de suma importância para todos os seres vivos, está disseminado na mente de todos, mas com o avanço da modernização, esse precioso recurso natural passou a ter sua importância ainda mais elevada, pois ainda não se concebeu uma indústria que consiga funcionar sem que ao menos uma de suas etapas não utilize água, e que todos os seres vivos necessitem dela, fazendo com que a disponibilidade hídrica seja considerada um fator de alta prioridade no planejamento de implantação de uma planta industrial, de áreas agriculturáveis e da expansão urbana.

O planeta Terra terá cerca de 60% de seus habitantes vivendo em áreas urbanas, até o ano 2.025. Isso dará aproximadamente cinco bilhões de pessoas, devendo ser observado que esse crescimento populacional acelerado e a industrialização crescente estão submetendo aos recursos hídricos grandes pressões, principalmente em países em desenvolvimento, trazendo graves conseqüências para a capacidade de proteção ambiental de inúmeras cidades (Agenda 21, 1997).

Sabe-se que a água de qualidade é essencial à vida em todos os aspectos, por isso deve ser assegurada, prioritariamente, conforme a legislação vigente (Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde), a oferta de água de boa qualidade e que seu uso seja feito de um modo adequado e acessível a toda população do planeta, considerando que mesmo com este uso, sejam preservadas as funções hidrológicas, biológicas e químicas dos mais variados ecossistemas existentes, fazendo com que as atividades humanas respeitem os limites da natureza.

Os usos múltiplos da água em uma sociedade moderna estão relacionados diretamente com o seu grau de desenvolvimento tecnológico, pois quanto maior a industrialização e a renda média per capita de uma população, maiores são os seus requisitos para o uso dos recursos hídricos, pois segundo Rebouças (2002), na Terra, várias regiões necessitam de uma demanda muito alta de água, sendo esta a causa de problemas relacionados aos fatores quantitativos e qualitativos, pois a alta demanda pode superar a oferta natural e o recebimento de grandes poluentes locais, deprecia de sobremaneira a qualidade das águas.

Os múltiplos usos (industrial, agricultura, residencial e outros) da água pelo homem podem ser feitos em várias atividades e segundo Niemezynowicz (1999), 69,0% do total da água consumida no mundo é usada para irrigação, 23,0% é consumida pela indústria e

somente 8,0% para o uso doméstico, mostrando a prioridade econômica no uso da água, levando o volume *per capita* mundial, a ser aproximadamente, 220 L/hab.dia.

De acordo com Lanna (2004) estes usos acham-se inseridos em três classes definidos como se segue:

- **Infra-estrutura Social:** refere-se aos usos gerais disponíveis para a sociedade nos quais a água entra como bem de consumo final.
- **Agricultura, Florestamento e Aqüicultura:** refere-se aos usos da água como bem de consumo intermediário visando à criação de condições ambientais adequadas para o desenvolvimento de espécies animais ou vegetais que sejam de interesse econômico, ambiental, etc., para a sociedade.
- **Indústria:** usos em atividades industriais e energéticas, nos quais a água entra como bem de consumo intermediário.

Lanna (2004), ainda define formas de utilização para as classes:

- **Consuntivos:** referem-se aos usos que retiram a água de sua fonte natural diminuindo suas disponibilidades, espacial e temporalmente;
- **Não Consuntivos:** referem-se aos usos que retornam à fonte de suprimento, praticamente a totalidade da água utilizada, podendo haver alguma modificação no seu padrão temporal de disponibilidade.
- **Local:** refere-se aos usos que aproveitam a disponibilidade de água em sua fonte sem qualquer modificação relevante, temporal ou espacial, de disponibilidade.

A ocupação do planeta, independente das circunstâncias, sempre causará impacto ambiental, por isso são muito importantes as medidas adotadas visando o controle ambiental com a participação de toda a sociedade, conforme sugere a Agenda 21 (1997). O crescimento populacional e, por conseguinte da produção, conjugados com padrões de consumo não-sustentáveis, aplica uma crescente pressão sobre as condições da sustentabilidade da vida em

nosso planeta, pois esses processos interativos afetam diretamente o uso do solo, da água, do ar e de outros recursos naturais como, por exemplo, fontes de energia que servem para manter e impulsionar a atual forma ambientalmente insustentável de crescimento econômico.

Os usos múltiplos da água segundo as classes e as formas de utilização demonstrada na Tabela 3.1, segundo o Lanna (2004):

Tabela 3.1 – Usos múltiplos segundo as classes e as formas dos usos da água.

As formas dos usos da água	As classes dos usos da água			
	Infra-estrutura Social	Agricultura e Aqüicultura	Indústria	Em todas as seções.
Consuntivos	Dessedentação de animais, usos domésticos, usos públicos.	Agricultura, Pecuária, Irrigação.	Arrefecimento, Processamento Industrial, Termoeletricidade e Transporte Hidráulico.	-
Não Consuntivos	Navegação, Recreação e Amenidades ambientais.	Usos de Estuários, Piscicultura.	Mineração, Hidroeletricidade.	Transporte, Diluição e Depuração de efluentes
Local	-	Preservação dos banhados, usos de estuários.	-	-

Fonte: Adaptado de Lanna (2004).

Obs.: A dessedentação de animais, usos domésticos e os usos públicos, entendem-se como aqueles atendidos por sistemas de abastecimento de água.

Diante do cenário atual, as ações governamentais nas administrações das cidades passam a ter fundamental importância para o saneamento ambiental, pois cidades mal administradas se deparam com problemas ambientais gravíssimos e que podem ampliados para fronteiras além da sua bacia hidrográfica, pois suas fronteiras não são limitadas pelos marcos político-administrativos e sim pelos fatores físicos impostos pela natureza ao longo de milhares de anos.

2.1.3. As Legislações Acerca dos Usos das Águas no Brasil

Por meio de uma legislação específica que vem se tornando, ao longo do tempo, mais restritiva e com maior grau de detalhamento, diversos países procuram controlar os usos da água (quantidade e qualidade) elegendo a água categoria de *commodity*, ou seja, tornando-a um bem finito e de valor econômico e elegendo a bacia hidrográfica como a unidade de gestão.

No âmbito federal, considerando a questão dos recursos hídricos, houve um grande avanço na legislação quando da aprovação da Lei nº. 9.433 de 08 de janeiro de 1997 (Lei das Águas) que em seu artigo 9º, fala sobre o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, objetivando a diminuição dos custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes, como cita o inciso II, do mesmo artigo.

Em 12 de fevereiro de 1998 foi sancionada a lei federal de nº. 9.605 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e em seu artigo 2º tem o seguinte texto:

Quem de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estas cominadas, na medida da sua culpa, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Assim como no parágrafo único do seu artigo 3º:

“A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.”

No dia 17 de março de 2005 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pertencente ao Ministério do Meio Ambiente, aprovou a Resolução nº. 357, que classifica os corpos de água e estabelece padrões para lançamentos de efluentes, mostrando a intenção da sociedade brasileira em aprimorar os dispositivos legais que visem o controle ambiental, com relação à qualidade dos recursos hídricos e, considerando o artigo 9º, inciso I da Lei 9.433/97; sem deixar de considerar que a Lei 9.605/98, em seu artigo 48, diz que o não cumprimento ao disposto naquela Resolução, sujeita os infratores, entre outros, às sanções previstas na referida Lei e sua respectiva regulamentação.

- **Decreto Federal nº. 24.643/34 - Código de Águas**

Segundo Pompeu (2004), o Código de Águas (10/07/1934), baseado no direito romano-germânico, seguiu as diretrizes e princípios que o regem, tendo Alfredo Valladão (1934) como autor do anteprojeto, sendo considerado em todo mundo como uma das leis de águas mai completa já produzida, tendo seus princípios invocados em vários países, como modelos a serem seguidos, incluindo as legislações que falem do assunto nos dias atuais.

Mesmo sendo considerado um grande avanço para sua época, o Código de Águas completou mais de sessenta anos de existência e muitas de suas disposições que deveriam se regulamentadas por leis especiais e outros regulamentos, não foram e, de acordo com Barth (2002), a falta de regulamentação de muitos de seus aspectos impediu que ele se tornasse eficaz.

De acordo com Barth (2002) o texto do artigo 110 do Código de Águas já introduzia na legislação brasileira o princípio do usuário poluidor-pagador.

Mas de acordo com Pompeu (2004), este princípio foi introduzido nos artigos 111 e 112 do Código das Águas.

Segundo Young (2005), no Código das Águas este conceito está presente nos artigos 110, 111 e 112.

Atualmente o princípio do usuário poluidor-pagador tem causado preocupações aos gestores das ETAs, pois estes, considerando as determinações legais, deverão observar este custo adicional a ser agregado ao produto final, sendo determinante a busca para a racionalização dos processos que fazem parte deste tipo de unidade de tratamento, ou seja, procurar soluções que possibilitem suprir o aumento da demanda por água tratada, sem que isso represente um aumento no volume de água captada, a não ser que seja estritamente necessário e, também, formas de reduzir as perdas e os impactos ambientais.

- **Lei nº. 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente**

A lei 6.938 (31/08/1981) estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana.

A criação da Política Nacional do Meio Ambiente está alicerçada em alguns princípios, sendo destacado o inciso II do artigo 2 da Lei nº 6.938/81, onde o princípio da racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar, é citado.

Nos objetivos da Política postos Lei nº 6.938/81, vale destacar a citação em que relaciona este objetivo à cobrança pelo uso dos recursos hídricos (princípio poluidor-pagador), sendo seu texto dado no artigo 4, inciso VII, onde a Política Nacional do Meio Ambiente visa obrigar ao usuário, de qualquer recurso natural, que poluir e depredar o meio ambiente a recuperar e/ou indenizar pelos danos por ele causados ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

De acordo com Barth (2002), no artigo 4 desta Lei, a cobrança já era relacionada com a utilização dos recursos hídricos, vindo esta suprir uma lacuna deixada pela falta de regulamentação do Código de Águas e, concomitantemente, uma falta de avanço nos aspectos da legislação que abordasse a questão ambiental.

- **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**

A Constituição Federal (05/10/1988) denomina como sendo bens da União, os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estenderem a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias pluviais e, determina que compete a União **instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso**, assim como, é competência privada à União legislar sobre as águas, sendo que segundo Rebouças (2002), poderá lei complementar autorizar aos Estados legislar sobre questões específicas relacionadas com águas.

Aos Estados, o domínio hídrico lhes é atribuído às águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

Diante do exposto no parágrafo anterior, a Constituição define que as águas são de domínio federal ou estadual, sendo excluídos os domínios de natureza privada e municipal, assim como é competência da União definir os critérios de outorga de direitos dos usos das águas.

Quanto ao aproveitamento energético dos cursos de águas, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos; os serviços de transportes aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham o limite de Estado ou Território.

A proteção do meio ambiente é de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios, assim como o combate à poluição em qualquer de suas mais variáveis formas de se apresentar, promovendo a melhoria das condições e fiscalizar as concessões de direitos de exploração dos recursos hídricos em seus territórios, por isso é incumbido ao poder público, dentro das exigências legais, a exigência do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e do Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (RIMA) para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de danos ao meio ambiente.

Segundo Barth (2002), freqüentemente, com o objetivo de proteger ou conservar seus recursos hídricos, muitos Estados têm legislado, com base nas competências comuns ou concorrentes, sendo este artifício necessário para contornar a inexistência de leis ou regulamentos federais.

A Constituição Federal é a lei máxima no Brasil e, com relação ao meio ambiente, em seu artigo 225 determina que os governos federal, estaduais e municipais, em conjunto com a sociedade, protejam e combatam a poluição, independentemente de sua origem.

Esta questão coloca os gerentes das ETAs em posição de cobrar de políticas ambientais que visem proteger o meio ambiente com um todo, sendo as águas as mais beneficiadas, fazendo com que situações onde mananciais superficiais que tiveram que ser abandonados, devido ao alto grau de poluição, não mais se repitam.

Todo este processo aumenta a responsabilidade dos gestores para que as ETAs deixem de ser um ente poluidor, sendo necessário um grande esforço para que se minimize, de modo preventivo, as agressões ambientais que uma ETA possa causar.

- **Lei nº. 9.433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.**

A lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, baseando-se nos seguintes fundamentos:

- a água é um bem de domínio público;
- a água é um recurso limitado, dotado de valor econômico;
- que em situações de escassez, o seu uso deve ser prioritariamente para o consumo humano e a dessedentação de animais;
- a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- a bacia hidrográfica é uma unidade territorial para a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e atuação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH);
- a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

A lei também estabelece diretrizes gerais de ação para a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, que são as seguintes:

- a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
- a adequação da gestão dos recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;
- a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental;
- a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;
- a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;
- a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

A lei define o regime de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos que tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, estando sujeitos à outorga do Poder Público.

Por determinação da lei a PNRH tem os seguintes instrumentos:

- os Planos de Recursos Hídricos;
- o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

- a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
- a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Destes instrumentos citados neste texto será dada uma maior ênfase ao que fala da cobrança pelo uso de recurso hídrico, pois mostra que o objetivo desta cobrança é para que possamos ter recursos hídricos em condições de uso, independente de qual seja e, onde é mostrada claramente a implantação do princípio do poluidor pagador, segundo a lei, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem por objetivo o reconhecimento da água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu valor; incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contempladas nos Planos de Recursos Hídricos.

Para a fixação de valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros, o volume retirado e seu regime de variação, nas derivações, captações e extrações de água e os lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do efluente.

Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados.

Nesta Lei destaca-se o reconhecimento que a água é um recurso que pode se esgotar, não sendo gerido de forma sustentável, sendo transformado em “bem” que se pode valorar, assim como, a gestão dos recursos hídricos dever ter a participação de toda a sociedade, seja a nível local ou nacional, sem deixar de considerar a questão da quantidade e da qualidade, trazendo mais para perto dos tópicos relacionados à gestão ambiental, como esta estabelecido em suas diretrizes gerais.

Para a gestão de uma ETA os tópicos acima são importantes, visto que estando estabelecidas em uma bacia hidrográfica, algumas em uma, mas a captação sendo feita em outra, sua operacionalidade deve ser racionalizada de forma que haja o atendimento às determinações legais e, também, se produza água potável em quantidade suficiente com o mínimo impacto ambiental possível.

- **Lei nº. 9.984/2000 – Lei de criação da Agência Nacional de Águas (ANA)**

A Lei nº. 9.984 de 17 de julho de 2000 dispõem sobre a criação da ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Na Figura 2.5, pode-se observar que, conforme determina a Lei 9.984/2000, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dentro de suas competências, faz articulação dos planejamentos nas esferas federal, estaduais, interligando-se diretamente com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, onde mesmo em rios que não sejam de domínio federal, haja apoio técnico para que a gestão dos recursos hídricos de um estado da federação seja feita considerando a sua quantidade e a sua qualidade em seus vários usos.

Mesmo com suas particularidades com relação aos recursos hídricos, pode-se observar na Figura 2.5 que os estados também instituíram suas leis que visem à conservação dos recursos hídricos, observando os princípios da lei nº. 9.433/97.

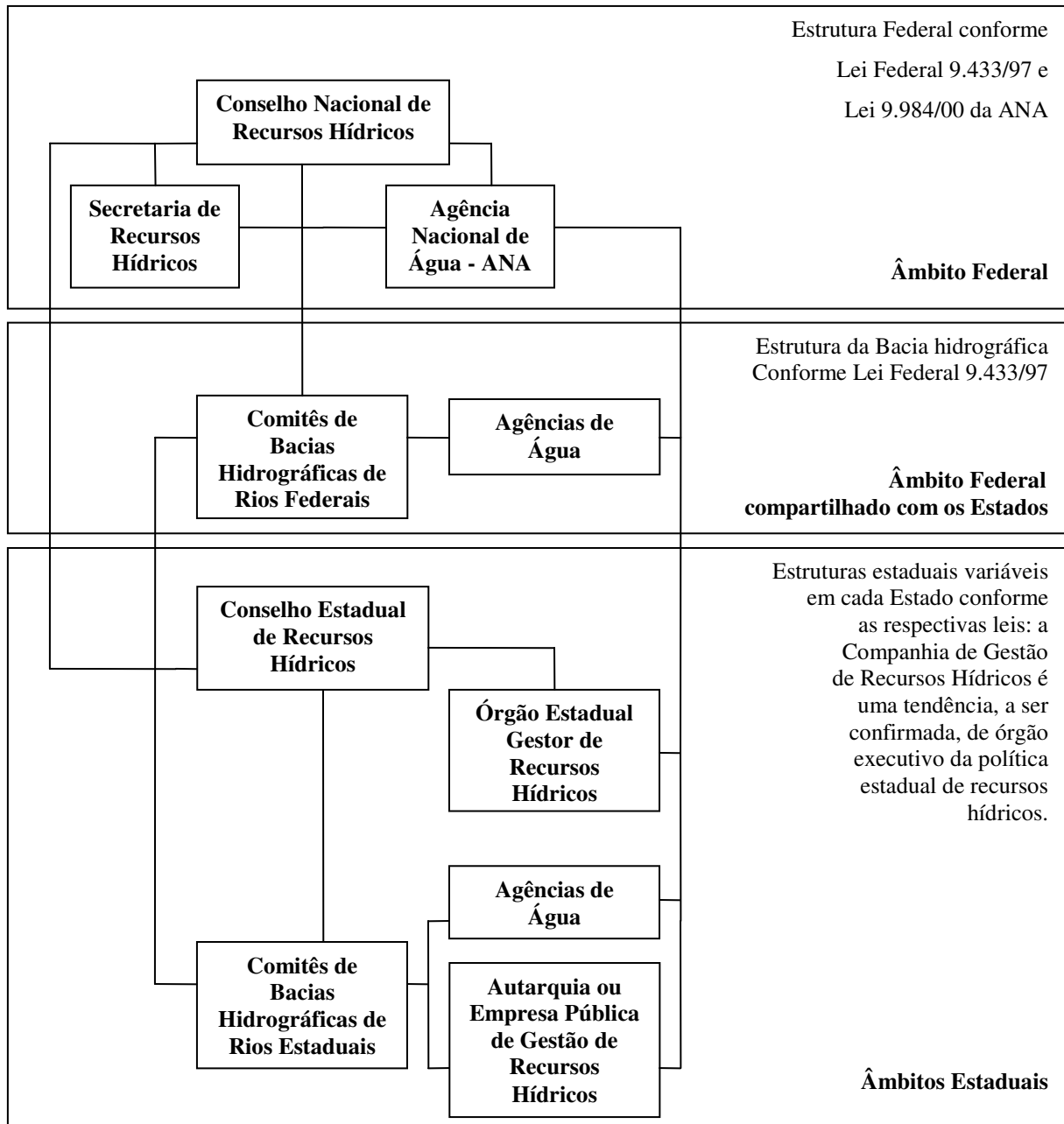


Figura 2.5 - A Gestão de Recursos Hídricos do Brasil. Fonte: Tundisi (2003).

Segundo a publicação da ANA (2006), Panorama da Qualidade da Águas Superficiais no Brasil, a ANA foi criada com a missão de guardar os rios, estimular as pesquisas relacionadas aos recursos hídricos, assim como, a capacitação de recursos humanos com vista à gestão dos recursos hídricos.

2.1.4. A Legislação e a Qualidade da Água para Consumo Humano

A Lei nº. 9.433 de 8 de janeiro 1997 tratou da outorga acerca dos usos dos recursos hídricos e por determinação desta mesma lei, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) baixou a Resolução nº. 357, de março de 2005, que enquadra os corpos hídricos e coloca os parâmetros que dividem as águas em doce, salobra e salina e, ainda, institui as suas classificações determinando os usos preponderantes para cada tipo de águas, considerando as características físico-químicas e bacteriológicas.

Tratando especificamente de um sistema de abastecimento de água para consumo humano, tem-se a preocupação de se garantir a qualidade e da quantidade da água a ser captada. A água sempre foi um veículo importante na disseminação de diversas doenças e, por isso, a preocupação de se conhecer as características da água a ser consumida, mas não conhecer a qualidade da água bruta, pode levar a erros na escolha da tecnologia na fase de projeto, fazendo com que o produto final não seja satisfatório, ficando em não conformidade com a legislação.

Segundo Di Bernardo e Dantas (2005), a escolha do manancial deve ser precedida de um levantamento sanitário da bacia hidrográfica e de um profundo estudo da qualidade da água, a qual pode variar sazonalmente, mas também ao longo dos anos, isto faz considerar que a definição de manancial deve ser associada à preservação futura do mesmo, visando a evitar problemas decorrentes de alterações significativas na qualidade da água a ser captada, podendo, desta maneira, como já ocorreu em algumas localidades, a inviabilizar o uso da tecnologia de tratamento adotada.

- **Resolução CONAMA nº. 357/2005 (Classificação dos Corpos de Águas)**

No dia 17 de março de 2005 o (CONAMA), pertencente ao Ministério do Meio Ambiente, aprovou a Resolução nº. 357 que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, em substituição à Resolução nº. 20 do dia 18 de junho de 1986.

A classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como o estabelecimento das condições e padrões para lançamento de efluentes são objetivos primários da Resolução nº. 357, onde em seu art. 3º do Capítulo II, os corpos de

águas doces, salobras e salinas do Território Nacional são classificados, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes, em treze classes de qualidade e, considerando o que seu parágrafo único é dito que as águas que apresentarem melhor qualidade podem ser utilizadas para usos menos exigentes, sendo condicionado que este não prejudique a qualidade da água.

As águas foram divididas em:

- **Águas doces:** águas com salinidade igual ou inferior a 0,5%;
- **Águas salobras:** águas com salinidade superior a 0,5% e inferior a 30%;
- **Águas salinas:** águas com salinidade igual ou superior a 30%.

As **águas doces**, as de interesse deste trabalho são classificadas em:

- **Classe Especial:** águas destinadas ao abastecimento para consumo humano, com desinfecção, à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas e à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação e de proteção integral.
- **Classe 1:** águas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário, como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA nº. 274, de 2000; à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e à proteção das comunidades aquáticas e terras indígenas.
- **Classe 2:** águas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário, como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA nº. 274, de 2000; à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; à aqüicultura; e a atividade de pesca.

- **Classe 3:** águas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado, à irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras, à pesca amadora, à recreação de contato secundário e à dessedentação de animais.

- **Classe 4:** águas que podem se destinadas à navegação e à harmonia paisagística.

Pode-se observar que a Resolução CONAMA n°. 357/2005, quando fala sobre as águas que podem ser destinadas à recreação de contato primário obedece aos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA n°. 274, de 2000, considerando que a saúde e o bem-estar humano podem ser afetados pelas condições de balneabilidade, mesmo não tendo este assunto ligação direta com a questão de água para consumo humano.

A resolução ainda estabelece os níveis de tratamento para cada característica de água e que estabelece a escolha do tipo de estação de tratamento de água que será utilizada no trabalho. Assim o CONAMA classifica como:

- **Tratamento avançado:** técnicas de remoção e/ou inativação de constituintes refratários aos processos convencionais de tratamento, os quais podem conferir à água características, tais como: cor, odor, sabor, atividade tóxica e correção de pH.

- **Tratamento convencional:** clarificação com utilização de coagulação e floculação, seguida de desinfecção e correção de pH.

- **Tratamento simplificado:** clarificação por meio de filtração e desinfecção e correção de pH quando necessário.

Esta Resolução vem cristalizar a intenção do Brasil em aprimorar os dispositivos legais que visem o controle ambiental e a prevenção permanente nos usos das águas. Em seu artigo 48 as sanções para aqueles que não cumprirem as suas determinações, serão punidos de acordo com os dispositivos constantes na Lei 9.605/98, a lei dos crimes ambientais.

- **Decreto n°. 5.440/2005 (Informação ao consumidor acerca da qualidade da água)**

O Decreto n°. 5.440, de 4 de maio de 2005, estabelece definições e procedimentos sobre o controle da qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e

instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

Este Decreto vem acompanhado de um anexo que regulamenta tecnicamente sobre o mecanismo e instrumentos para a divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano e, ainda em seu artigo 2º determina que a fiscalização do disposto no anexo seja exercida pelos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça, das Cidades, do Meio Ambiente e autoridades estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e municipais, no âmbito de suas respectivas competências, sendo determinado em parágrafo único que os órgãos identificados prestarão colaboração recíproca com objetivo de atender as determinações deste Decreto.

O Anexo do Decreto nº 5.440/2005 estabelece mecanismos e instrumentos de informações ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano, conforme os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria nº. 518, de 18 de março de 2004, do Ministério da Saúde. As informações prestadas ao consumidor sobre a qualidade e características físicas, químicas e microbiológicas da água para consumo humano, devem ser verdadeiras e de fácil comprovação, ser precisa, clara, correta, ostensiva e de fácil compreensão, especialmente quanto aos aspectos que impliquem situações de perda de potabilidade, de risco à saúde ou aproveitamento condicional da água, tendo caráter educativo, onde haja a promoção da cultura do consumo sustentável da água e a promoção do entendimento da relação da qualidade da mesma com a saúde pública.

Considerando que não dá para fornecer dados em tempo real, este marco da legislação pode ser considerado um avanço, pois mostra ao consumidor que ele é a peça mais importante em um sistema de abastecimento de água para consumo humano, pois há a abertura para uma relação de confiança entre todos os entes participativos, sejam governos, empresas ou consumidores, sendo um importante instrumento na complementação do trabalho feito com base na Portaria nº. 518/2004, do Ministério da Saúde.

- **Portaria nº. 518/2004 (Padrões de Potabilidade)**

A Portaria nº. 518, de 25 de março de 2004 estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo que nesta Portaria são estabelecidos os limites

máximos permitidos de dezenas de parâmetros que precisam ser respeitados em toda água distribuída para consumo humano no território nacional.

Segundo Di Bernardo e Dantas (2005), poucas ETAs no Brasil estão preparadas para realizar os ensaios previstos na legislação, devendo a inspeção de alguns parâmetros que exige pessoal e equipamento mais sofisticado ficarem a cargo de outros órgãos municipais, estaduais ou federais, considerando que a Portaria determina que para análise a responsabilidade seja do serviço de tratamento de água, devendo ser obedecida, rigorosamente, a frequência de amostragem, que é determinada de acordo com a população abastecida.

O departamento produtor de água para consumo humano deverá ter um setor responsável pelo controle da qualidade da água que realiza coletas com o objetivo de verificar se a qualidade da água está de acordo com os padrões determinados pela Portaria. A operação e manutenção de um sistema de abastecimento de água devem ser feitas em conformidade com as normas técnicas aplicáveis publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com outras normas e legislações pertinentes.

A Portaria em seu capítulo IV se detém ao padrão microbiológico da potabilidade da água devido à importância da detecção da presença de microrganismos pertencentes ao Grupo de Coliformes que quando constatada sua presença, novas amostras devem ser coletadas para confirmação, conforme mostrado na Tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano.

Parâmetro	VMP (1)
Água para consumo humano (2)	
<i>Escherichia coli</i> ou coliformes termotolerantes (3)	Ausência em 100 mL
Água na saída do tratamento	
Coliformes totais	Ausência em 100 mL
Água tratada no sistema de distribuição (reservatórios e rede)	
<i>Escherichia coli</i> ou coliformes termotolerantes (3)	Ausência em 100 mL
	Sistemas que analisam 40 ou mais amostras por mês: ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas no mês.
Coliformes totais	Sistemas que analisam 40 ou mais amostras por mês: apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo em 100 mL.

(1) Valor máximo permitido; (2) água para consumo humano em toda e qualquer situação, incluindo fontes individuais como poços, minas, nascentes, dentre outras; (3) a detecção de *Escherichia coli* deve ser preferencialmente adotada.

Considerando a Portaria nº 518/2004, em seu artigo 12, para garantia da qualidade microbiológica da água, em complementação às exigências relativas aos indicadores microbiológicos, deve ser observado o padrão de turbidez expressa na Tabela 3.3:

Tabela 3.3 – Padrão de turbidez para água pós-filtração ou pré-desinfecção.

Tipo de tratamento	VMP (1)
Desinfecção (água subterrânea)	1,0 uT (2) em 95% das amostras
Filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta)	1,0 uT (2)
Filtração lenta	2,0 uT (2) em 95% das amostras

(1) Valor máximo permitido; (2) unidade de turbidez.

2.1.5. A Gestão dos Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 5 de outubro de 1989, em seu Capítulo VII, artigo 261, considera que um ambiente em equilíbrio e saudável é essencial à qualidade de vida e direito de todos, sendo obrigação de toda a sociedade, em especial o Poder Público de, defender, recuperar e proteger, visando o benefício das atuais e futuras gerações. No parágrafo 1º, inciso VII, do mesmo artigo, é estabelecida a obrigatoriedade de se promover o gerenciamento dos recursos hídricos de forma integrada.

A lei nº. 3.239 de 02 de agosto de 1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; regulamentando a Constituição Estadual, nos termos do parágrafo acima, seguindo os mesmos fundamentos e diretrizes da Lei Federal nº 9.433/97. Esta lei foi um marco na legislatura acerca da gestão dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro.

A Figura 2.5 mostra a ligação direta do com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) com os comitês de bacia hidrográfica dos rios de domínio estadual e com os órgãos estaduais gestores de recursos hídricos.

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH) foi criado pela Lei nº. 3.239, sendo composto, com texto e conforme a Lei:

- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI)** - órgão colegiado, com atribuições normativa, consultiva e deliberativa, encarregado de supervisionar e promover a implementação das diretrizes de Política Estadual de Recursos Hídricos;
- **Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI)** – de natureza e individualização contábeis, vigência ilimitada, destinado a desenvolver os programas governamentais de recursos hídricos, da gestão ambiental;
- **Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH)** – são entidades colegiadas, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva, reconhecidos e qualificados por ato do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

- **Agências de Água** – são entidades executivas, com personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa, instituídas e controladas por um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs).

A gestão dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro é caótica, segundo Young (2005), trazendo risco de desabastecimento da população, considerando que esta não vem sendo implementada de forma efetiva.

Isto ocorre devido ao fato de desde o final da década de 80, encontram-se em situação de sucateamento os órgãos ambientais responsáveis pelo controle ambiental do estado, que deveriam ser fortalecidos com a capacitação dos seus profissionais para que melhor atuem nas bacias hidrográficas (Machado, 2006), sendo eles:

- **Fundação Superintendência Estadual de Rios Lagoas (SERLA)** tem a responsabilidade de gerir e controlar os usos dos recursos hídricos no Estado;

- **Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)** tem a responsabilidade de gerir e controlar a qualidade da água no Estado;

- **Instituto Estadual de Florestas (IEF)** tem a responsabilidade de gerir as florestas de Mata Atlântica no Estado.

De acordo com Machado (2006), o Poder Público do Estado não conseguirá manter os seus recursos hídricos saudáveis, enquanto não forem as fragmentações em que se encontra o seu sistema legal, pois sem isso o Sistema Estadual de Recursos Hídricos – SERHI não conseguirá funcionar conforme apregoa a Lei 3.239/99.

A gestão dos recursos hídricos no Estado passa por uma transição onde o início foi a aprovação da Lei nº 4.247/2003, que segundo Machado (2006) caracterizou uma ida do poder executivo estadual de encontro a determinação da Lei 9.433/97, quebrando o princípio do sistema legislativo da hierarquia das leis e contrariando a Constituição Federal, além de desconsiderar os preceitos constantes na Lei 3.239/99 e na Resolução nº 5 de 2000, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Desde a promulgação da Lei 4.247/2003, o poder executivo estadual vem tentando normatizar as questões relacionadas aos recursos hídricos, com resoluções, leis e decretos, sendo enunciados a seguir os considerados os de maiores destaques:

- **Portaria SERLA nº 324 de 28 de agosto de 2003** – define a base legal para estabelecimento da largura mínima das Faixas Marginais de Proteção;

- **Lei nº. 4.247 de 16 de dezembro de 2003** – dispõe sobre a cobrança pela utilização dos Recursos Hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro;

- **Decreto nº 35.724 de 18 de junho de 2004** – dispõe sobre a Regulamentação do artigo 47 da Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o Poder Executivo a instituir o FUNDRHI;

- **Decreto nº 40.156 de 17 de outubro de 2006** – estabelece procedimentos técnicos e administrativos para a regularização dos usos superficiais e subterrâneos, bem como, para a ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviços de saneamento básico.

Com relação ao lançamento de efluentes, no âmbito estadual, a DZ-942-R-7 foi aprovada, no dia 10 de outubro de 1990, pela Comissão Estadual de Controle da Água (CECA) com o objetivo de estabelecer as diretrizes do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos (PROCON ÁGUA), no qual os responsáveis pelas atividades poluidoras informam regularmente à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), por intermédio do Relatório de Acompanhamento de Efluentes Líquidos (RAE), as características qualitativas e quantitativas de seus efluentes líquidos, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP), estando sujeitas ao PROCON ÁGUA todas as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.

2.2 – As Características Físicas, Químicas e Bacteriológicas da Água

Conforme já discutido no item anterior os padrões de potabilidade e a legislação dos recursos hídricos, bem como as resoluções, estão baseadas em características das águas ligadas a parâmetros físicos, químicos, físico-químicos e microbiológicos da água.

Desde os primórdios a água ideal para quase todos os usos é, basicamente, líquida e caracterizada como insípida, incolor e inodora e considerando que este recurso natural

renovável pelo ciclo hidrológico encontra-se disponível em abundância na forma líquida, não o imagine de outra forma que não seja cristalina.

Mesmo a água se apresentando abundantemente e límpida e, de acordo com Mota (2000), sendo esta solvente universal, geralmente, é composta de vários elementos provenientes do meio natural ou de aqueles que foram introduzidos por ações antrópicas, sendo necessários vários parâmetros que possam representar as características físicas, químicas e biológicas.

Para a indicação da qualidade da água, as características são representadas por parâmetros que se forem detectados em valores muito altos, passam a ser consideradas impurezas e, então, tornam a água indesejável para determinados usos, principalmente os mais nobres.

2.2.1. As Características Físicas da Água

Quando se fala em características físicas da água a sua importância do ponto de vista sanitário é pequena em relação aos demais aspectos, mas não se pode deixar de observar que os principais parâmetros físicos, podem trazer consigo diversas informações acerca dos usos múltiplos das águas de uma bacia hidrográfica e, por conseguinte podem ser de bastante utilidade quando da escolha do tipo de tratamento a ser adotado em uma ETA, assim como os procedimentos operacionais a serem implantados.

As principais características físicas da água são: **cor (aparente e verdadeira), turbidez, temperatura, condutividade elétrica, sabor e odor.**

- **Cor (Aparente e Verdadeira)**

Segundo Mota (2000) a cor resulta da existência de substância em solução em água, podendo ser causada pelos elementos químicos ferro ou manganês, pela decomposição da matéria orgânica na água proveniente de plantas, que são denominadas de substâncias húmicas, pelas algas ou pela introdução de águas residuárias resultantes de atividades antropogênicas.

De acordo com Di Bernardo e Dantas (2005), a cor pode ser definida em verdadeira e aparente, sendo a primeira aquela que não sofre interferência de partículas suspensas na água, podendo ser obtida pelos processos da centrifugação ou da filtração de uma amostra e a cor aparente é aquela medida sem a remoção de partículas suspensas na água.

- **Turbidez**

De acordo com Mota (2000), a presença de material suspenso na água como argila, silte, substâncias orgânicas finamente divididas, organismos microscópicos e outras substâncias caracterizam a turbidez.

Segundo Vianna (2002), as águas de rios caudalosos e em locais onde os índices pluviométricos são elevados atingem valores extremos, pois essas condicionantes provocam a suspensão de grande quantidade de material em suspensão na água, sendo esses valores muito menores em ambientes aquáticos lênticos como lagos ou rios, pois esse regime permite que haja sedimentação das partículas em suspensão.

É preciso ter atenção com a turbidez devido às características químicas de certas substâncias que poderão estar associados a alguns organismos patogênicos, estando em suspensão na água, pois com frequência o material suspenso característico da turbidez pode atuar como escudo que viria proteger microrganismos patogênicos da ação dos agentes desinfetantes que são usados na ETAs, tornando este fator uma importante janela de doenças de veiculação hídrica (Vianna, 2002).

Em uma ETA, geralmente a eficiência da desinfecção da água está ligada à quantidade de material suspenso na mesma, pois quanto menor a turbidez, maior será a eficiência da desinfecção (Di Bernardo e Dantas, 2005).

- **Temperatura**

A temperatura serve como medida da intensidade de calor, podendo ser considerada a característica física mais importante do meio aquático; segundo Benetti e Bidone (2004), a temperatura influencia na caracterização de diversos parâmetros físicos da água tais como a densidade, viscosidade, pressão de vapor e solubilidade dos gases dissolvidos, assim como na operação das ETAs nas unidades de coagulação, floculação e sedimentação (deposição de lodo), devendo, também, ser levado em consideração que a velocidade da reação química

duplica para cada 10 °C de aumento de temperatura, fazendo com que haja uma aceleração naquelas reações que se relacionam com as atividades microbianas (reações bioquímicas).

Enfatizando, vale, também, a conceituação do Di Bernardo e Dantas (2005), de que a temperatura influencia as reações de hidrólise do coagulante, na eficiência da desinfecção, na solubilidade dos gases, na sensação de sabor e odor e, especialmente, no desempenho das unidades de mistura rápida (coagulação), floculação, decantação e filtração, tornando-se extremamente necessário o conhecimento da variação de temperatura da água tratada.

- **Condutividade Elétrica**

A determinação condutividade elétrica permite que seja aferida a quantidade de Sólidos Totais Dissolvidos (STD) que estejam presentes na água, pois esta característica física está ligada diretamente à quantidade de STD na amostra, sendo proporcional à sua quantidade. Este parâmetro é de suma importância, pois com valores elevados de STD há aumento da solubilidade dos precipitados de alumínio e ferro, o que influi na coagulação e na formação e precipitação de carbonato de cálcio, favorecendo a corrosão (Di Bernardo e Dantas, 2005).

- **Sabor e Odor**

Caracterizar os parâmetros sabor e odor é uma difícil tarefa, pois estes são de detecções originárias na subjetividade, visto que para os usos nobres da água, seu sabor e o odor podem ser aceitáveis e normais para determinado grupo populacional e totalmente inconveniente ou até inaceitável para outro grupo, apesar da água usada seja a mesma para os mesmos usos.

Esses parâmetros são conseqüências dos processos de degradação ambiental como a decomposição de vegetais, ações de bactérias, fungos, presença de compostos orgânicos como gás sulfídrico, sulfatos e cloretos, além do excesso de algas decorrente da eutrofização pela presença em excesso de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo além da capacidade de depuração do corpo hídrico receptor, tendo como origem o lançamento de efluentes domésticos e industriais sem o devido tratamento (Mota, 2000).

Geralmente para que haja remoção eficiente dessas substâncias, usa-se o processo da aeração, juntamente com a aplicação de um agente oxidante e o no processo de filtração o

carvão ativado, onde este é responsável pela adsorção das substâncias causadoras do sabor e do odor.

2.2.2. As Características Químicas da Água

Observar os parâmetros das características químicas das águas é extremamente importante do ponto de vista sanitário, pois dependendo do uso das águas e de alguma falha no processo de controle ambiental, em uma bacia hidrográfica, pode ocorrer a presença de certos elementos ou compostos químicos indesejáveis nas águas que não são retirados por determinadas tecnologias utilizadas atualmente e, por conseguinte ter a necessidade do uso de algum pré-tratamento específico, o que poderia acarretar um aumento de custos do produto final, neste caso da água potável.

Dependendo de inúmeras variáveis ambientais, naturais ou antrópicas, pode haver a ocorrência de algum metal nas águas e de acordo como ele se apresente, este poderá ou não ser removido nos processos de uma ETA de ciclo completo, por isso é de suma importância a realização de análises. Como determinações de rotina devem ser realizadas análises de cloretos, teor de oxigênio, nitritos e nitratos, tanto antes, como durante a operação da mesma, pois com estes valores se podem avaliar o grau de poluição das águas a serem captadas.

Parâmetros comuns que caracterizam a água quimicamente podem ser:

- **pH**

O pH é um importante parâmetro para o funcionamento de uma ETA, principalmente nos processos de coagulação, desinfecção e controle de corrosão.

No processo de coagulação é onde se define a dosagem ideal de coagulante que irá proporcionar que a água tenha um valor de pH onde se dará quimicamente, o ambiente ideal para a formação dos primeiros flocos.

Na desinfecção o pH tem que estar em uma faixa de 6,0 a 9,5, conforme determina a Portaria nº. 518/2004 do Ministério da Saúde para consumo humano e para que haja maior eficiência do agente bactericida sobre os microrganismos patogênicos.

No controle de corrosão (alcalinização) o objetivo do processo é elevar o pH de forma a não propiciar a corrosão das tubulações e reservatórios do sistema de abastecimento público de água. Por outro lado também se deve ter o cuidado de se manter o pH dentro dos valores estabelecidos pela Portaria no sentido de tornar a água potável e também evitar incrustações nas tubulações.

- **Alcalinidade**

A alcalinidade da água é causada por sais alcalinos, principalmente de sódio e cálcio e pode ser entendida como a capacidade da água de neutralizar ácidos, sendo muito importante na coagulação química e, para que esta se realize efetivamente, há necessidade de, pelo menos, 0,45 mg de alcalinidade em CaCO_3 , para que 1,0 mg/L o sulfato de alumínio, utilizado na maioria dos processos, reaja com a mesma (Netto et. al., 1987).

Segundo Di Bernardo e Dantas (2005), a alcalinidade pode ser definida em função do pH, da seguinte forma:

- pH = 12,3 a 9,4 (alcalinidade decorrente de hidróxido e carbonatos);
- pH = 9,4 a 8,3 (alcalinidade decorrente de carbonatos e bicarbonatos);
- pH = 8,3 a 4,4 (alcalinidade decorrente somente de bicarbonatos).

De um modo geral, sem significado sanitário, a alcalinidade pode ser um problema se for devido a hidróxidos ou que contribua, acentuadamente, à quantidade de sólidos totais, onde valores elevados podem proporcionar sabor desagradável à água e, de acordo com Vianna (2002), quanto maior a alcalinidade de uma água, maior será a dificuldade para que se consiga a variação de seu pH quando da aplicação de um ácido ou uma base, fazendo com o consumo destes compostos seja bem mais elevado para uma mesma variação de pH.

Para valores de alcalinidade baixos, em uma ETA, o processo de coagulação poderá exigir que ocorra a pré-alcalinização, que consiste na adição de um agente químico alcalinizante para a correção do pH da água bruta (Di Bernardo e Dantas, 2005).

- **Dureza**

Resultante da presença de cátions polivalentes presentes na água a dureza é, de modo geral, definida como a soma destes, sendo expressa em termos de quantidade de carbonato de cálcio (CaCO_3). Os principais íons metálicos que conferem dureza à água são o cálcio (Ca^{2+}) e magnésio (Mg^{2+}) (Di Bernardo e Dantas, 2005).

A dureza pode ser decorrente do cálcio associado ao bicarbonato, o qual se transforma em carbonato, que é pouco solúvel, por aquecimento da água ou pela elevação do seu pH, sendo esta dureza denominada de temporária, sendo que a chamada dureza permanente é decorrente dos cátions de Ca e Mg associados a outros ânions, quase sempre associados a um íon sulfato.

Segundo Mota (2000), em termos de dureza, a água pode se classificada da seguinte maneira (em CaCO_3):

- $<50 \text{ mg/L CaCO}_3 \rightarrow$ água mole;
- entre 50 e 150 $\text{mg/L CaCO}_3 \rightarrow$ água com dureza moderada;
- entre 150 e 300 $\text{mg/L CaCO}_3 \rightarrow$ água dura;
- 300 $\text{mg/L CaCO}_3 \rightarrow$ água muito dura.

Água dura ou muito dura tem a ocorrência de sabor desagradável, fazendo com que haja significativa redução na formação da espuma do sabão e aumento de consumo, em comparação às águas para consumo humano ofertadas pelos sistemas de abastecimento público.

- **Cloretos**

Segundo Benetti e Bidone (2004), todas as águas de origem natural têm a ocorrência dos cloretos, podendo estes advir do contato com depósitos minerais e até mesmo com intrusão de águas do mar.

Contribuintes importantes para a ocorrência dos cloretos, as águas residuárias, sejam domésticas ou industriais, quando presentes conferem às águas doces sabor salgado, causando repulsa para os mais diversos usos.

- **Nitrogênio**

Nitrogênio amoniacal, Nitrito, nitrato são as possibilidades em que se pode encontrar o nitrogênio na água que é derivado do lançamento de esgotos domésticos e industriais, detergentes, fertilizantes e excrementos de animais, sendo ele um elemento nutriente indispensável para o desenvolvimento das algas. Estando em excesso pode ocasionar um desequilíbrio no meio aquático, ocasionando o fenômeno chamado de floração ou *bloom* de algas levando o ambiente a se tornar eutrófico.

A presença excessiva de nitrato, uma das maiores fontes naturais de íons, pode provocar a doença denominada metahemoglobinemia, principalmente em crianças (Mota, 2000); com relação ao nitrito, sua presença não ocorre nas águas em concentrações significativas e a amônia é causadora de toxicidade nos peixes (Di Bernardo e Dantas, 2005).

- **Fósforo**

Segundo Mota (2000), pode-se encontrar o fósforo em águas nas formas de ortofosfato, polifosfato e fósforo orgânico, sendo essencial para o crescimento de algas, devendo ser considerado que sua presença em excesso é fator determinante para a causa do fenômeno da eutrofização.

As principais fontes de fósforo são: dissolução de compostos do solo, decomposição da matéria orgânica, esgotos domésticos e industriais, fertilizantes decorrentes da agricultura, detergentes e excrementos de animais.

- **Ferro e Manganês**

De acordo com Di Bernardo e Dantas (2005), a presença do ferro, nas águas superficiais e bem aeradas, é muito rara e que sua presença não é capaz de causar problemas ao ser humano, porém quando oxidado, traz sérios inconvenientes, fazendo com que haja formação de precipitado, o que provoca manchas em sanitários e roupas.

Quanto ao manganês os problemas são semelhantes aos do ferro, sendo sua remoção mais difícil, pois a formação de precipitado (MnO_2) ocorre em valores de pH geralmente altos, acima de 8,0, o que pode dificultar a coagulação.

Dependendo da concentração, o manganês associado ao ferro pode conferir sabor amargo e adstringente à água.

- **Fluoretos**

De modo geral a presença dos fluoretos nas águas tem comprovado uma ação benéfica na prevenção da cárie dentária, mas se ocorrerem em altas concentrações, pode provocar alterações na estrutura óssea ou fluorose dentária que se caracteriza por provocar manchas escuras nos dentes.

- **Oxigênio Dissolvido (OD)**

Di Bernardo e Dantas (2005) mostram, que em virtude da baixa solubilidade do oxigênio, a quantidade máxima que a água pode conter, a uma temperatura de 20 °C, é inferior a 9,1 mg/L.

De acordo com Mota (2000), a água, em condições normais, ou seja, livre de agentes poluidores, contém oxigênio dissolvido (OD), cujo teor de saturação depende da altitude e da temperatura, onde águas com baixos teores de OD indicam a presença de matéria orgânica, visto que para a decomposição desta matéria, por bactérias aeróbias, o consumo de uma parcela deste OD se faz necessário por elas.

Os valores de OD máximos dependem, além dos fatores citados acima, da capacidade de autodepuração do manancial, face às atividades antrópicas exercidas em determinada bacias hidrográfica, podendo o teor de OD alcançar valores muito baixos, ou até chegar ao zero, caso os lançamentos de poluente no corpo hídrico sejam com grande intensidade.

2.2.3. As Características Bacteriológicas da Água

Mesmo estando límpida, a água pode conter inúmeros microrganismos, podendo causar doenças ao ser humano, por isso, a água para se tornar potável não basta ser insípida, inodora e incolor, precisa passar por testes laboratoriais após o seu tratamento, para que estes

mostrem que não há qualquer risco à saúde humana e que os parâmetros da legislação vigente, que normatiza a água para consumo humano, estão sendo obedecidos.

A água em seu estado líquido natural é habitada por inúmeros microrganismos de vida livre e que não têm características de se portar como parasitas, mas com a inserção de organismos patogênicos e/ou parasitários advindos de origens poluidoras naturais e antrópicas, a água pode se tornar um veículo que carrega um perigo sanitário potencial (Funasa, 2006).

Os animais de sangue quente (aves, suínos, bovinos, o homem etc.) ao eliminar suas fezes expõem juntamente as bactérias do grupo coliforme, que são os coliformes totais (*Escherichia*, *Citrobacter*, *Klebsiella* e *Enterobacter*) e os termotolerantes que são subgrupo das bactérias que fermentam a lactose a 44,5+/-0,5 °C em 24 horas, onde a principal representante é a *Escherichia coli* que tem sua origem exclusivamente fecal, sendo estes denominados indicadores de contaminação (Portaria nº 518/2004).

Uma pessoa, mesmo saudável, elimina diariamente, a razão de 50 a 400 bilhões de organismos e, dado ao grande número de coliformes existentes na matéria fecal, (até 300 milhões por grama), os testes de avaliação qualitativa desses organismos na água têm uma precisão ou sensibilidade muito maior do que qualquer outro teste, sendo considerado que é o economicamente o mais viável (Funasa, 2006).

As águas poluídas por águas residuárias de origem humana e animais podem transportar uma enorme variedade de organismos patogênicos incluindo bactérias, vírus, protozoários ou organismos multicelulares, que podem causar doenças gastrointestinais (Tundisi, 2004).

Na Tabela 3.4 podem-se observar os tipos de doenças humanas transmitidas por veiculação hídrica, sendo as bactérias patogênicas de detecção mais comum em águas contaminadas são: *Shigella*, *Salmonella*, *Compylobacter*, *Escherichia coli*, *Vibrio*, *Yersinia*, *Mycobacterium*, *Pasteurella*, *Leptospina* e *Legionella*, sendo as duas últimas e alguns fungos transmitidos por inalação por dispersão no ar, a partir de aerossóis contaminados.

Tabela 3.4 - Principais doenças de veiculação hídrica.

Doenças humanas transmitidas por veiculação hídrica			
Doença	Agente infeccioso	Tipo de organismo	Sintomas
Cólera	<i>Vibrio cholerae</i>	Bactéria	Diarréia severa e grande perda de líquido
Disenteria	<i>Shigella dysinteriae</i>	Bactéria	Infecção do cólon e dores abdominais mais intensas
Enterite	<i>Clostridium perfringes</i>	Bactéria	Inflamação do intestino delgado; diarréia; dores abdominais
Febre tifóide	<i>Salmonella typhi</i>	Bactéria	Dor de cabeça; perda de energia; hemorragia intestinal; febre
Hepatite infecciosa	Hepatite, Vírus A	Vírus	Inflamação do fígado; vômitos e febre; perda de apetite
Poliomielite	Polivírus	Vírus	Febre, diarréia, dores musculares; paralisia e atrofia dos músculos
Criptosporidiose	<i>Cryptosporidium</i>	Protozoário	Diarréia e dores abdominais
Disenteria amebiana	<i>Entamoeba lytolytica</i>	Protozoário	Infecção do cólon; diarréia e dores abdominais
Esquistossomose	<i>Schistosoma sp.</i>	Verme	Doença tropical do fígado; diarréia; fraqueza; dores abdominais intensas
Ancilostomíase	<i>Ancylostoma sp.</i>	Verme	Anemia severa

Fonte: Adaptado de Tundisi (2004).

A atenção quanto às detecções de microrganismos patogênicos deve ser redobrada a cada dia, pois além dos citados acima, agentes virais também são importantes contaminantes, como o vírus da hepatite, do rotavírus e etc. e, à medida que os métodos de detecção vão avançando tecnologicamente, aumenta a lista de agentes virais encontrados na água.

2.3. Tratamento de Água para Consumo Humano

Quando se fala em água para consumo humano, este deve ser considerado com de uso mais nobre, pois está presente em quase todas as atividades do ser humano, sendo usada para consumo próprio, higiene pessoal e das habitações em que vivemos, combate a incêndios e muitos outros, devendo ser ofertada dentro dos padrões de potabilidade determinados pela Portaria n°. 518/2004, do Ministério da Saúde, sob o risco de aparecimento de várias doenças de veiculação hídrica (Benetti e Bidone, 2004).

O tratamento da água tem o objetivo de reduzir as impurezas nela presentes, para que esta se torne em condições ideais para consumo humano (Motta, 2000) e, também, a melhora nas características organolépticas, físicas, químicas e bacteriológicas (Funasa, 2006), sendo realizado em função das características qualitativas da água fornecidas pelos mananciais (Netto et al, 1998), devendo ser escolhidos mananciais próximos, com capacidade de atendimento da demanda por espaço de tempo maior possível, com menores possibilidades possíveis de recebimento de agentes poluentes, além de ser sempre recomendável uma inspeção sanitária em sua bacia hidrográfica (Netto et al, 1987).

De acordo com Motta (2000), a coagulação (mistura rápida), floculação, decantação /flotação, a filtração e a desinfecção são processo em ETA de ciclo completo, sendo que dentre todos estes processos, existem aqueles que produzem resíduos, lodos e efluentes químicos que devem ser adequadamente dispostos conforme a NBR 10.004/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para que não haja impactos ambientais.

2.3.1. Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano

Um sistema de abastecimento de água para consumo humano é, geralmente, composto de manancial, captação, adução, tratamento, reservação e rede de distribuição, onde dependendo da topografia local, é necessária a adição de estações elevatórias, que são instalações de bombeamento destinadas a transportar a água de pontos de cotas menores para os de cotas maiores, tendo como exemplo mais comum a adução de água bruta para a ETA ou da água tratada para o reservatório de distribuição.

De acordo com Di Bernardo e Dantas (2005), sistemas de abastecimentos de água para consumo humano são instalações compostas por conjuntos de obras civis, materiais e equipamentos, destinados à produção e à distribuição canalizada de água potável para população, sob responsabilidade do Poder Público, mesmo que administrada em regime de concessão ou permissão.

Segundo Mota (2000) e Tsutiya (2005), as unidades que compõe o sistema de abastecimento de água para consumo humano, assim são definidas:

- **Manancial** – recurso hídrico onde é retirado a água bruta, podendo este ser superficial ou subterrâneo;
- **Captação** – retirada da água do manancial, podendo ser feita através de tomada direta ou utilizando sistemas de bombeamento;
- **Adução** – transporte da água entre duas unidades do sistema de abastecimento, através de adutoras (tubulações ou canais);
- **Estação de Tratamento de Água – ETA** – conjunto de unidades destinado a tratar a água de modo a adequar as suas características aos padrões de potabilidade, em conformidade com a legislação vigente (Portaria nº. 518/2004 do Ministério da Saúde);
- **Reservação** – acumulação de água em reservatórios com diversos objetivos como: compensar as variações de consumo; garantir o abastecimento quando houver paradas no sistema; proporcionar a pressão mínima necessária na rede de distribuição;
- **Rede de Distribuição** – tubulações dispostos nas vias públicas para efetuar o fornecimento da água às edificações.

2.3.2. Tecnologias de Tratamento de Água

Neste texto toda a atenção estará voltada para a etapa do tratamento, onde o tipo de ETA a ser utilizado dependerá da qualidade da água bruta (ideal fazer levantamento histórico no decorrer do ano de diversos parâmetros do manancial), da densidade demográfica a ser atendida, sendo, também, fatores determinantes as disponibilidades financeiras, assim como as condições de operacionalidade e de manutenção da planta.

Como todo processo industrial, na escolha de um tipo de tecnologia a ser implantada em uma ETA, deve ser considerado a redução de custos, sem que a qualidade do produto final seja comprometida, neste caso a água potável deve estar de acordo com os parâmetros estabelecidos na legislação.

Na Figura 2.6 são apresentadas as principais alternativas de tecnologias para o tratamento da água, onde, de acordo com a água bruta, estas são apresentadas com ou sem coagulação química, com ou sem pré-tratamento.

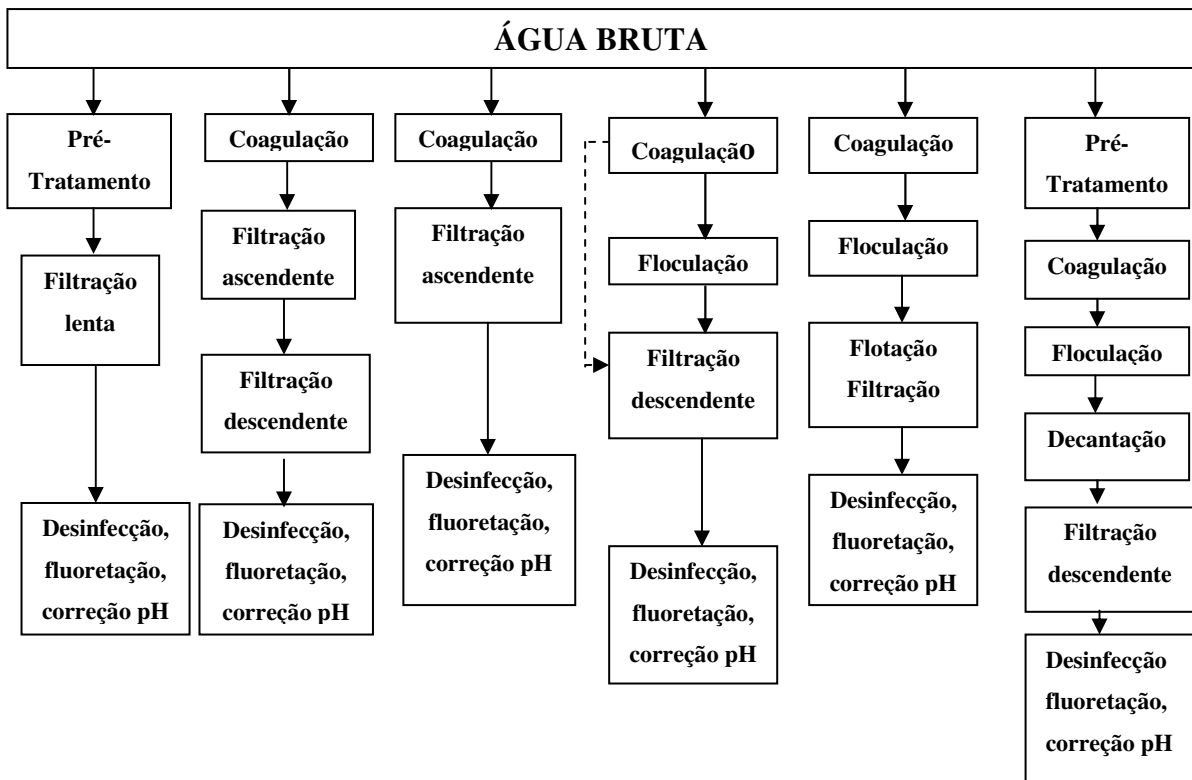


Figura 2.6 - Tecnologias de tratamento de água. Fonte: Di Bernardo e Dantas (2005).

Segundo Di Bernardo e Dantas (2005), em uma ETA de ciclo completo os principais processos contemplados são: Pré-tratamento (Alcalinização); Coagulação; Floculação; Decantação; Filtração; Desinfecção; Fluoretação e Correção de pH.

De acordo com Netto et al (1998), deve ser acrescida a fase de aeração sendo necessária a sua utilização com os objetivos de remover gases dissolvidos em excesso na águas (CO_2 , H_2S), substâncias voláteis e a introdução de oxigênio (inclusive para a oxidação de Fe^{2+} e Fe^{3+}). A aeração é um processo aplicável para águas que não tenham contato direto com o ar, como, águas de lençol freático captadas em galerias de infiltração, águas do lençol artesiano, águas provenientes de partes profundas de grandes lagos e represas. Dependendo da qualidade da água, bons resultados podem ser obtidos com pouco tempo de aeração, cerca de 1 a 2 segundos, tendo como principais tipos de aeradores por gravidade (tipo cascata; de tabuleiros); aeradores de ar difuso; aeradores mecânicos.

Todos os impactos ambientais antrópicos em uma bacia hidrográfica devem ser observados, visto que irão refletir, significativamente, no tipo de tratamento de água a ser adotado, pois tanto as características físico-químicas, quanto bacteriológicas são pontos

importantes de influência na escolha da tecnologia a ser adotada pelo projetista, assim como no modo operacional da ETA.

A definição do número de processos em um projeto de ETA deve se acompanhado da realização de estudos laboratoriais ou de modo preferencial, em estações-piloto de escoamento contínuo, mesmo que o projetista já tenha conhecimento da qualidade das características da água bruta é importante que este não cometa erros usuais em que os processos adotados ou parâmetros de projeto sejam inadequados, comprometendo de sobremaneira a qualidade da água tratada, assim como, em algumas situações, fazendo com que haja um gasto desnecessário dos produtos químicos utilizados no tratamento da água.

Segundo Di Bernardo apud Mota (2000), teoricamente, qualquer água pode ser tratada, pois as tecnologias de tratamento tiveram considerável evolução nos últimos anos, devendo ser considerados os custos e os riscos que podem estar envolvidos na realização do tratamento de águas com alto grau de poluição/contaminação, pois estes podem ser muito elevados.

Segundo Di Bernardo e Dantas (2005), o tratamento de água pode ser resumido na divisão da tecnologia em dois grupos; sem coagulação química (para águas especiais) e com coagulação química, em que dependendo da qualidade da água bruta, ambas podem ser ou não precedidas de pré-tratamento.

Na Figura 2.7 tem-se o diagrama de uma ETA de ciclo completo, sendo as definições de seus processos as mesmas dadas aos anteriores, não sendo considerado neste texto a etapa 1 como processo de uma ETA.

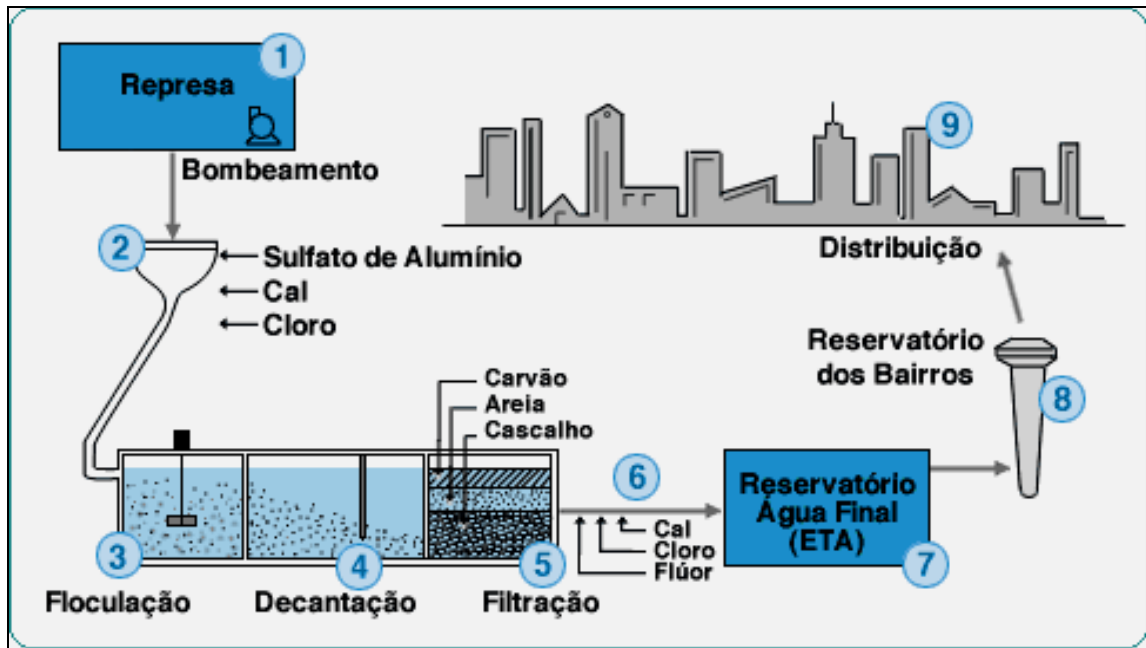


Figura 2.7 - ETA de ciclo completo. Fonte: Tatton et al (2007).

- **Pré-Tratamento (aeração, cloração e pré-alkalinização) – etapa 2**

Essa etapa 2 do processo tem por finalidade corrigir valores dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos da água bruta, incompatíveis com ao tipo de tratamento adotado e que possam vir a comprometer os resultados dos outros processos.

Apesar de não aparecer na Figura a aeração é usada para a oxidação do ferro ou outros elementos dissolvidos que se apresentem inconvenientemente em águas retiradas de poços, fontes ou regiões profundas de grandes represas, ou mesmo para a reintrodução do oxigênio na água que tenha sido perdido em contato com as camadas que as águas atravessaram, tendo como consequência a aquisição de gosto desagradável (Funasa, 2006).

A adição do cloro (pré-cloração) é para que haja a oxidação matéria orgânica, evitando a proliferação de algas nos demais processos da ETA.

A adição de cal (pré-alkalinização) é usada quando a alcalinidade da água bruta não é suficiente para que o coagulante aja, servindo para que o valor do pH da água se ajuste de modo que a coagulação ocorra.

- **Coagulação**

A coagulação resulta de dois fenômenos, sendo o primeiro de uma natureza química, onde as reações dos coagulantes (sais de alumínio e de ferro) com a água bruta e a formação das espécies hidrolisadas com as cargas positivas; o segundo fenômeno é de natureza fundamentalmente física, onde ocorre o transporte das espécies hidrolisadas para que haja contato entre as impurezas presentes na água.

Os coagulantes primários e as faixas de pH são importantes no processo de coagulação, pois geralmente, obtém-se ótimas condições de tratamento com essa conjugação, sendo mostrados na Tabela 3.5.

Tabela 3.5 – Coagulantes primários e faixas de pH em que são utilizados.

Coagulantes	Faixa de pH
Sulfato de Alumínio	5,0 a 8,0
Sulfato Ferroso	8,5 a 11,0
Sulfato Férrico	5,0 a 11,0
Cloreto Férrico	5,0 a 11,0
Sulfato Ferroso Clorado	acima de 4,0

Fonte: Vianna (2002).

Esse processo é muito rápido, variando de décimos de segundo a, aproximadamente, cem segundos, dependendo das demais características (**pH, temperatura, condutividade elétrica, concentração de impurezas, etc.**), sendo realizada na ETA, na unidade de mistura rápida (Di Bernardo e Dantas, 2005).

- **Floculação (mistura lenta) – etapa 3**

Nesse processo há a formação dos flocos nos floculadores (mecânicos/hidráulicos), que são câmaras onde a água é levemente agitada, permitindo que ocorra a aglutinação das impurezas.

Essa etapa do tratamento da água ocorre quando os coagulantes já foram completamente adicionados e reagiram com a alcalinidade da água, formando compostos que

tenham propriedades de adsorção, isto é, aquelas cujas partículas carregadas eletricamente na sua superfície, e que possam, assim atrair cargas elétricas contrárias. Essas partículas são denominadas de flocos e tem cargas elétricas superficiais positivas, enquanto que as impurezas presentes na água, como as matérias suspensas, as coloidais, alguns sais dissolvidos e bactérias, têm carga elétrica negativa, sendo, assim retidas por aqueles flocos (Funasa, 2006).

Esta etapa não há geração de resíduos como os processos de uma ETA de ciclo completo e que serão descritos a seguir.

- **Decantação - etapa 4**

Após o processo da floculação, os flocos formados ficam suspensos na água e através de um processo dinâmico, tenderão a ir para o fundo do decantador, onde os mais pesados depositam-se no início do processo fazendo com que haja uma maior acúmulo de lodo no início do decantador, esta informação é bastante importante para quem opera uma ETA, pois a programação das lavagens de um decantador pode ser baseada nesse e em outros fatores que fazem com que melhor seja otimizada a operacionalidade.

A Figura 2.8 mostra um decantador de alta taxa, do tipo colméia em funcionamento.



Figura 2.8 – Decantação em uma ETA. Fonte: Arquivo do Autor (2007).

A velocidade é menor que as dos processos de mistura rápida e floculação, pois neste processo do tratamento, procura-se evitar ao máximo a turbulência, para que a eficiência seja maximizada (Netto et. al., 1987).

- **Flotação (não representado no fluxograma)**

Muitas vezes é necessário aplicar um processo de flotação para aumentar o rendimento de eficiência de retirada de sólidos. As partículas a ser flotadas são tornadas hidrofóbicas pela adição dos coagulantes apropriados para o tipo de água a ser tratada. Então, após o processo de coagulação, fazem-se passar bolhas de ar através da mistura e as partículas que se pretende recolher ligam-se ao ar e deslocam-se para a superfície, onde se acumulam sob a forma de espuma.

Resumindo, a flotação é um processo de separação de sólido-líquido, que anexa o sólido à superfície de bolhas de gás fazendo com que ele se separe do líquido, este processo ocorre com os flocos em fluxo ascensional (inverso ao da decantação) e se apresenta como uma das principais fontes de produção de resíduos dentro de uma ETA.

- **Filtração (fluxo descendente, fluxo ascendente, lenta e rápida) etapa - 5**

Para Di Bernardo e Dantas (2005) a filtração consiste na remoção de partículas suspensas e coloidais e de microrganismos presentes na água que escoam através de um meio poroso, sendo este o último dos processos que tem por finalidade a remoção de impurezas realizado em uma ETA, podendo ser considerado o principal responsável pela produção de água de qualidade que condiz com o padrão de potabilidade e também o principal formador de resíduos líquidos em uma ETA.

O processo da filtração tem um importância muito grande no tratamento de água, tanto isto é fato que, junto com a desinfecção e a flouretação, é uma determinação legal, independente da qualidade da água bruta, observando o que diz a Resolução nº. 357/2005 do CONAMA, quanto às classes de águas aptas a serem tratadas para o consumo humano.

O período de filtração de um filtro, ou seja, o decorrente entre uma lavagem e outra é denominado de carreira de filtração, sendo que na linguagem dos operadores denomina-se “tempo de corrida”.

Quando se falar em ETA, a filtração é um processo que está universalizado, podendo ser classificados em dois tipos: **filtros lentos e filtros rápidos**.

Os filtros recebem água vinda do processo de decantação, sendo que em algumas ETAs isto não ocorre, sendo usado somente a floculação ou pré-tratamento.

Segundo Vianna (2002), os filtros podem ser classificados de acordo com o seu funcionamento que adiante são descritos, pois são pontos fundamentais na gestão ambiental dos resíduos produzidos numa ETA, objetivo do trabalho. Assim o autor classifica os filtros como de fluxo descendente: filtros lentos (baixa taxa de filtração) e rápidos (altas taxas de filtração) e de fluxo ascendente: unicamente rápidos. Desta forma pode-se diferenciar os filtros não somente pelo funcionamento, mas também, pelo material filtrante empregado e os resultados obtidos.

- **Filtração de fluxo descendente**

Bastante empregado no Brasil (Netto et al, 1987 ; Di Bernardo e Dantas, 2005; Vianna, 2002), podem ser empregados com baixas taxas de filtração (Funasa, 2006) ou altas taxas de filtração (Di Bernardo e Dantas, 2005).

- **Filtros lentos (de baixa taxa de filtração);**

Os filtros lentos são utilizados principalmente para a remoção de material orgânico e organismos patogênicos (remoção superior a 99%, podendo atingir 99,99% de *E. Coli* e de bactérias, quando bem operados) contidos na água a ser filtrada, sendo 50 uT o valor máximo da turbidez para a operação em regime, mas em casos extremos com os valores entre 100 e 200 uT pode-se obter valores de turbidez da água filtrada muito bons, desde que o tempo de operação nessas condições seja curto, de forma a se obter as melhores condições de filtração e de operação a turbidez da água a ser filtrada deve ser igual ou menor que 10 uT (Netto et al, 1987).

Segundo Netto et al (1987), os filtros são construídos com uma única camada filtrante de areia e são considerados lentos quando tem as taxas de filtração entre 2,4 e 9,6 m³/m².dia, sendo que valores maiores que estes só poderão ser utilizados se o manancial dispuser de água bruta livre de matéria em suspensão, ou em casos mais extremos, se a mesma tiver tido pré-tratamento, de acordo com suas características.

Na Figura 2.9, pode ser observado, esquematicamente, um filtro do tipo lento.

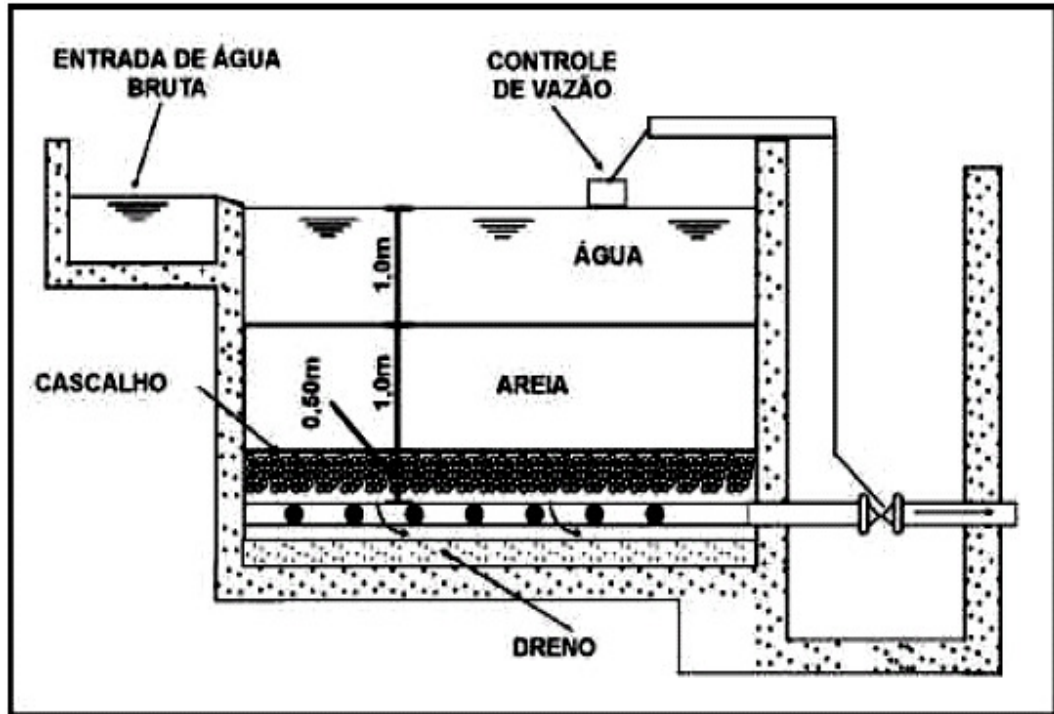


Figura 2.9 – Filtro lento. Fonte: Funasa (2006).

Como mostrado na Figura 2.10, a areia utilizada como suporte de filtração deve ser toda removida e lavada e depois recolocada no filtro (Netto et al, 1998) , produzindo efluentes contaminados, bem como lodos e materiais de rejeitos sólidos, porém para alguns locais do interior do país este é o recurso natural para tornar a água potável. A limpeza periódica de um filtro lento é a uma das principais fontes de produção de resíduos dentro do processo de tratamento de água.

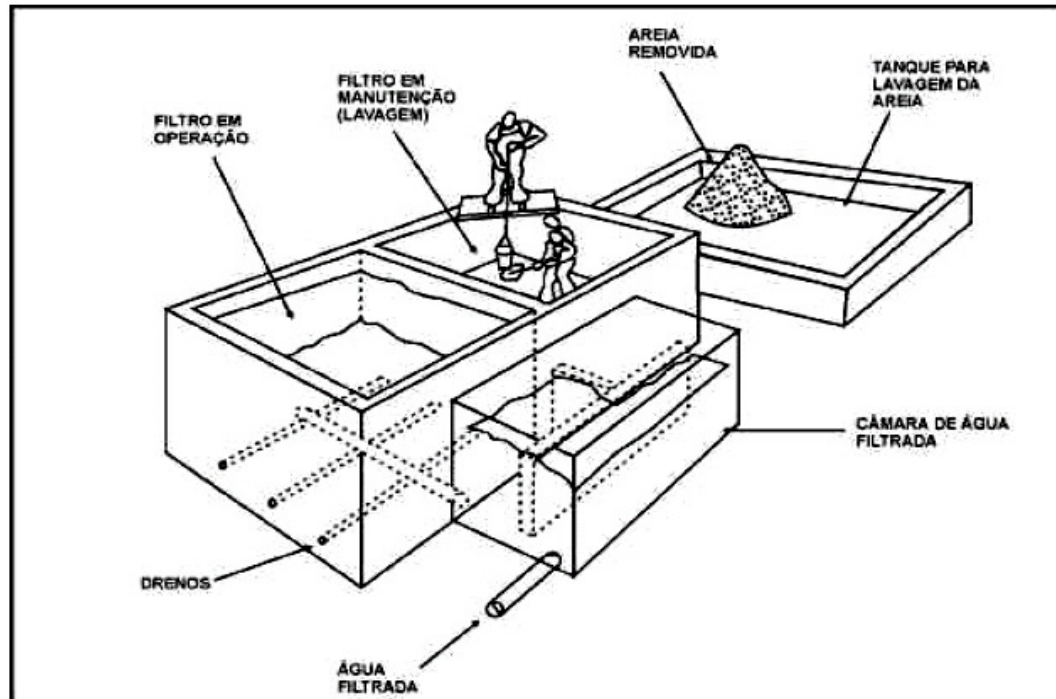


Figura 2.10 – Lavagem de um filtro lento. Fonte: Funasa (2006).

- **Filtros rápidos (alta taxa de filtração)**

Os filtros rápidos descendentes são empregados com taxas de filtração de 120 a 360 $\text{m}^3/\text{m}^2\cdot\text{dia}$ e construídos com camadas simples de areia, ou duplas de areia e antracito ou de camadas triplas de areia, antracito e granada (Vianna, 2002). Normalmente filtram a água retendo o material sólido produzido pelos processos de coagulação química e floculação, bem como outros materiais orgânicos e inorgânicos que porventura tenha passado pelo processo de decantação.

Na Figura 2.11 pode ser visto um filtro rápido em carga.



Figura 2.11 – Filtro rápido em carga. Fonte: Arquivo do Autor (2006).

O material retido no leito filtrante, normalmente é retirado por retrolavagem, sendo poluente, devido aos produtos químicos empregados pelo processo de tratamento, bem como bastante perigoso sob o ponto de vista de contaminação de microrganismos, uma vez que parte deles ficam retidos na camada filtrante.

- **Filtração de fluxo ascendente**

Para Netto et al (1987), os filtros de fluxo ascendente são semelhantes aos filtros rápidos, com taxas de filtração de 120 a 150 m³/m².dia, porém com funcionamento em sentido inverso.

Filtros desse tipo são construídos com camada de areia espessa de aproximadamente 2 metros, colocada sobre uma camada de seixos rolados com espessura de cerca de 0,60 metros.

Da mesma forma que os filtros rápidos descendentes a água deve ter passado pelos processos de coagulação, floculação e decantação e apresenta portanto, quando de sua limpeza, a produção dos mesmos resíduos poluentes de todos os filtros necessitando então destino final e manuseio adequados.

- **Fluoretação - etapa 6**

A fluoretação no Brasil é obrigatória pela Lei Federal nº. 6.050, de 24 de maio de 1974, sendo essa lei regulamentada pelo Decreto nº. 76.872, de 22 de dezembro de 1975 e tendo a Portaria nº. 635 de 26 de dezembro de 1975 do Ministério da Saúde, que aprova as normas e padrões sobre fluoretação da água dos sistemas públicos de abastecimento, destinada ao consumo humano.

Na Tabela 3.6 abaixo pode-se observar os limites recomendados para a concentração do íon fluoreto em função da média anual das temperaturas máximas diárias.

Tabela 3.6 - Limites recomendados de íon fluoreto.

Média anual das temperaturas máximas diárias do ar (°C)	Concentração do íon fluoreto na água (mg F ⁻ /L)		
	Mínima	Média	Máxima
10,0 – 12,1	0,9	1,2	1,7
12,2 – 14,6	0,8	1,1	1,5
14,7 – 17,7	0,8	1,0	1,3
17,8 – 21,4	0,7	0,9	1,2
21,5 – 26,3	0,7	0,8	1,0
26,4 – 32,5	0,6	0,7	1,8

Fonte: Di Bernardo e Dantas (2005).

Para a introdução do flúor na água, em sistemas de abastecimento para consumo humano, mais comumente, usa-se o ácido fluossilícico ou o fluossilicato de sódio.

Ambos os produtos são corrosivos e necessitam de manuseio cuidadoso e principalmente podem produzir resíduos que afetam o meio ambiente seja pelo seu transporte ou pelas embalagens que resultam do seu acondicionamento.

Portanto, é de extrema importância que se leve em consideração questões de controle e gestão dos produtos. No entanto, o seu emprego é fundamental na saúde bucal, levando a diminuição das cáries principalmente nas camadas sociais mais pobres.

- **Desinfecção - etapa 6**

Desinfetar uma água significa eliminar os microrganismos patogênicos presentes na mesma, sendo que em épocas de surtos epidêmicos a água de abastecimento público deve ter a dosagem de desinfetante aumentada, pois em casos de emergências deve-se garantir, por todos os meios, a água potável (Funasa, 2006).

As principais vantagens e desvantagens dos desinfetantes (oxidantes) mais utilizados no tratamento da água são mostradas na Tabela 3.7.

Tabela 3.7 – Vantagens e desvantagens dos desinfetantes (oxidantes) usados na água.

Desinfetante (Oxidante)	Vantagens	Desvantagens
Cloro	Oxidante poderoso; sistema de dosagem relativamente simples; residual persistente; uso comum.	Pode formar compostos halogenados quando a água apresenta precursores; problemas de sabor e odor; influência do pH na formação de espécies de cloro.
Ozônio	Oxidante poderoso; geralmente forma quantidades pequenas de compostos organo-halogenados; não apresenta problemas de odor e sabor; pequena influência do pH.	Não deixa residual nos pontos mais distantes da ETA; geração no local da ETA; consumo excessivo de energia elétrica; complexa medição de residual; corrosivo.
Dióxido de Cloro	Oxidante poderoso; residual relativamente persistente; geralmente forma quantidades pequenas de compostos organo-halogenados; não há influência no pH.	Formação de alguns compostos organo-halogenados (diferentes dos trihalometanos); possíveis subprodutos (clorito e clorato); geração no local da ETA.
Permanganato de Potássio	Fácil de aplicar na água; não forma trihalometanos.	Oxidante moderado; confere cor (rosa) à água; pequena ação desinfetante.
Peróxido de Hidrogênio	Fácil de aplicar na água; forma radicais hidroxilas (com alto poder de oxidação).	Oxidante moderado; formação de subprodutos ainda desconhecidos.
Iodo	Desinfeta bem a água após um tempo de contato de meia hora.	Tem alto custo comercial para ser empregado em sistemas públicos de abastecimento de água.
Prata	É bastante eficiente; sob forma coloidal ou iônica não deixa nem cheiro na água e tem uma ação residual satisfatória.	Sua eficiência diminui consideravelmente em água que contenham certos tipos de substâncias, como cloretos.

Fonte: Adaptação de Di Bernardo e Dantas (2005) e Funasa (2006).

Em uma ETA de ciclo completo (coagulação, floculação, decantação/flotação e filtração) há a eliminação de, aproximadamente, 98 a 99% dos microrganismos patogênicos que eventualmente estejam presentes na água bruta, com filtros rápidos de areia, ficando reservada para o processo de desinfecção a eliminação dos microrganismos patogênicos que ultrapassem todo o ciclo completo de tratamento de água (Vianna, 2002).

Os animais de sangue quente, incluindo os seres humanos, lançam seus dejetos com vários microrganismos patogênicos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e vermes), que podem chegar aos corpos d'água, contaminando-os.

Os desinfetantes, de um modo geral, para serem usados nas ETAs devem apresentar as seguintes características:

- conseguir em tempo razoável destruir os microrganismos patogênicos na quantidade em que se apresentam;
- não ser tóxicos ao ser humano e aos animais e não causar odor e sabor nas águas, nas dosagens usuais;
- ser disponível a custo acessível e oferecer condições seguras nas fases de utilização (transporte, armazenamento, manuseio e aplicação na água);
- ter sua concentração na água medida de forma rápida por meio de métodos simples e confiáveis;
- produzir residuais persistentes na água, assegurando, como determina a Portaria nº. 518/2004, a qualidade da água contra eventuais contaminações, nas diferentes partes do sistema de abastecimento (Di Bernardo e Dantas, 2005).

No caso do Brasil, o produto mais utilizado em ETAs é o cloro sob a forma de solução ou aplicação direta sob a forma gasosa (Funasa, 2006).

O cloro gasoso é letal aos seres humanos, sendo, portanto, o local de armazenamento, transporte e manuseio, de risco e merecedor de cuidados especiais (Abiclor, 1989).

Suas características são extremamente favoráveis para utilização em larga escala, pois agem sobre os microrganismos presentes na água e, na dosagem correta para desinfecção no meio água, não são nocivos ao homem, não altera a qualidade depois de aplicado, sendo tolerado pela maioria da população e considerando a determinação da Portaria nº. 518/2004 deixa um residual ativo na água por um tempo razoável, isto é, sua ação desinfetante continua por um período satisfatório e com relação ao fator econômico é um dos mais baratos no mercado atualmente.

O cloro é aplicado na água por dosadores, conforme mostra a Figura 2.12, que são aparelhos que regulam a quantidade do produto a ser ministrado, dando-lhe vazão constante, podendo o cloro ser aplicado na forma gasosa (o acondicionamento do cloro gasoso é feito em cilindros de aço/carretas-tanque, com várias capacidades de armazenamento), onde são usados dosadores de vários tipos.

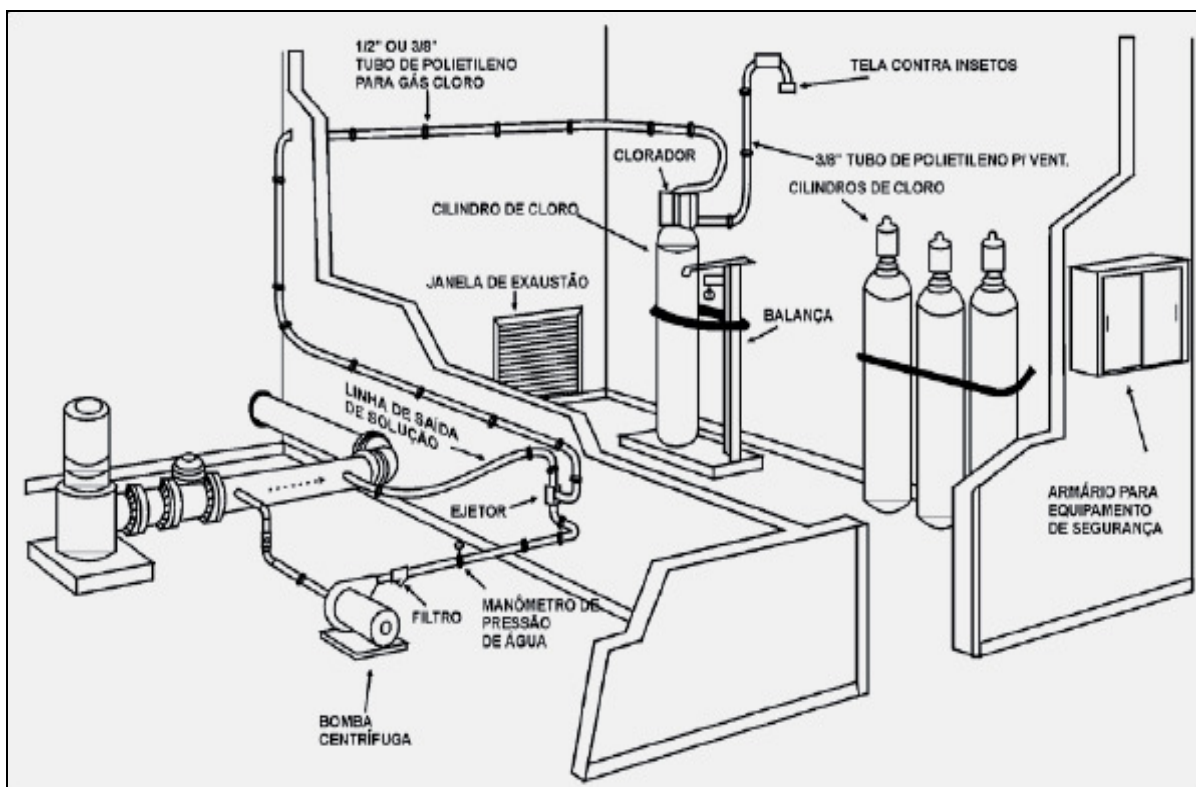


Figura 2.12 – Sistema de cloração; cilindros de 45 Kg. Fonte: Funasa (2006).

Podendo ser aplicado também na forma líquida de solução de produtos que contém percentuais de cloro ativo, com auxílio de aparelhos denominados hipocloradores ou bombas dosadoras.

Estes produtos são apresentados na Tabela 3.8 e como se pode notar que sendo substâncias químicas que afetam principalmente as vias respiratórias, o seu transporte e manuseio apresentam necessidade de cumprir normas de segurança e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). (Funasa, 2006).

Tabela 3.8 – Compostos e Produtos a base de Cloro para Desinfecção da Água

Principais Compostos e Produtos de Cloro usados para Desinfecção da Água							
Nome do Composto	Fórmula Química	Cloro Ativo (%)	Características	Embalagem	Prazo de Validade	Nome Comercial	
Hipoclorito de Sódio	NaCl	10 – 15%	Solução aquosa, alcalina, de cor amarelada, límpida e de odor característico	Recipientes opacos de materiais compatíveis com o produto.	um mês. Decompõe-se pela luz e calor, deve ser estocado local ao abrigo da luz.	Hipoclorito de Sódio	
Hipoclorito de Cálcio	Ca(OCl) ₂	Superior a 65%	Coloração branca pode ser em pó ou granulado	Recipientes plásticos ou tambores metálicos com revestimento.	6 meses	Hipoclorito de Cálcio	
Cloro	Cl ₂	100%	Gás liquefeito sob pressão de coloração verde amarelado, e de odor irritante	Cilindros verticais de aço de 68 kg e horizontais de 940 Kg.	-	Cloro Gasoso	
Cal Clorada	CaCl	35 – 37%	Pó branco.	Sacos de polipropileno de 1 a 50 kg. Local seco e ao abrigo da luz.	Pouco estável. Perda de 10% no teor de cloro ativo a cada mês	Cloreto de Cal.	
Água Sanitária	Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio.	2 – 2,5% durante o prazo de validade	Solução de coloração levemente amarelada.	Embalagem de 1,0L (plástico opaco).	Verificar no rótulo do produto.	Água sanitária ou Água de lavadeira.	

Fonte: Funasa (2006).

• Correção de pH (controle de corrosão) – etapa 6

As águas geralmente apresentam algumas impurezas que podem favorecer e acelerar a corrosão, dentre elas pode-se citar o gás carbônico, os ácidos diluídos e cloretos.

Quando a água passa por um processo físico-químico com objetivo de torná-la potável, dependendo das substâncias que nela estejam agregadas e da quantidade de coagulante que precise ser empregada para que a coagulação se processe, seu pH cai tornando-se ácida, da mesma forma, após a filtração, na dosagem do cloro para a desinfecção, o pH também permanece ácido. Essa acidez causa corrosão das canalizações, válvulas e equipamentos

causando grande prejuízo anual para os serviços de abastecimento de água, que além de terem a sua vida útil reduzida, apresentam menor capacidade de condução de água.

Para que essa agressividade na água a ser distribuída seja neutralizada, esta deverá ser alcalinizada, isto é, receber certa quantidade de cal (virgem ou hidratada), para a elevação do pH (correção do pH), mas não basta elevar o pH até 7,0 ou pouco mais; faz-se necessário adicionar quantidade suficiente de cal para que seja eliminado o gás carbônico, pois formar-se-á uma fina camada de carbonato na superfície interna dos tubos protegendo-os contra ataques. A cal em solução ou em suspensão é aplicada às águas, de preferência após a cloração, onde bem como no processo anterior, os produtos empregados põem em risco a saúde dos trabalhadores (Netto et al, 1987).

2.3.3. Os Procedimentos Operacionais em uma ETA

A operação de uma ETA é complexa, pois todo o tempo é necessário observar várias operações que ocorrem dentro da planta, bem como atento as mudanças de qualidade do insumo principal, a água a ser tratada. Assim por exemplo, é necessário monitorar constantemente valores de pH para dosagem correta de produtos químicos de coagulação/floculação, que pode afetar todo processo de tratamento de forma global, onde qualquer erro pode ocasionar problemas de decantação, afetar os filtros levando a se obter um produto de baixa qualidade.

Os procedimentos operacionais de uma ETA são somatórios de tarefas que os operadores têm que executar, utilizando vários equipamentos para o preparo de soluções de produtos químicos (coagulantes, alcalinizantes, auxiliares de floculação e desinfetantes), dosando-as nos diversos processos que compõe uma ETA, assim como, a determinação de parâmetros de controle tais como a cor, o próprio pH, a turbidez e alcalinidade das águas bruta, coagulada, decantada, filtrada e distribuída.

Cabe aos operadores, também, a operação de sistemas de cloração, fluoretação, alcalinização e o controle dos níveis das águas nas várias unidades componentes da ETA, assim como as lavagens dos filtros e descargas periódicas nos decantadores, além da responsabilidade pelo recebimento dos produtos químicos e orientação da adequada estocagem dos mesmos.

O controle das operações, através de mapas/boletins de controle operacional, é um fator importante para que a gerência do departamento de água e os órgãos responsáveis pela vigilância da qualidade da água possam ter uma radiografia operacional do sistema, por isso é de suma importância que o operador preencha corretamente e com fidelidade aos fatos estes mapas/boletins de operações de ETA.

Como rotina, na maioria das ETAs, ao assumir o plantão o operador deverá chegar 15 minutos antes do horário de início de seu plantão, para que junto com o operador que está saindo possa efetuar um controle de campo, observando os seguintes itens:

- as etapas do tratamento (mistura rápida, floculadores, decantadores, filtros, nível do reservatório de água tratada) com objetivo de recebimento de um plantão sem qualquer anormalidade nos processos do tratamento e também nos equipamentos da ETA;
- a concentração em que foi preparada a solução nos tanques de produtos químicos, visando evitar surpresas no momento em que seja necessário efetuar alguma manobra para troca/substituição de tanques e dosadores;
- o consumo de produtos químicos e reagentes laboratoriais do plantão anterior, verificando se condiz com estoque encontrado ao receber o plantão;
- as paradas dos equipamentos que porventura tenham ocorrido e/ou que venham a ocorrer, em virtude do revezamento e/ou programa de manutenção e se estão funcionando perfeitamente;
- o operador que estiver deixando o serviço deverá, após efetuar o controle de campo junto com o operador que o está rendendo, assinar na presença deste, o mapa/boletim de controle operacional;
- em caso de divergências na inspeção de campo, um relatório de deverá ser elaborado de forma conjunta e colocado em um livro de ocorrência, onde os dois operadores colocarão as respectivas assinaturas e, num prazo máximo de até 24 horas, encaminhar ao seu chefe imediato;
- em caso de divergências no controle de campo e, não for elaborado o relatório citado anteriormente, as responsabilidades administrativas decorrentes da não comunicação no prazo estabelecido, serão partilhadas pelos dois operadores (CEDAE, 2006).

Uma rotina de trabalho dentro de uma ETA consta de tarefas que devem seguir etapas cuidadosas e repetitivas. Assim, análises laboratoriais são realizadas a intervalos de tempo determinados pela rotina, e inspeções constantes dentro da planta. Uma dessas rotinas pode ser demonstrada como se segue:

Após a inspeção de controle de campo o operador tem como tarefa inicial a verificação das características físico-químicas da água bruta e distribuída, verificando, também se o pH da água coagulada está dentro da faixa operacional, até que este possa realizar o teste dos jarros ou ensaio de coagulação.

Após o ensaio de coagulação é necessário a determinação de turbidez, cor, pH e alcalinidade das águas bruta, tratada e em diversas outras etapas do processo. Os métodos de determinação podem ser encontrados no Manual de Meio Ambiente, FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (1983), vol. 2, ou no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (1998).

A próxima tarefa pode ser a lavagem dos filtros ou decantadores.

Os filtros de uma ETA devem ser lavados quando apresentarem perda de carga acentuada ou, quando houver perda da qualidade da água filtrada, considerando que o artigo 12 da Portaria nº. 518/2004 estabelece valores para os sistemas de filtração.

As Figuras 3.13 e 3.14 mostram o início e o final da lavagem de um filtro, onde se pode observar que o líquido que retorna ao meio ambiente, deve ser tratado de maneira correta devido a sua capacidade de impactar corpos de água.



Figura 2.13 – Filtro sendo lavado.
Fonte: Reali (1999).



Figura 2.14 - Filtro lavado. Fonte: Reali (1999)

Para fazer a limpeza dos filtros, fecha-se a admissão da água proveniente dos decantadores e aguarda-se que o nível de água da câmara filtrante baixe, pois assim, ter-se-á filtrado boa quantidade de água evitando perdas acentuadas e, também, diminuirá o peso da água proveniente do reservatório. Abre-se a admissão do reservatório de água de lavagem, sendo esta operação chamada de inversão de corrente ou retrolavagem. A água de lavagem penetra sob pressão através dos drenos, revolve a areia e carrega a sujeira acumulada para os canais de descarga de água de lavagem.

Ao término da lavagem dos filtros, fecha-se a admissão da água do reservatório de lavagem, abre-se a da água dos decantadores e inicia-se novamente a filtração com a abertura do registro da água filtrada (Funasa, 2006).

De acordo com Reali (1999), em geral, a lavagem dos filtros é realizada em intervalos de 12 a 48 horas com duração de 4 a 15 minutos e com taxa de aplicação de água da ordem de 10 a 15 L/m²s, dependendo do método de lavagem.

A otimização da operação de um decantador resume-se, em alguns casos, em descargas periódicas para minimizar o impacto do acúmulo do lodo decantado na qualidade da água tratada que irá para os filtros.

As Figuras 3.15 e 3.16 mostram a limpeza de um decantador, sendo a produção de lodos e semi-sólidos os principais produtos a serem dados destino final adequado.



Figura 2.15 – Decantador fora de carga.
Fonte: Reali (1999).



Figura 2.16 – Decantador sendo esvaziado para lavagem. Fonte: Reali (1999).

Segundo Reali (1999), os resíduos gerados nos decantadores, nos sistemas tradicionais, podem ficar retidos durante vários dias (30, 40, 60) ou algumas horas, dependendo da forma de limpeza utilizada nos tanques, por isso o responsável deve estar atento ao comportamento da ETA que está operando.

A depreciação da qualidade da água decantada pode acarretar na perda da eficiência dos filtros, fazendo com que a turbidez da água filtrada aumente, ficando em desacordo com os valores estabelecidos pela Portaria nº. 518/2004 e, também, um aumento nas lavagens dos mesmos, fazendo, com isso, que haja um aumento nas perdas da ETA, diminuindo sua eficiência.

Uma das etapas mais importantes da operação é a desinfecção por cloro. O cloro é o produto químico que representa o maior risco às pessoas que trabalham na ETA, assim como, devido às suas características, para os habitantes próximos ao local.

Por acondicionar uma substância perigosa, os cilindros com cloro devem ser manuseados com cuidado e a movimentação destes deve ser feita com o capacete de proteção das válvulas, evitando proferir golpe com qualquer objeto que seja ou até mesmo cair, sendo necessário o manuseio destes por pessoal habilitado, devidamente treinado, com todas as instruções de emergências disponíveis em caso de acidente.

Para se manusear os cilindros de cloro, tanto os grandes como os pequenos, deve-se proceder com técnica, pois sob nenhum pretexto, tanto cilindros com válvulas ou dispositivos de segurança podem ser separados, alterados, modificados ou usados de maneira diferente da recomendada, pois mesmo que os cilindros estejam vazios, os “caps” das válvulas e os capacetes de proteção devem ser mantidos no lugar. Não se deve esquecer que os cilindros pequenos são armazenados de pé (**nunca deitados**) e os cilindros grandes na posição horizontal, em suportes próprios (metais ou concreto) (Abiclor, 1989).

A vazão do cloro depende da pressão interna do cilindro, que por sua vez, relaciona-se com a temperatura do cloro líquido. Para grandes vazões, a temperatura e pressão do cilindro podem baixar pelo efeito do resfriamento causado pela evaporação do cloro e a vazão irá diminuindo até praticamente cessar. Em vazões excessivas, a diminuição de temperatura do cilindro ocasionará a formação de uma camada de gelo em sua volta, que atua como isolante, diminuindo ainda mais a vazão (Abiclor, 1989).

A conexão entre os cilindros e a tubulação deve ser flexível, inspecionada regularmente e substituída anualmente, ou assim que apresente o primeiro sinal de desgaste ou avaria. Para a conexão dos cilindros, é recomendado o uso de adaptadores, utilizando-se

uma nova junta para cada conexão; a reutilização de juntas, geralmente, origina vazamentos (Abiclor, 1989).

Para a localização de vazamentos, deve ser utilizado algodão ou estopa impregnado de amônia concentrada, preso na ponta de uma vara ou, um vidro que possibilite a criação de aerossóis desse mesmo produto, pois a aproximação de vapores de amônia ao local de vazamento formará uma névoa branca que permitirá a rápida localização do ponto onde esteja ocorrendo o vazamento (deve ser evitado o contato da amônia com o latão) (Abiclor, 1989).

Em caso de vazamento de cloro nunca deve ser aplicada água, pois o cloro é levemente solúvel em água e a mistura de água e cloro tem rápida ação corrosiva agravando o vazamento (Abiclor, 1989).

2.4. A Gestão de uma ETA de Ciclo Completo

De acordo com Parsekian (1998), existe mais de 7.500 ETAs espalhadas no Brasil, tendo uma enorme variedade de concepções de projetos que adquirem algumas particularidades quando se fala em gerenciamento e operação das mesmas. Essa constatação vem das condições dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos da água bruta, que dependem das condições de ocupação da bacia hidrográfica e das proteções estabelecidas aos mananciais.

A gestão e operações de uma ETA são complementares, pois o comprometimento da gerência na otimização dos processos é fundamental para que os operadores absorvam integralmente a cultura de produzir o produto final (água potável) com o menor custo possível, sempre observando os parâmetros impostos pela legislação vigente.

O papel do gerente de uma ETA é de suma importância quando este tem a visão do tratamento como um todo, pois a gerência deve ter o conhecimento dos dispositivos legais que envolvem a pesquisa da qualidade das águas brutas (Resolução CONAMA nº. 357/2005) e tratada (Portaria nº. 518/2004), considerando a aplicação do flúor (Portaria nº. 635/74), assim como no recebimento dos produtos químicos utilizados no tratamento, que tem como orientação básica as diretrizes constantes nas normas da ABNT e considerando de mesma importância as determinações constantes nas normas da British Standards (BS) - Ocupacional

Health and Safety Assessment Series (OHSAS) 18.000, que versam acerca da segurança e da saúde ocupacional.

A participação dos operadores na rotina diária de uma ETA vem do fato que na maioria dos casos estas unidades funcionam 24 horas ininterruptas e alguns departamentos de produção adotam os regimes com escalas de plantão de 24 horas de trabalho efetivo com 72 horas de descanso ou no mesmo sistema com a escala de 12 por 36 horas, fazendo com que estes funcionários tenham toda rotina operacional bem assimilada.

Para que a otimização dos processos seja bem sucedida, a boa qualificação do profissional que opera uma ETA é fundamental, tendo noção clara da importância do SMS (Saúde/Meio Ambiente/Segurança), onde o uso dos EPIs tem que fazer parte da rotina diária de trabalho, pois este irá manusear produtos químicos e produzirá um produto final que tem papel importantíssimo nos índices de melhoria da qualidade de vida, assim como na queda dos números de doenças de veiculação hídrica.

Segundo Parsekian (1998) a grande maioria das ETAs existente no Brasil não apresenta programas de preservação e recuperação de mananciais, de controle, de perdas, de treinamento eficiente e contínuo dos operadores, entre outros, caracterizando ausência de gestão eficiente nestas unidades.

O gerente de uma ETA é peça fundamental para que esta possa ter sua dinâmica operacional otimizada, pois de acordo com Cordeiro e Campos (1999), devem ser observados alguns aspectos relevantes no sistema: estrutura e responsabilidade; treinamento e conscientização; comunicação; disponibilização e conhecimento da legislação ambiental; estabelecimento de processos de emergência; monitoramento e medição; registros de eventos; estabelecimento de ações corretivas e preventivas; sendo necessário para a implementação destas ações o aporte de pessoal treinado e de competência comprovada.

A gestão de uma ETA requer a consciência que a transformação da água bruta em água potável tem todas as características de uma indústria, pois segundo Cordeiro e Campos (1999) a não observância visando a otimização dos procedimentos e melhorias das condições operacionais podem levar a desperdícios e perdas de água no processo, perdas de produtos químicos, de energia elétrica, além de provocar danos ambientais importantes.

A Figura 2.17 mostra, resumidamente, como deve ser a visão de um gerente de uma ETA, considerando que em todos os pontos de visão a legislação se faz presente, assim como as normas editadas pela ABNT, mas pode ser observado que não é observado um sistema de saúde e segurança ocupacional.

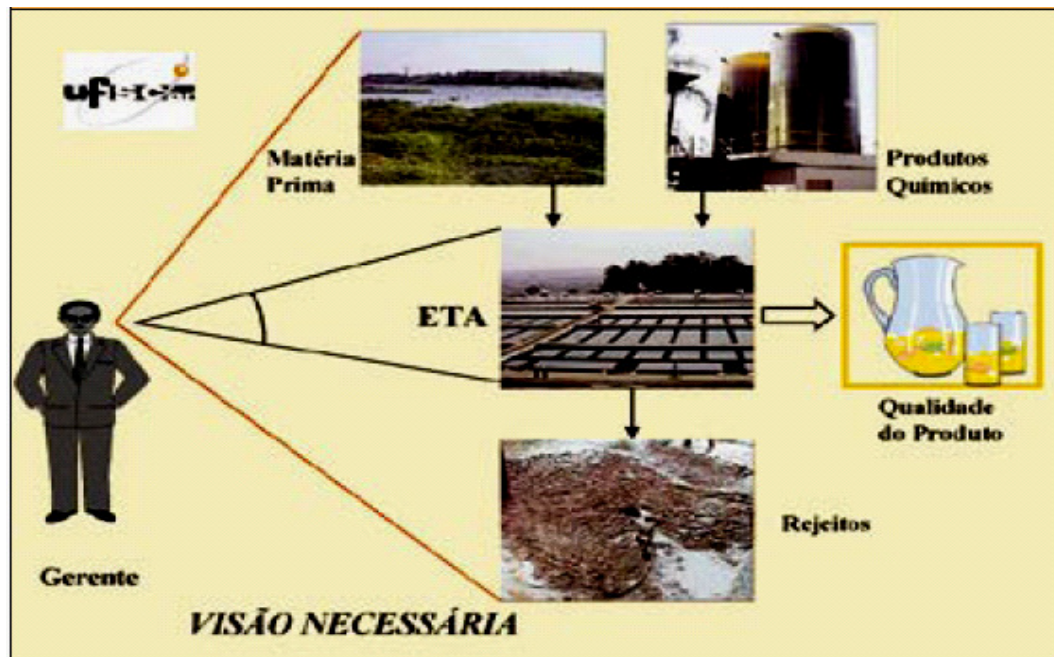


Figura 2.17 – Visão necessária de um gerente de ETA. Fonte: Parsekian (1998).

Em tempos de crescente preocupação com os impactos ambientais provocados pelas atividades antropogênicas, o gerente de uma ETA deve ter a constante preocupação com a preservação dos mananciais, visando à conservação da qualidade da água bruta, com a qualidade dos insumos (produtos químicos) fornecidos e o compromisso do fornecedor com a questão ambiental, principalmente na com relação à legislação vigente.

A preocupação tem que ser contínua e não se restringir às questões relacionadas especificamente ao tratamento.

É fundamental a atualização dos gerentes (seja em instituições de ensino ou através de intercâmbio com os de outras unidades) das ETAs, além da interação com os profissionais sob seu comando, pois apesar de sua imensa importância para a população, com relação à saúde pública, uma ETA também produz rejeitos que são gerados nas lavagens dos filtros, nas descargas periódicas e lavagens dos decantadores e nas limpezas dos tanques que acondicionam as soluções dos produtos químicos utilizados no tratamento e esse passivo ambiental necessita de soluções imediatas, vistos que no Brasil, segundo Cordeiro e Campos (1999), os resíduos decorrentes do tratamento de água são dispostos, com grande frequência, em cursos d'água próximos às ETAs.

Somando a tudo isso, exige-se do gerente o conhecimento das legislações vigentes (Leis, Decretos, Portarias e Resoluções), das Normas Brasileiras Regulamentadas (NBR), da

ABNT, relacionadas ao tratamento de água e das normas OHSAS, da British Standards, que falam acerca da segurança e saúde ocupacional.

Periodicamente devem ser realizadas coletas de amostras que fornecerão dados que venham refletir como se comporta operacionalmente uma ETA, em todas as suas etapas. Estas são de suma importância, exemplificando que, segundo Parsekian e Cordeiro (2003), quando não se afere adequadamente a qualidade dos produtos químicos utilizados em uma ETA, há a utilização de produtos impuros que vão prejudicar a qualidade final da água, podendo interferir na dosagem ótima a se aplicada e na quantidade e qualidade dos gerados no processo.

Dentro de todo este contexto a gerência de uma ETA, assim como em qualquer unidade industrial, deve ser pautada na obtenção de uma excelente qualidade do produto final (água potável), aliando esta qualidade com a quantidade requerida (controle apurado das perdas), considerando que, também deva ser feito todo esforço objetivando a minimização dos resíduos gerados durante o processo de tratamento.

O mais importante de todo este processo para o gerente de uma ETA está na sua constante busca pela qualificação, assim como a de seus subordinados, considerando que a necessidade de um quadro operacional, e até mesmo administrativo, se faz cada vez mais presente, diante da crescente demanda por água de qualidade sem que seja reduzida a sua quantidade.

2.4.1. A Gestão dos Recursos Humanos

Atualmente dentre os grandes desafios das empresas de saneamento está a melhoria da qualidade de sua mão de obra, em face de uma crescente conscientização da sociedade na questão ambiental, principalmente quando se fala em qualidade das águas bruta e potável e toda a contextualização que se criou em torno das questões relacionadas ao saneamento ambiental.

Quanto maior e melhor for a capacitação do funcionário, melhor poderá ser a sua compreensão quanto da importância de procedimentos operacionais que levem à busca por melhores métodos que possibilitem a economia de energia elétrica, de produtos químicos e a conservação dos recursos hídricos.

A diferença, caso haja, entre o grau de escolaridade de um operador e do gerente de uma ETA não deve ser um complicador para a implantação de procedimentos que venham melhorar a qualidade do produto final.

Para o gerente de uma ETA, deve-se exigir um grau de formação compatível com a responsabilidade que a atividade exige, pois independente do número de habitantes atendidos pelo sistema de abastecimento de água, os fatores relacionados à saúde pública devem ser considerados em primeiro lugar, pois a água potável deve ter os mesmos padrões de potabilidade que preconiza a Portaria nº. 518/2004, independente do tamanho ou da condição socioeconômica da comunidade abastecida.

Para que os operadores e gerentes de ETA tenham plenas condições de exercerem suas atividades de maneira que saibam, verdadeiramente, a importância de seus trabalhos, o melhor caminho é a capacitação contínua, que forneça conhecimentos técnicos e informações de tecnologias que possibilitem a estes o aumento da capacidade de reflexão acerca dos temas relacionados às atividades de tratamento de água e ao saneamento ambiental como um todo, usando tudo isso para melhor desenvolver suas atividades no trabalho (Albuquerque, et al, 2005).

Segundo Cordeiro (2003), a divisão da escolaridade dos operadores dos sistemas de tratamento no país se configura da seguinte maneira:

- possuem primeiro grau incompleto – 31%;
- possuem primeiro grau completo – 29%;
- possuem curso técnico – 20%;
- possuem segundo grau completo – 16%;
- possuem terceiro grau completo – 4%.

A disseminação das informações para os profissionais da área de saneamento ambiental deve ser a mais ampla possível, independentemente do grau de escolaridade, pois estas devem maximizar a formação destes profissionais, especializando-os com cursos com frequência cada vez maior, pois somente desta maneira poderá haver um melhor aproveitamento desta mão de obra que tem a capacidade de transformar a água bruta em água potável (Barros Filho, et al, 2004).

2.4.2. As Perdas Físicas e os Resíduos gerados em uma ETA de Ciclo Completo

A geração de resíduos e as perdas de água em ETAs de ciclo completo se apresentam como um problema em que a solução ainda não foi obtida de forma definitiva, pois depende da característica de cada unidade e, sendo o Brasil um país continental e com grandes diferenças regionais torna-se imperativo uma solução que atenda as características de cada região.

A disposição ambientalmente adequada de lodos e das águas provenientes das lavagens dos filtros de ETAs ainda é um grande desafio e, por isso, tem recebido atenção especial dos pesquisadores e das empresas que operam sistema de abastecimento de água para abastecimento humano.

Os resíduos gerados nos decantadores das ETAs são derivados dos sólidos em suspensão que estão na água bruta e dos produtos químicos (coagulantes, polieletrólitos, alcalinizantes e outros) que são adicionados nas diversas etapas do tratamento, sendo determinantes para que os lodos apresentem características diversas, pois de acordo com Cordeiro e Campos (1999) estes lodos podem ter suas características bastante variadas, dependendo fundamentalmente das condições apresentadas pela água bruta, dosagens dos produtos químicos, o tipo e a qualidade dos mesmos, assim como a forma de limpeza dos decantadores.

O crescimento populacional que vem ocorrendo nas cidades, principalmente nas denominadas regiões metropolitanas, hoje cerca de 75% da população brasileira habite nessas regiões (Reali, 1999) faz com que a demanda por água potável seja cada vez maior, fazendo com que haja uma crescente na geração de lodos e de água proveniente das lavagens dos filtros.

Segundo Andreoli (2006) a geração de resíduos nas ETAs faz com que haja a necessidade de um gerenciamento com alto grau de complexidade, onde as soluções, na maioria das vezes, são acompanhadas de altos custos, mas tudo isso é indispensável para que sejam alcançados plenamente os resultados sanitários, ambientais e sociais que são esperados por todos os setores da nossa sociedade.

Com a tomada de consciência ambiental no Brasil, recentemente estas atividades deixaram de ser negligenciadas e com isso, o acúmulo de passivos ambientais de grandes dimensões e passíveis de multas e autuações pelos órgãos ambientais passaram a receber

atenção com o objetivo de resolução dos problemas, evitando, como ocorria no passado, que os problemas sejam geridos de forma emergencial pelos operadores, sem o devido planejamento, causando grandes impactos ambientais e altos custos econômicos.

Em uma ETA as lavagens dos filtros são as produtoras dos maiores volumes de água descartados, sendo que estes apresentam pequenas quantidades de sólidos, ocorrendo ao contrário com relação aos resíduos gerados nos decantadores, onde a quantidade de sólidos é muito maior em relação à quantidade de água.

De acordo com a norma da ABNT 10.004/2004 os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água são definidos como resíduos sólidos.

Esta norma tem como objetivo prover meios adequados para o melhor gerenciamento dos resíduos sólidos através da classificação que considere o grau de periculosidade, a toxicidade e quais agentes (tóxicos, teratogênico, carcinogênico, mutagênico e ecotóxico) são capazes de produzir efeitos nocivos, observando os seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública.

Atualmente, a transformação da água bruta em potável tem características semelhantes a qualquer atividade industrial (Reali, 1999) e, como em qualquer atividade antropogênica, pode produzir impactos ambientais importantes, sendo estes, resultantes das lavagens dos filtros, das descargas e limpezas dos decantadores e dos resíduos resultantes das limpezas dos tanques de preparo das soluções dos produtos químicos utilizados nos processos.

De acordo com Andreoli (2005), genericamente, um grande número de sistemas de abastecimentos de água para consumo humano despeja seus resíduos sem tratamento nos corpos hídricos mais próximos às ETAs, tendo como impactos ambientais significativos, o assoreamento dos rios, interferência na fotossíntese das plantas aquáticas, alterações das propriedades físico-químicas da água (cor, pH, turbidez, etc.),

Segundo Cordeiro apud Cordeiro e Campos (1999), em uma pesquisa realizada para mostrar os resultados da disposição dos resíduos de limpeza dos decantadores no córrego Monjolinho, na cidade de São Carlos (SP), foram monitorados cerca de 1.000 metros a jusante do lançamento, neste curso d'água, fazendo-se um comparativo com as características de montante do ponto de lançamento. Ficou evidenciado que o valor da DQO, que era de 16 mg/L antes do lançamento, passou para os valores de mais de 2.000 mg/L e a concentração de sólidos sedimentáveis à montante passou de 0,4 mg/L para valores acima de 400 mg/L em alguns pontos.

2.4.3. A Gestão da Energia Elétrica

Na gestão de um sistema de saneamento ambiental não deve ser desprezada a questão do gasto energético, pois segundo Albuquerque et. al. (2005), o consumo de energia elétrica pelo setor de saneamento é da ordem de 2,3% consumo total do Brasil, tendo sido consumido no ano de 2003, por este setor, 6,7 bilhões de kWh (kilowatts-hora).

Atualmente a maioria das empresas de saneamento no Brasil não contempla a questão do custo com o consumo da energia elétrica como uma prioridade dentro das questões ligadas ao gerenciamento.

As operadoras de saneamento, através de seus sistemas, são dependentes diretamente da energia elétrica. Mesmo com esta constatação poucos são os gestores do setor que demonstram interesse em se compreender toda a dinâmica de cobrança e de como racionalizar o uso da energia elétrica nas atividades operacionais.

Para que o gestor de um sistema de abastecimento possa programar uma cultura de uso racional da energia elétrica na sua unidade de trabalho, visando reduzir o custo, faz-se necessário uma análise mensal das contas de fornecimento de energia e o conhecimento pormenorizado da estrutura tarifária implantada no país, de acordo com as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução nº. 456 de 29 de novembro de 2000.

Estas medidas são princípios básicos para que se possa obter sucesso no objetivo de se economizar energia em sistemas que na maioria das vezes, por questões operacionais, não podem ser desligados e, conseqüentemente vão consumir energia em tempo integral.

- **Definições Técnicas Acerca do Consumo de Energia Elétrica**

Neste tópico são apresentadas algumas definições, de acordo com a Resolução nº 456, consideradas importantes e que serão úteis no entendimento básico de como funciona toda a dinâmica do fornecimento de energia e da sua estrutura tarifária e de como se deve prestar atenção ao mais variados fatores para se alcançar o uso racional da energia elétrica.

Demanda: representa a solicitação, em média, das potências elétricas ativas e reativas, de uma parte da carga instalada que esteja em operação na unidade consumidora, por um

intervalo de tempo determinado. As demandas que podem ser contratadas são: de ultrapassagem, faturável e medida.

A demanda contratada é aquela de potência ativa que a concessionária tem a obrigatoriedade de disponibilizá-la continuamente no ponto de entrega e que deverá ser totalmente paga independente da sua utilização ou não pelo período constante no contrato de fornecimento que deverá ter em suas cláusulas o valor fixado e o período de vigência, expressando esta em quilowatts (kW).

A demanda de ultrapassagem também é expressa em quilowatts (kW) e representa o valor medido que excede ao valor demanda contratada.

A demanda faturável é o valor da demanda de potência ativa onde é aplicada a tarifa, sendo identificado segundo os critérios estabelecidos e considerada para fins de faturamento, sendo expressa em quilowatts (kW).

A demanda medida é expressa em quilowatts (kW) e, através de sua medição, representa a maior demanda de potência ativa integralizada no intervalo de quinze minutos durante o período de faturamento.

De acordo com a Resolução nº 456/2000 da ANEEL, a energia elétrica ativa é aquele tipo de energia elétrica que pode ser transformada em outro tipo de energia, sendo expressa em quilowatts-hora (kWh).

De acordo com Coura (2005), a energia elétrica reativa é uma parte da energia que é requerida, da concessionária, pela inércia de vários equipamentos elétricos de uma unidade consumidora e que continuamente fica circulando entre os diversos campos elétricos e magnéticos dos sistemas de corrente alternada, sem que com isso haja a produção de trabalho ativo e esta energia é transformada em calor que não é aproveitado. Esta energia é expressa em quilowatt-ampère-reativo-hora (kVArh).

- **Fator de Carga:** o Fator de Carga é a divisão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora, sendo estas ocorridas em um mesmo intervalo de tempo especificado (ANEEL, 2000).

Segundo Coura (2005), para se obter o valor do Fator de Carga, deve ser dividido o período de funcionamento em um mês da instalação pelo número de horas do mês médio, que são 720 horas.

- **Fator de Demanda:** é a divisão entre a demanda máxima, em um espaço temporal especificado, e a carga instalada na unidade consumidora.

- **Fator de Potência:** é a divisão da energia ativa pela raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativas e reativas que são consumidas em um tempo especificado (ANEEL, 2000), sendo que de acordo com Tsutiya (2001), é a divisão entre a potência ativa e a total.

- **Potência:** de acordo com Tsutiya (2001), é a quantidade de energia requerida em uma unidade de tempo, sendo o quilowatt a unidade utilizada (kW).

- **Potência Instalada:** é a adição das potências nominais de equipamentos elétricos de mesma espécie, estando instalados na unidade consumidora e em plenas condições de serem postos em funcionamento (ANEEL, 2000).

- **Os Consumidores de Energia de Elétrica de acordo com as suas Atividades.**

Para a ANEEL (2000) os consumidores são divididos em classes e subclasses, sendo consideradas para aplicação das tarifas, onde todo o universo de consumo foi contemplado e a unidade consumidora é classificada de acordo com a sua atividade, sendo:

- **Residencial** – Residencial - Residencial Baixa Renda;

- **Industrial** – De acordo com o CNAE (Cadastro Nacional de Atividades e Econômicas);

- **Comercial, Serviços e Outras Atividades** – Comercial, Serviços de Transportes (excluindo os de tração elétrica);

- **Rural** – Agropecuária, Cooperativa de Eletrificação Rural, Indústria Rural, Coletividade Rural, Serviço Público de Irrigação Rural e Escola Agrotécnica;

- **Poder Público** – Federal, Estadual ou Distrital e Municipal;

- **Serviço Público** – Tração Elétrica, Água, Esgoto e Saneamento;

- **Consumo Próprio** – Próprio, Canteiro de Obras e Interno.

- **Grupos de Unidades Consumidoras**

Os grupos de unidades consumidoras são divididos em:

- **Grupo A - Consumidores de Alta Tensão** – São aqueles faturados com componentes de demanda e consumo, podendo sua tarifação ser feita pelo sistema convencional e horosazonal. O valor da tarifa de energia sofre influencia da tensão ou da localização, fazendo com que o grupo A seja dividido em função destes fatores. (Tsutiya, 2001).

A Tabela 3.9 mostra o grupo A, que classifica os consumidores que recebem energia em tensão igual ou superior a 2.300 V.

Tabela 3.9 - Subgrupo tarifário para a maioria das instalações do setor de saneamento (A4).

SUBGRUPOS TARIFÁRIOS DO GRUPO A						
Grupo A	Classificação para os consumidores que recebem energia em tensão igual ou superior a 2.300 V.					
Tensão de Fornecimento	Acima de 230 kV	88 kV a 138 kV	69 kV	30 kV a 44 kV	2,3 kV a 25 kV	Abaixo de 2,3 kV
Subgrupo	A1	A2	A3	A3a	A4	AS

Fonte: (Coura, 2005).

- **Grupo B - Consumidores de Baixa Tensão** – São aqueles atendidos com tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, sendo faturados somente com o consumo de energia ativa, pertencentes àqueles que possuem potência instalada inferior a 75 kVA. O grupo B está dividido em função da classificação, sendo que esta classificação tem influência na tarifa de energia (Tsutiya, 2001).

A Tabela 3.10 mostra o grupo B, que classifica os consumidores que recebem energia em tensão inferior a 2.300 V.

Tabela 3.10 - Subgrupo tarifário para a maioria das instalações do setor de saneamento (B3).

SUBGRUPOS TARIFÁRIOS DO GRUPO B							
Grupo B	Classificação para os consumidores que recebem energia em tensão inferior a 2.300 V.						
Tipo de Consumidor	Residencial	Residencial baixa renda	Rural	Coop. Elétrica Rural	Serviço público irrigação	Demais classes	Iluminação pública
Subgrupo	B1	B1	B2	B2	B2	B3	B4

Fonte: (Coura, 2005).

- **Estrutura Tarifária**

A estrutura tarifária do sistema elétrico brasileiro é composta de um conjunto de preços que são aplicados aos vários elementos que compõem o uso da energia elétrica, sendo adicionada, ou não, a demanda de potência, que estarão ativas de acordo com a modalidade de fornecimento. Dentro do sistema tarifário existem vários tipos de tarifas, observando as características e as necessidades de cada consumidor, aonde muitas vezes a escolha vem do próprio.

- **Tarifa Convencional**

Segundo Tsutiya (2001), este tipo de tarifação é aplicado às unidades consumidoras pertencentes aos grupos A e B.

Para consumidores que demandam até 500 kW, nesta modalidade é contratado um único valor de demanda, com a tarifa (R\$/kW) tendo o mesmo valor para todos os seguimentos horo-sazonais, valendo a mesma regra para o consumo, sendo que com outro valor de tarifa (R\$/kW) (Coura, 2005).

- **Tarifa Horo-Sazonal**

Esta estrutura de tarifação tem como característica a diferenciação de preços aplicáveis ao consumo da energia elétrica e/ou demanda de potência, considerando as horas de utilização do dia e dos períodos do ano, sendo dividida em seis categorias, aonde duas são tarifárias em

função dos períodos de cobranças e quatro são os períodos que irão nortear o tipo de cobrança (ANEEL, 2000). Usam-se as horas de pico e os períodos secos no ano para que sejam aplicados os maiores valores de cobranças.

A seguir têm-se os períodos com suas especificações:

- **Tarifa Azul:** segundo Tsutiya (2001), este modo de tarifação está estruturado para que a demanda e o consumo de energia elétrica, tenham seus preços atrelados às horas de utilização durante o dia e aos períodos do ano.

Dentro da estrutura tarifária esse modo de tarifação é aplicado às unidades consumidoras que estão ligadas em tensão de fornecimento maior ou igual a 69 kV e, sempre que a demanda contratada for maior ou igual a 300 kW, em qualquer segmento horo-sazonal. Para as que estão ligadas em tensão inferior a 69 kV, com demanda contratada abaixo de 300 kW, o faturamento para este tipo de tarifa é opcional (ANEEL, 2000).

De acordo com Coura (2005), nesta modalidade de tarifação a demanda contratada para o horário de ponta não pode ser maior que a para o horário fora de ponta.

- **Tarifa Verde:** dentro desta estrutura tarifária a demanda tem uma única tarifa, independente do segmento horário. Opcionalmente esse tipo de tarifação, no segmento horo-sazonal pode ser aplicada às unidades consumidoras ligadas em tensão de fornecimento menor que 69 kV e, com demanda contratada, tendo o valor menor que 300 kW (ANEEL, 2000).

Segundo Coura (2005), podem ser aplicadas, para consumo (kWh), tarifas diferenciadas nos horários de ponta e fora de ponta, assim como nos períodos seco e úmido.

- **Horário de Ponta:** de acordo com a ANEEL (2000), este período é composto de três horas diárias ininterruptas, excetuando os sábados, domingos e feriados nacionais, sendo consideradas, também as características do sistema elétrico.

Este período corresponde a três horas no intervalo de 17h00min a 20h00min, sendo que com frequência as concessionárias definem como horário de ponta o período das 17h30min às 20h30min, não devendo isto ser considerado como regra geral. Esta modalidade é aplicada somente aos consumidores em média e alta tensão, com o objetivo de motivar os gerentes das unidades consumidoras a programarem o desligamento dos equipamentos elétricos nos horários de pico, dentro das possibilidades operacionais (Coura, 2005).

- **Horário Fora de Ponta:** de acordo com Tsutiya (2001), este é um período onde o conjunto de horas complementa as três horas ininterruptas correspondentes ao horário de ponta, sendo que neste horário estão inclusos os sábados, domingos e feriados.

- **Período Úmido:** período de cinco meses consecutivos, compreendidos pelas leituras feitas entre os meses de dezembro de um ano e abril do ano seguinte, em que a energia elétrica é fornecida à unidade consumidora (ANEEL, 2000).

- **Período Seco:** corresponde ao período de sete meses ininterruptos, abrangendo as leituras do consumo de energia elétrica feita em uma unidade consumidora entre os meses de maio e novembro (ANEEL, 2000).

As seis ETAs estudadas se encaixam no perfil de consumo de energia elétrica como mostrado na Tabela 3.10, no subgrupo B3, onde os consumidores recebem com tensão igual ou inferior a 2,3 kV e tem potência instalada inferior a 75 kVA, sendo faturados, para estas unidades de tratamento, somente o consumo da energia ativa.

2.4.4. O Gerenciamento dos Produtos Químicos

Segundo Parsekian e Cordeiro (2003), no tratamento da água os produtos químicos são utilizados para que melhor sejam removidas as substâncias que estejam dissolvidas e as partículas em suspensão na água bruta, sendo suas dosagens, determinadas através de ensaios laboratoriais, considerando a qualidade da água bruta a ser tratada.

De acordo com Di Bernardo e Dantas (2005), os diversos tipos de água bruta podem requerer vários produtos químicos e substâncias com características que sejam específicos para serem usados em seus tratamentos.

Segundo Reali (1999), os processos de uma ETA convencional podem ser otimizados com a escolha correta do tipo de coagulante a ser utilizado no tratamento, pois dependendo do tipo, há influência direta na qualidade de resíduos líquidos gerados, pois quando se compara o uso do cloreto de férrico com o do sulfato de alumínio, considerando as características da água bruta, a água decantada pode apresentar menor quantidade de sólidos,

fazendo com que haja aumento na carreira dos filtros e conseqüentemente diminuindo a quantidade de filtros a serem lavados.

- **O Controle da Qualidade dos Produtos Químicos**

A Portaria nº. 518/2005, do Ministério da Saúde, em seu artigo 9º incumbe ao responsável operacional do sistema de abastecimento de água potável, a exigência da realização de procedimentos para o controle da qualidade dos produtos químicos, devendo ser realizada, também, pelos próprios fabricantes fornecedores dos produtos.

Na Tabela 3.11 abaixo, tem-se a descrição das Normas relacionadas ao controle da qualidade dos produtos químicos que são utilizados no tratamento de água.

Tabela 3.11 – Normas NBR relacionadas ao controle de qualidade dos produtos químicos.

NBR	DESCRIÇÃO
592	Modo como os produtos químicos devem ser manuseados e armazenados
6.471	Procedimento de retirada e preparação da amostra de cal virgem e cal hidratada
6.473	Análise química da cal virgem e hidratada
7.501	Procedimentos para o transporte de produtos perigosos
10.790	Fixa condições exigíveis de aceitação e recebimento de cal virgem e cal hidratada
11.176	Fixa condições exigíveis no fornecimento e recebimento de sulfato de alumínio
11.177	Amostragem do sulfato de alumínio
11.178	Determinação granulométrica do sulfato de alumínio
11.179	Determinação de resíduo insolúvel em água, no sulfato de alumínio líquido e sólido
11.180	Determinação de teor de alumínio total solúvel em água, no sulfato de alumínio líquido e sólido.
11.181	Determinação de teor de ferro total solúvel em água, no sulfato de alumínio líquido e sólido.
11.182	Determinação de acidez livre e basicidade no sulfato de alumínio líquido e sólido
13.293	Determinação de óxido de cálcio disponível, hidróxido de cálcio e substâncias reativas ao HCl expressa em CaCO ₃ na cal virgem e na cal hidratada para o tratamento de água para o abastecimento
13.294	Determinação de óxido e hidróxido de magnésio na cal virgem e hidratada.

Fonte: Adaptada de Parsekian e Cordeiro (2003).

De acordo com Parsekian (1998), todos os produtos químicos usados no tratamento da água devem ter seus graus de pureza aferidos em conformidade com as Normas elaboradas pela ABNT, pois considerando sua importância sanitária estes deveriam ter maior controle de qualidade, assim como, uma análise mais criteriosa na escolha do fornecedor, sendo observado não só o valor (compra pelo menor preço), como também a qualidade dos produtos a serem adquiridos.

Segundo Barroso e Cordeiro apud Cordeiro (2005) os resultados das análises realizadas em cinco amostras de sulfato de alumínio comercial, indicaram significativa variação na quantidade e no tipo de impurezas encontradas em um mesmo produto químico, tendo fabricantes diferentes como origens.

Parsekian e Cordeiro (2003) visitaram onze ETAs, no estado de São Paulo, com vazões nominais que variavam de 360 m³/h a 3.960 m³/h, sendo de modelos de gestão municipal, estadual e privado, aonde foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelos serviços, considerando a questão de como são adquiridos os produtos químicos.

No mesmo estudo, segundo Parsekian e Cordeiro (2003), foram verificadas que 91% das empresas (10 ETAs), adquirem produtos químicos priorizando o menor preço e que somente 56% (6 ETAs) analisam os produtos após a aquisição objetivando controlar a qualidade, entretanto estas empresas não analisam todos os parâmetros constantes no processo licitatório, sendo mais grave ainda os 44% restantes que não realizam qualquer tipo de análise de controle de qualidade.

A falta de controle de qualidade na aquisição de produtos químicos faz com que freqüentemente, sejam encontradas empresas fornecedoras de produtos químicos que são utilizados no tratamento de água, realizando fraudes como a venda de cal de construção civil, sulfato de alumínio contaminado com metais pesados e muitas outras situações (Parsekian e Cordeiro, 2003).

- **Armazenagem dos Produtos Químicos Utilizados no Tratamento de Água**

O manuseio e o armazenamento dos produtos químicos devem ser feitos de maneira criteriosa, considerando as formas em que são fornecidos e as determinações preconizadas pela NBR 12.216/1992, que são listadas a seguir:

- A previsão do armazenamento dos produtos químicos usados no tratamento de água, para atendimento da demanda, deve ser de, no mínimo, dez dias do consumo máximo;
- O armazenamento dos produtos químicos (sulfato de alumínio, cal e cloro) usados no tratamento de água, deve ser previsto para o período mínimo de trinta dias nas ETAs que tenham capacidade de tratamento inferior a 10.000 m³/dia;
- Quando os centros produtores dos produtos químicos estiverem localizados em locais distantes das ETAs, devem-se armazenar os produtos químicos, considerando as dificuldades para a compra e o transporte destes produtos;
- Quando se fizer necessário, o armazenamento do sulfato de alumínio sólido deve ser para dez dias de consumo, sendo isto feito em local seco, interno à casa de química, isolado de pisos e paredes, satisfazendo as seguintes condições:
 - Quando fornecidos em sacos, estes devem ser colocados sobre um estrado de madeira;
 - Quando fornecido a granel deve ser armazenado em depósitos de madeiras resistentes à corrosão.
- O armazenamento do sulfato de alumínio em solução deve ser feito em tanques localizados interna ou externamente à sua casa de química, sendo que neste último caso, os tanques devem ser ligados à casa de química ou ao ponto de aplicação, por meio de canalizações instaladas de modo a facilitar os trabalhos de inspeção e manutenção;
- Em ETAs que exijam áreas de armazenamento para períodos de consumo dos produtos químicos, superior a dez dias, o armazenamento pode ser complementado em área separada da casa de química;
- Quando o consumo de cloro em uma ETA for superior a 50 kg/dia, a utilização deste produto deve ser prevista em cilindros de uma tonelada, observando as condições de segurança para sua movimentação;
- Para o armazenamento de cloro, o depósito deve ser suficiente para atender o período mínimo de dez dias de consumo máximo;
- As portas da área de armazenamento de cloro e da instalação dos cloradores devem ser abertas para fora, sendo suas partes superiores envidraçadas e com abertura de ventilação sobre o pórtico;

- Para cilindros de uma tonelada o armazenamento ou sua utilização deve ser feito na posição horizontal, sendo fixados em uma só camada, com 0,20 m de espaçamento mínimo entre eles e 1,0 m a largura mínima da passagem de circulação;
- Para cilindros com capacidade até 75 kg de cloro o armazenamento ou sua utilização, devem ser feitos na posição vertical, sendo diretamente sobre a superfície de apoio;
- O depósito ou a dosagem de cloro devem estar em áreas em que somente conte equipamentos e produtos químicos relacionados com a cloração.

3. OS SISTEMAS DE GESTÃO

3.1. O Sistema de Gestão ambiental

O sistema de gestão ambiental tem pela norma ISO 14.001, a seguinte definição:

“A parte de um sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar sua política ambiental e para gerenciar seus aspectos ambientais”.

Segundo Epelbaum (2006), pode ser entendida por gestão ambiental a aplicação dos princípios de planejamento e controle na identificação, avaliação, controle, monitoramento e redução dos impactos ambientais a níveis previamente estabelecidos.

De acordo com Groenewegen e Vergragt apud Corazza (2003), nas diferentes atividades de uma organização, as contribuições da gestão ambiental estão agrupadas em três esferas: produtiva, estratégica e da inovação.

- a produtiva é que sofre, em uma vertente, a intervenção da gestão ambiental no controle do respeito às regulamentações públicas pelas diferentes divisões operacionais e, em outra, na elaboração e na implementação de ações ambientais que dizem respeito à manutenção, à conformidade ambiental dos fornecedores, dos sítios de produção e outros.

- a estratégica é onde a gestão ambiental fornece avaliações acerca dos potenciais de desenvolvimento e as restrições ambientais emergentes, sendo resultantes tanto da regulamentação, quanto da concorrência.

- a inovação tem da gestão ambiental um auxílio técnico duplo, onde de um lado há o acompanhamento dos dispositivos de regulamentação e das avaliações ecotoxicológicas de produtos e emissões a serem respeitadas e de outro, o ajudando a definir projetos de desenvolvimento de produtos e tecnologias.

No Brasil as questões relativas ao meio ambiente foram diretamente influenciadas por quatro eventos internacionais relevantes e que Magrini apud Chaib (2005), destacou:

- a promulgação da Política Ambiental Americana (NEPA), em 1969, tendo caráter corretivo, buscando essencialmente o controle da geração de poluentes.
- a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, no ano de 1972, onde a delegação brasileira deixou transparecer alguma indiferença com relação aos assuntos ligados à proteção ambiental, focando o interesse nas questões econômicas.
- a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, sendo o documento que originou o conceito de desenvolvimento sustentável e buscou a “conciliação” entre as partes.
- a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, no ano de 1992, denominada de ECO 92, que teve um papel crucial na mudança de paradigma da política ambiental em todo o mundo, através do desenvolvimento das normas da série ISO 14.000 (Sistema de Gestão Ambiental), sendo seus conceitos absorvidos principalmente nas organizações privadas.

Moreira (2006) considera as décadas de 70 e 80 juntas, uma fase intermediária da evolução focada na gestão ambiental, tendo como marco principal a Conferência de Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, sendo acompanhada dos seguintes fatos:

- Crise do petróleo e a aceleração dos programas nucleares na Europa;
- Grandes acidentes ambientais em todo mundo;
- Ações de remediação;
- Surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs);
- Controle da poluição no final da linha (ponto de descarga);
- Pela primeira vez, cientistas americanos, em 1974, chamam a atenção do mundo para os perigos da destruição da camada de ozônio pelo uso dos clorofluorcarbono (CFCs);
- Desenvolvimento da legislação ambiental, com ênfase nos parâmetros de qualidade da água e do ar, bem como padrões de lançamento de efluentes e emissões atmosféricas;
- Instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, e a criação de diversos órgãos de atuação ambiental;
- Legislação brasileira sobre zoneamento ambiental, licenciamento de atividades poluidoras e avaliação de impacto ambiental (Resolução CONAMA 001/86), dentre outras;
- Preocupação das empresas em atender às exigências dos órgãos ambientais;

- Inclusão do planejamento ambiental nas empresas, investimentos em sistemas de controle;
- Pouca visão das oportunidades de ganhos advindos de uma gestão ambiental eficaz;
- Mobilização das comunidades;
- Convenção de Viena, de 1985 e o Protocolo de Montreal, em 1987, acerca das substâncias nocivas à camada de ozônio;
- Aprovação e divulgação pela ONU, em 1987, do Relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi defendido o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

3.1.1. As Normas da Série ISO 14000

Na International Standardization Organization (ISO), em 1993, o Comitê Técnico 207 (TC- 207) foi criado com objetivo de estudar e elaborar um conjunto de normas que pudessem enfocar a questão ambiental de maneira ampla, tanto nos processos industriais como no setor de serviços, sendo as primeiras normas aprovadas desta série as seguintes (Cordeiro, 2003):

- ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambientais – Especificações e Diretrizes para uso.
- ISO 14004 – Sistemas de Gestão Ambientais – Diretrizes Gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio.
- ISO 14010 – Diretrizes para Auditoria Ambiental – Princípios Gerais.
- ISO 14011 – Diretrizes para Auditoria Ambiental – Auditoria de Sistemas de Gestão Ambiental.
- ISO 14012 – Diretrizes para Auditoria Ambiental – Critérios e Qualificação para Auditores Ambientais.

O Quadro 3.1 mostra as normas da série ISO 14000, onde a maioria destas já foi emitida no Brasil.

	Grupo	Tema	Norma	Título	Emitidas no Brasil
Avaliação da Organização	SC-01	Sistema de Gestão Ambiental	ISO 14000	Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais.	-
			ISO 14001	Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos com orientações para uso.	NBR-ISO 14001:2004
			ISO 14004	Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio.	NBR-ISO 14004:2004
	SC-02	Auditoria Ambiental e investigações correlatas	ISO 14015	Gestão Ambiental – Avaliação ambiental de locais e organizações <i>Nota: As normas de auditoria foram substituídas pela NBR 19011, sobre auditorias de gestão de qualidade e/ou ambiental.</i>	NBR-ISO 14015:2003
	SC-04	Avaliação de Desempenho Ambiental	ISO 14031	Gestão ambiental – Avaliação de desempenho ambiental – Diretrizes.	NBR-ISO 14031:2004
			ISO 14032	Avaliação de desempenho ambiental de sistemas operacionais	-
SC-06	Termos e Definições	ISO 14050	Gestão ambiental - Vocabulário	NBR-ISO 14050:2004	
Avaliação do Produto	SC-03	Rotulagem Ambiental	ISO 14020	Rótulos de declarações ambientais – Princípios gerais	NBR-ISO 14020:2002
			ISO 14021	Rótulos e declarações ambientais – Autodeclarações ambientais (Rotulagem do tipo II)	NBR-ISO 14021:2004
			ISO 14022	Rotulagem ambiental – Simbologia para os rótulos	-
			ISO 14023	Rotulagem ambiental – Metodologia para testes e verificações.	-
			ISO 14024	Rótulos e declarações ambientais – Rotulagem ambiental do tipo I – Princípios e procedimentos.	NBR-ISO 14024:2004
	SC-05	Análise do Ciclo de Vida	ISO 14040	Análise do ciclo de vida – Princípios gerais (Em revisão)	NBR-ISO 14040:2001
			ISO 14041	Gestão ambiental – Avaliação do ciclo de vida – Definição de objetivo e escopo e análise de inventário.	NBR-ISO 14041:2004
			ISO 14042	Gestão ambiental – Avaliação do ciclo de vida – Avaliação do ciclo do impacto do ciclo de vida	NBR-ISO 14042:2004
			ISO 14043	Gestão ambiental – Avaliação do ciclo de vida – Interpretação do ciclo de vida.	NBR-ISO 14043:2005
			ISO 14062	Gestão ambiental – Integração de aspectos ambientais no projeto e desenvolvimento do produto.	NBR-ISO 14062:2004
	WG-01	Aspectos ambientais em normas de produtos	ISO Guide 64	Guia de inclusão dos aspectos ambientais nas normas para o produto	ABNR-ISO/IEC Guia 64:2002

Quadro 3.1. Série ISO 14000-Gestão Ambiental. Comitê ISO/TC207. Fonte: Moreira (2006).

Segundo Reis e Queiroz (2002), as normas da série ISO 14000 formam um conjunto de normas e padrões de gestão ambiental que refletem e atendem as necessidades das empresas, dando-lhes uma base comum para a gestão de suas questões ou aspectos ambientais, podendo ser utilizadas pelas organizações com o objetivo de demonstrar que implantaram, voluntariamente, um sistema de gestão ambiental, onde estas focam os seguintes aspectos da gestão ambiental:

- Sistema de Gerenciamento Ambiental (Environmental Management Systems – EMS).
- Auditoria Ambiental e Investigações Relacionadas.
- Rotulagem e Declarações Ambientais.

- Avaliação de Desempenho Ambiental.
- Termos e Definições.

De acordo com Silva et al (2002), a criação das normas da série ISO 14000 foi uma tentativa européia de criar uma barreira alfandegária que pudesse impor dificuldades a entrada de produtos que tivessem origem na América do Sul e Sudeste Asiático, pois as normas, selos e rótulos exigem um processo de implementação com altos custos financeiros, dificultando, muitas vezes inviabilizando, empresas de pequeno e médio porte de exportarem seus produtos.

3.1.2. A série ISO 14000 como ferramenta na diminuição dos impactos ambientais

De acordo com a Resolução nº 001 de 23 de setembro de 1986 do CONAMA, define-se como impacto ambiental, qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, tendo como fonte causadora, qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades antropogênicas que, direta ou indiretamente, venham afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades econômicas, à biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Segundo Moreira (2006), com o surgimento da produção em larga escala advinda com a Revolução Industrial, as atividades antropogênicas começaram a produzir maiores impactos ambientais devido à frenética produção, sendo visíveis, mas ignorados, pois os benefícios decorrentes do progresso suplantavam a todos e a quaisquer danos ambientais.

Os problemas relacionados aos impactos ambientais começaram a ganhar atenção após a década de 1960, onde se começou a pensar na prevenção como a melhor forma de resolução para os problemas ambientais (Epelbaum, 2006), sendo a questão ambiental abordada pela primeira vez, nesta mesma década, em um evento internacional, numa reunião do Clube de Roma, que tinha como objetivo discutir acerca da reconstrução dos países pós-guerra e os negócios internacionais, mas a poluição dos rios europeus é que passou a ser tema central do encontro (Moreira, 2006).

Diante da pressão por melhorias no processo que contemplasse a questão ambiental, as corporações multinacionais criaram na década de 1970 os primeiros modelos mais estruturados de gestão ambiental, sendo constituídos de manuais de procedimentos que eram

aplicados em suas unidades ao redor do mundo e até meados da década de 1980 estes modelos eram focados nas vertentes tecnológicas e legais, vinculando-se ao controle ambiental de fim-de-linha (Epelbaum, 2006).

Segundo Silva et al (2002), as empresas brasileiras, principalmente as que estão sujeitas aos mercados consumidores externos, ou tenham este foco, estão procurando certificar suas produções, de modo acelerado, considerando que a legislação está se tornando cada dia mais rígida, sendo um sistema de gestão ambiental certificado um ótimo instrumento para melhorar de modo contínuo o seu desempenho ambiental, de modo a alcançar a plena conformidade legal.

Muitas indústrias consideram seus parâmetros de controle ambiental com rigor maior ou igual aos adotados pelas normas ISO 14000, por conseguinte não são adotados os padrões/normas internacionais de gestão ambiental (Silva et al, 2002).

3.1.3. O Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma ISO 14001

O sistema de gestão ambiental segundo a Norma ISO 14001 se baseia na metodologia conhecida como Plan-Do-Check-Act (PDCA), sendo este, descrito a seguir (Epelbaum, 2006):

- Planejar: Estabelecer os objetivos, metas e programas para a melhoria ambiental, considerando os requisitos legais, identificando e avaliando os aspectos ambientais, como produtos, serviços e elementos das atividades que podem resultar em impacto ambiental.
- Executar: Implementar os processos, definindo as responsabilidades e autoridades; recursos e tecnologias devem ser provisionados; pessoal próprio e o terceirizado devem ser treinados e conscientizados, gerenciando adequadamente os aspectos ambientais, utilizando procedimentos de operação e manutenção, estando preparado para atuar em situações de emergências.
- Verificar: Avaliar se os processos, objetivos, metas e outros estão em conformidade com a política ambiental da organização e com requisitos legais, através do monitoramento e aferição dos resultados ambientais e, também, realizando auditorias e relatos dos resultados.

- Agir: Considerando as informações obtidas na etapa da verificação, soluções de caráter preventivo ou corretivo devem ser executadas, com objetivo da melhoria do desempenho contínuo do sistema de gestão ambiental.

De acordo com Fernandes et al (2001), as tarefas relacionadas ao planejamento e aos preparativos, buscando a certificação nas normas ISO, demandam prazo de seis meses a um ano, sendo que segundo Silva et al (2002) a norma ISO 14001 é a que, dentre todas, atribui certificado de qualidade ambiental às empresas.

Adotando estratégias reativas, muitas empresas adotaram as tecnologias de fim de tubo, onde a maior atenção está voltada para a incorporação de equipamentos de controle da poluição na saída dos efluentes para o meio ambiente, fazendo com que a dimensão ambiental seja percebida como uma forma a mais de custo e, com isso, representando uma ameaça a competitividade da empresa (Fernandes et al, 2001).

3.2. O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001)

Segundo Medeiros (2003), o ambiente industrial, no qual o trabalhador permanece cerca de 1/3 de sua vida, geralmente, está repleto de situações de risco à saúde humana, onde os acidentes de trabalho, assim como a contaminação por produtos insalubres no ambiente produtivo, geram uma série de inconvenientes, tanto às empresas, quanto aos empregados.

As questões relacionadas à Segurança e Saúde Ocupacional vêm sendo discutidas há alguns séculos, ao contrário daquelas ligadas ao meio ambiente e a qualidade, que só passaram a ganhar maior atenção de todos há apenas algumas décadas (Medeiros, 2003).

De acordo com Fantazzini (2002), entre os séculos XV e XVII ocorreram alguns eventos históricos em segurança e saúde ocupacional que merecem ser destacados, sendo eles:

- no ano de 1500, em seu livro *De re Metallica* (Dos metais), Georgius Agricola fala de acidentes e doenças que ocorriam, assim como dos modos de prevenção, abordando a necessidade de ventilação, em mineração, fusão e refino de metais;
- no ano de 1507, o médico e filósofo Paracelso publica suas experiências, onde são relatadas as doenças respiratórias ocorridas entre os mineiros, descrevendo envenenamento por mercúrio;

- no ano de 1707 foi publicado por Bernardo Ramanazzini, considerado o pai da medicina ocupacional, o livro *De morbis artificum diatriba* (Doenças dos artífices), descrevendo as doenças e precauções. Introduz na análise médica a pergunta: “Qual é sua ocupação?”, e;
- no ano de 1775, o câncer ocupacional entre os limpadores de chaminé na Inglaterra é descrito por Percival Lott, sendo identificado como causa do câncer escrotal, a fuligem e a falta de higiene. Decorrente disto surge a Lei dos Limpadores de Chaminés em 1788.

A Revolução Industrial trouxe o desenvolvimento de máquinas motrizes e a produção em grande escala, mas fez com que os acidentes de trabalho se tornassem mais freqüentes (Medeiros, 2003), fazendo com que, proveniente dos movimentos trabalhistas na Inglaterra, a saúde ocupacional nascesse, principalmente após o “Massacre de Peterloo”, resultando na primeira lei que buscava a proteção dos trabalhadores (Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes), isto ocorreu no ano de 1802. Devido à falta de um órgão fiscalizador, esta lei não era obedecida, sendo necessária no ano de 1833 a edição da “Lei das Fábricas”, onde foi criado o “Inspetorado de Fábricas”, que era um órgão governamental, onde pela primeira vez entrava-se no interior das fábricas para que fossem verificadas se as condições de trabalho não afetavam a saúde do trabalhador, sendo marco inicial da conscientização acerca da importância da saúde ocupacional (Nogueira, 1984).

A partir do século XIX ações as primeiras ações concretas são tomadas considerando o respeito à prevenção de acidentes, a legislação e os controles ambientais, passando a ser obrigatório, no ano de 1844, o uso de proteção de máquinas e a comunicação de acidentes do trabalho, através do estabelecimento de cláusulas adicionais à Lei das Fabricas, surgindo em 1867, na França, a primeira Associação para a prevenção de acidentes do Trabalho, tendo sido criada por Engels Dolfus e no ano de 1913 foi criado em Chicago, nos Estados Unidos, o National Council for Industrial Safety (Conselho Nacional para a Segurança Industrial) (Bureau Veritas, 2002).

A OHSAS 18001 fornece os requisitos para um sistema de Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), permitindo a uma organização controlar seus riscos de acidentes e doenças ocupacionais e melhorar seu desempenho, não sendo prescritos critérios específicos de desempenho da SST, nem fornecendo especificações detalhadas para o projeto de um sistema de gestão.

A OHSAS 18001 pode ser aplicada por qualquer organização que tenha o desejo de:

- estabelecer um Sistema de Gestão da SST para eliminar ou minimizar riscos aos funcionários e outras partes interessadas que possam estar expostos aos riscos de SST associados às suas atividades;
- implementar, manter e melhorar continuamente um Sistema de Gestão da SST;
- assegurar-se de sua conformidade com sua política de SST definida;
- demonstrar tal conformidade a terceiros;
- buscar certificação do seu Sistema de Gestão da SST por uma organização externa; ou
- realizar uma auto-avaliação e emitir autodeclaração de conformidade com esta especificação.

O Sistema de Gestão da SST fornece um processo já estruturado objetivando atingir a melhoria contínua, onde o ritmo e a amplitude são determinados pela organização à luz de circunstâncias econômicas e outras, considerando que alguma melhoria no desempenho da SST possa ser esperada face à adoção de uma abordagem sistemática, onde o Sistema de Gestão da SST é entendido como uma ferramenta que permite uma empresa atingir e controlar o nível do desempenho da SST por ela mesma estabelecido, sendo importante lembrar que o desenvolvimento do Sistema de Gestão da SST, por si só, não resultará, obrigatoriamente, na redução imediata de acidentes e doença do trabalho (Cicco, 1999).

A legislação brasileira que trata da segurança e saúde no trabalho passou a considerar as questões incidentes não somente sobre o indivíduo, mas também sobre a coletividade de trabalhadores, promovendo uma ampliação do conceito restrito de “medicina do trabalho”, adotando um novo enfoque a partir do final do ano de 1994, ao estabelecer a obrigatoriedade das empresas elaborarem e implementarem dois programas: um ambiental, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e outro médico, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) (Miranda e Dias, 2004).

Segundo Cicco (2002), a Legislação Ambiental e as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho (NRs), entre outros requisitos legais, obrigam as empresas a implementar vários programas, tais como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), o Programa de Atendimento a Emergências, entre outros.

3.3. Os Sistemas de Gestão Integrada

Quando se pensa em Sistemas de Gestão Integrada (SGIs), pensa-se em qualidade, meio ambiente e na segurança e saúde ocupacional, onde são integrados os sistemas de gestão baseados nas normas ISO 9001/2000, ISO 14001/2004 e OHSAS 18001/1999, respectivamente.

De acordo com Ruella (2004), no Brasil as organizações vêm adotando diferentes estratégias e práticas na implementação dos SGIs, onde são:

- a) certificadas com integração entre a NBR ISO 9001/2000 e a NBR ISO 14001/1996;
- b) certificadas com integração entre a NBR ISO 14001/1996 e a OHSAS 18001/1999 ou BS 8800/1996 e sem certificação na NBR ISO 9001/2000;
- c) certificadas com integração entre a NBR ISO 14001/1996 e a OHSAS 18001/1999 ou BS 8800/1996 e sem integração com a NBR ISO 9001/2000, mesmo tendo certificação desta;
- d) certificadas de forma integrada entre a NBR ISO 9001/2000, NBR ISO 14001/1996 e a OHSAS 18001/1999 ou BS 8800/1996.

Os SGIs têm como objetivo principal compartilhar processos, procedimentos e práticas afins a serem adotadas por uma organização, possibilitando que esta implemente seu planejamento estratégico, suas políticas, diretrizes e requisitos, visando atingir seus objetivos, metas, programas e projetos de forma mais eficiente e eficaz, em comparação aos diferentes e dissociados modelos e normas de sistemas de gestão, considerando que estes visam ainda (Ruella, 2004).

- o atendimento aos requisitos constantes nas normas, nas leis e nas necessidades dos clientes e a outros requisitos aplicáveis e subscritos com as partes interessadas e;
- a adoção de práticas bem sucedidas para melhoria contínua de desempenho sustentável, ético e responsável no âmbito econômico, empresarial, ambiental, social e de segurança e saúde ocupacional.

Para que os diferentes setores e áreas produtivas possam implantar um sistema completo e eficaz de desempenho de gestão integrada, faz-se necessário, adotarem o Sistema de Gestão Ambiental Integrado (SGAI), que compõe em seus princípios as seguintes fases (Lopes e Mattos, 2001):

- Educação Ambiental, com mudanças positivas da cultura social (comunidade) e empresarial;

- Política Ambiental Sustentável e adaptada a uma realidade econômica que viabilize sua implantação;
- Relatório de diagnose da qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho;
- Estabelecimento de Metas para implementação do SGAI;
- Custo da implantação do SGAI;
- Implantação do SGAI;
- Análise e Revisão do SGAI (auditoria inicial e de verificação) e;
- Monitoramento e medição periódica da eficácia do SGAI.

Segundo Lopes e Mattos (2001), o SGAI estabelece a possibilidade de a organização alcançar um alto nível de desempenho da gestão, onde as considerações de ordem econômica, sociais, políticas etc. no que tange à regra de formação de preços, não sigam a visão reducionista, no qual o que importa para o gerente empreendedor desinformação é o lucro extraordinário constante com meta e finalidade da gestão.

4. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consiste em avaliações das dinâmicas técnico-operacionais, como mostradas no Quadro 4.1, coletados de boletins operacionais diários de seis ETAs de pequeno porte, onde os parâmetros físico-químicos das águas brutas são avaliados, considerando a qualidade da água distribuída, além da análise de:

- consumos dos produtos químicos;
- a produtividade;
- a quantidade de resíduos gerados nas unidades de tratamento (descargas de decantadores, águas de lavagens dos filtros e outros);
- o consumo de energia elétrica.

Neste cenário, são propostas medidas visando melhorias na operacionalidade das ETAs e para implantação de um sistema de gestão ambiental, baseado nas normas ISO 14000.

DESCRIÇÃO		Unidades
Vazão Média		L/s
Volume Médio Diário Aduzido		m ³
Características da Água Bruta (média diária)	Cor	UH
	PH	
	Turbidez	UT
Consumo de Produtos Químicos (média diária)	Al ₂ (SO ₄) ₃	Kg/dia
	Ca(OH) ₂	Kg/dia
	Cl ₂	Kg/dia
	NaClO	Kg/dia
Média de Filtros lavados		Unidade/dia
Vazão lavagens filtros (média diária)		L/s
Tempo gasto, em média, nas lavagens dos filtros		min
Vol. Médio diário gasto lavagens filtros (água filtrada/água tratada)		m ³
Vol. Médio diário gasto descargas decantadores		m ³
Vol. Médio diário gasto lavagens decantadores		m ³
Vol. Médio diário gasto início lavagens filtros (água decantada)		m ³
Vol. Diário total gasto lav. filtros e decantadores + descargas		m ³
Perda lavagens filtros		%
Perda descargas decantadores		%
Perda lavagens decantadores (água decantada)		%
Perda início lavagens filtros (água decantada)		%
Perdas totais		%
Total de Água Distribuída (média diária)		m ³
Características da Água Tratada (média diária)	Cor	UH
	PH	
	Turbidez	UT
Consumo de Energia Elétrica		kWh

Quadro 4.1 - Mapa de Produtividade de uma Estação de Tratamento de Água.

Fonte: Adaptado do Mapa de Produtividade da ETA LARANJAL – CEDAE (2006).

5. LEVANTAMENTO DE DADOS

As coletas dos dados foram feitas durante todo o ano de 2006, onde foram realizadas visitas periódicas às ETAs, visto que estas se encontram distantes umas das outras, sendo necessária uma programação para que fosse possível atender a todo território em que elas se encontram.

Estas coletas eram feitas no início de cada mês, onde eram recolhidos os boletins que mostravam através das anotações dos operadores, toda a dinâmica operacional das referidas unidades.

Estes boletins contemplavam as lavagens dos filtros (quantidade e tempo gasto), descargas periódicas realizadas nos decantadores, dados (coletados diariamente) sobre o consumo e os estoques de produtos químicos e os parâmetros físico-químicos das águas brutas e distribuídas.

Foram estudadas 6 ETAs localizadas nas regiões leste e dos lagos do Estado do Rio de Janeiro, sendo que o tipo de tratamento realizado por todas pode ser descrito como de ciclo completo. Os nomes das ETAs serão omitidos devido a acordo realizado com a empresa de saneamento do estado.

5.1. APRESENTAÇÃO DAS ETAs

Menezes (2006) fez um levantamento onde referencia geograficamente as ETAs em estudo. Baseando-se nos dados obtidos, têm-se:

- **ETA 1:** localizada na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, nas coordenadas geográficas de 22° 42' 10" para latitude e 42° 37'43" para longitude, no município de Rio Bonito (Menezes, 2006).

Esta ETA tem vazão nominal de 720 m³/h, mas trata, em média, 500 m³/h, tendo sido construída em alvenaria, sendo composta de dois flocladores hidráulicos, três decantadores, cinco filtros rápidos, sistema de cloração com berços para acondicionar dois cilindros de cloro gás (900 kg cada), sistema de correção de pH que utiliza a solução de cal hidratada e dois

reservatórios de distribuição de água tratada, com capacidade de 1.000 m³ e 500 m³ cada, dispostos junto à planta da ETA 1.

Na casa de química existem dois tanques para preparo da solução do coagulante (sulfato de alumínio sólido) a ser despejado na água, com capacidade de 11,7 m³ cada, mais dois tanques para preparo da solução alcalinizante, ambos com as mesmas capacidades dos dois primeiros.

Para preparo da solução, são despejados de 350 kg (sete sacos) de sulfato de alumínio sólido, para a obtenção de uma concentração de 3,0% e para o preparo da solução alcalinizante são necessários 100 kg (cinco sacos) de cal hidratada, para obtenção de uma concentração de 2,0%.

A desinfecção é realizada com cloro gasoso que é fornecido em cilindros de 900 kg de capacidade.

No tratamento da ETA 1 o processo de coagulação (mistura rápida) é realizado em dois pontos distintos, sendo cada um na entrada de cada flocculador, pois foram nestes, através de experiências práticas realizadas pelos operadores da ETA, obteve-se a melhor mistura para o lançamento do coagulante, conseqüentemente, o melhorando o desempenho nos flocculadores, fazendo com que os flocos formados sejam maiores e mais homogêneos. A sedimentação (decantação) e a filtração são benéficamente influenciadas quando são obtidos bons desempenhos na coagulação e floculação, pois estes processos estão interligados entre si (Campos, Di Bernardo e Vieira, 2005).

- **ETA 2:** localizada na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, nas coordenadas geográficas de 22° 43' 28" para latitude e 42° 43' 36" para longitude, no município de Tanguá (Menezes, 2006).

A ETA 2 processa o tratamento da água com uma vazão de, aproximadamente, 97,0 m³/h, sendo composta de um flocculador mecânico, um decantador do tipo colméia e de fluxo ascendente e quatro filtros rápidos denominados autolaváveis, ou seja, um filtro é lavado com a água filtrada proveniente dos outros três, sendo realizada por diferença de nível.

O produto químico usado como coagulante é o sulfato de alumínio sólido, dispondo, para o preparo da sua solução, de duas caixas de água comuns com a capacidade para 1,0 m³ cada e mais duas caixas de mesmas proporções, para o preparo da solução do alcalinizante (cal hidratada), sempre com uma em uso e outra na reserva, nos dois casos.

Para preparo da solução do coagulante, são adicionados 50 kg (um saco) de sulfato de alumínio sólido, para a obtenção de uma concentração de 5,0% e para o preparo da solução do alcalinizante são adicionados 20 kg (um saco) de cal hidratada, para obtenção de uma concentração de 2,0%.

A desinfecção é realizada com cloro gasoso que é fornecido em cilindros de 900 kg de capacidade.

Para a distribuição da água tratada, esta ETA dispõe de dois reservatórios, sendo um apoiado com capacidade para armazenar 500,00 m³ e outro elevado com 100,00 m³ de capacidade, sendo utilizado para o abastecimento de parte do município de Tanguá, estando em cota superior à ETA e ao primeiro, que abastece através de uma elevatória, com dois conjuntos moto-bomba, com vazão de 100,00 m³/hora e altura manométrica de 27 m.c.a, sendo que à época deste estudo o reservatório elevado foi desativado e a cidade passou a ser abastecida pela elevatória já existente.

A desinfecção é feita com cloro gasoso e no sistema de desinfecção desta ETA podem ser acondicionados e conectados dois cilindros de cloro gasoso, com capacidade para 45 kg cada, ficando um na reserva.

- **ETA 3:** localizada na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, nas coordenadas geográficas de 22° 42' 16" para latitude e 42° 53'00" para longitude, no município de Itaboraí (Menezes).

Esta unidade trata, em ciclo completo, aproximadamente, 500 m³/h e, dispendo de três floculadores mecânicos, o mesmo número de decantadores do tipo colméia, de alta taxa e de fluxo ascendente e cinco filtros rápidos, com camadas de areia e carvão antracito, mais um reservatório de água tratada com capacidade para 1.000 m³ que é diretamente ligado à estação elevatória que tem a função de aduzir a água tratada para os reservatórios localizados no centro de Itaboraí.

Para o preparo da solução, com concentração de 6,25%, do coagulante (sulfato de alumínio sólido), a ETA 3 possui dois tanques com capacidade de 3,2 m³, onde são adicionados 200 kg (quatro sacos) do produto para ser diluído. Para o preparo da solução do alcalinizante, esta unidade de tratamento dispõe de mais dois tanques com as mesmas proporções, onde são adicionados 40 kg (dois sacos) de cal hidratada em cada tanque, ficando a solução com uma concentração de 1,25%.

A desinfecção é realizada com cloro gasoso que é fornecido em cilindros de 900 kg de capacidade.

- **ETA 4:** localizada na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, nas coordenadas geográficas de 22° 45' 27.7" para latitude e 42° 56'43.7" para longitude, no município de Itaboraí (Menezes, 2006).

Devido ao seu layout e ao material utilizado na sua construção (chapas de ferro), esta ETA possui características semelhantes à ETA 3, tendo sua vazão nominal de 360 m³/h, onde o seu tratamento é de ciclo completo, sendo composta de três flocculadores mecânicos, três decantadores do tipo colméia, de fluxo ascendente e com fundo para deposição do lodo do tipo pirâmides invertidas, mais quatro filtros rápidos autolaváveis.

Quando da realização deste estudo, os filtros desta ETA tinham um tempo de corrida de 12 horas, sendo os quatro lavados pela manhã e à tarde.

Na casa de química existem dois tanques para preparo da solução do coagulante (sulfato de alumínio sólido) a ser despejado na água, com capacidade de 3,1 m³ cada, mais dois tanques para preparo da solução alcalinizante, ambos com as mesmas capacidades dos dois primeiros.

Para preparo da solução, são adicionados 150 kg (três sacos) de sulfato de alumínio sólido, para a obtenção de uma concentração de 4,8% e para o preparo da solução do alcalinizante são necessários 40 kg (dois sacos) de cal hidratada, para obtenção de uma concentração de 1,3%.

A desinfecção é realizada com cloro gasoso que é fornecido em cilindros de 900 kg de capacidade.

- **ETA 5:** localizada na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, nas coordenadas geográficas de 22° 47' 04" para latitude e 42° 56'43" para longitude, no município de Itaboraí (Menezes, 2006).

Apesar de ter sido construída com o mesmo material que as outras ETAs compactas, ou seja, chapa de ferro, esta unidade difere das demais por possuir dois módulos de tratamento com características distintas e que foram construídos em épocas diferentes, resultado de uma ampliação.

Denominada aqui de VETA (Velha Estação de Tratamento de Água), este 'módulo' foi construída no final da década de 80, tendo, nominalmente, capacidade para tratar 150 m³/h, mas tratando na realidade 90,0 m³/h (ultrapassando este valor há depreciação na qualidade da água decantada), sendo composto de um flocculador mecânico, de um decantador

de fluxo ascendente, do tipo colméia, onde são depositados seus resíduos e de quatro filtros rápidos de areia, autolaváveis.

O novo módulo, aqui denominado de NETA (Nova Estação de Tratamento de Água), foi uma ampliação feita e que representou o acréscimo de mais 90,0 m³/h no sistema de abastecimento, tendo este módulo o mesmo problema da VETA, que não consegue tratar a capacidade nominal da estação que é de 150 m³/h. Este módulo é composto de um floculador, um decantador de fluxo ascendente, do tipo colméia e com fundo de formato de pirâmide invertida e quatro filtros rápidos de areia, autolaváveis.

Na casa de química, para atender aos dois módulos, existem quatro tanques para preparo da solução do coagulante (sulfato de alumínio sólido), com capacidade de 1,0 m³ cada, sendo dois para atender a VETA e mais dois para atender a NETA, sempre com um em funcionamento e outro na reserva. Existem mais dois tanques para preparo da solução alcalinizante, ambos com as mesmas capacidades dos quatro primeiros.

Para preparo da solução, são adicionados 100 kg (dois sacos) de sulfato de alumínio sólido em cada tanque, para a obtenção de uma concentração de 10,0% e para o preparo da solução do alcalinizante é necessário um saco de 20 kg de cal hidratada para cada tanque, para obtenção de uma concentração de 2,0%.

A desinfecção é realizada com cloro gasoso que é fornecido em cilindros de 45 kg de capacidade.

- **ETA 6:** localizada na região dos lagos, na bacia hidrográfica da Lagoa de Maricá, nas coordenadas geográficas de 22° 55' 12" para latitude e 42° 48' 52" para longitude, no município de Maricá (Menezes, 2006).

O tratamento realizado nesta ETA é de ciclo completo, sendo esta composta de um floculador mecânico, de um decantador do tipo colméia e fluxo ascendente, mais quatro filtros rápidos, construídos em alvenaria e são lavados com água tratada proveniente de um reservatório elevado de capacidade de 65,0 m³, que proporciona uma velocidade ascensional de, aproximadamente, 0,75 m/min. A taxa de filtração, em função da pouca vazão de água tratada, é bastante elevada, tanto que somente há condições operacionais de serem usados dois filtros, ficando dois na reserva.

Na casa de química existem dois tanques para preparo da solução do coagulante (sulfato de alumínio sólido) a ser despejado na água, com capacidade de 2,2 m³ cada, mais

dois tanques para preparo da solução alcalinizante, ambos com as mesmas capacidades dos dois primeiros.

Para preparo da solução, são adicionados 200 kg (quatro sacos) de sulfato de alumínio sólido, para a obtenção de uma concentração de 9,1% e para o preparo do alcalinizante são necessários 40 kg (dois sacos) de cal hidratada, para obtenção de uma concentração de 1,8%.

A desinfecção é realizada com cloro gasoso que é fornecido em cilindros de 45 kg de capacidade, com autonomia para cloração de, no máximo, 72 horas para cada cilindro, ficando sempre dois cilindros na reserva.

6. AVALIAÇÕES DOS DADOS OPERACIONAIS

As seis ETAs serão avaliadas, observando, valores médios diários, obtidos ao longo do ano de 2006, referentes aos parâmetros ligados diretamente a operacionalidade de uma ETA, considerando os impactos ambientais e a produtividade de cada unidade, sendo ponto de partida para as propostas de implantação dos conceitos das Normas ISO 14.000.

Os parâmetros avaliados, quando existirem, são: cor, pH e turbidez da água bruta; as quantidades consumidas de sulfato de alumínio, cal hidratada, hipoclorito de sódio e cloro gasoso e as vazões das água brutas afluentes às ETAs, assim como os volumes perdidos nas lavagens dos filtros e nas descargas dos decantadores, o consumo e o custo da energia elétrica e a capacitação dos funcionários para atuarem em todas as ETA.

As quantidades dos produtos químicos consumidos estão diretamente ligadas aos parâmetros físico-químicos das águas brutas, onde existem substâncias que de acordo com suas características, origens e concentrações, apresentam uma larga amplitude de valores (Campos, Di Bernardo e Vieira, 2005).

As avaliações dos dados operacionais das ETAs servirão, através das fórmulas pesquisadas, para a quantificação, em valores médios, dos resíduos lançados no meio ambiente e das produtividades das mesmas, considerando as suas perdas físicas e as influencias que estas podem sofrer em função dos parâmetros físico-químicos.

Uma ETA de ciclo completo dentro de seus vários processos sofre perdas de água que de acordo com as condições de suas instalações e de sua eficiência operacional, podem ser significativos (Conejo, Lopes e Marcka, 1999).

As perdas físicas em uma ETA devem ser objetos de uma procura constante para que seus valores sejam reduzidos, pois de acordo com Conejo, Lopes e Marcka, (1999), esta é uma quantidade de água que é subtraída do sistema e que não será utilizada pelo cliente final.

Vários fatores podem contribuir para a ocorrência de perdas físicas em uma ETA como trincas, rachaduras, fissuras e outros que podem surgir e causar falhas na estrutura de concreto, tubulações e adutoras rompidas, além de vazamentos nas diversas válvulas e comportas que lá existem (Ferreira e Laje Filho, 1999).

6.1. Avaliações dos Dados Operacionais das ETAs

6.1.1. Quantificação dos Sólidos Produzidos

Para a quantificação dos sólidos produzidos em algumas ETAs, são mostradas quatro fórmulas empíricas, sendo as de números 1, 3 e 4 pesquisadas por Saron e Leite (2001) e a de número 5, pesquisada por Reali (1999) e que atendem satisfatoriamente, considerando os dados coletados.

As fórmulas são descritas a seguir:

Water Research Center - (WRC)

$$P = (1,2^{**} \times T + 0,07 \times C + k \times D + A) \times 10^{-3} \quad (1)$$

$$W = 86.400 \times P \times Q \quad (2)$$

CETESB

$$P = (0,23^* \times AS + 1,5^{**} \times T) \times 10^{-3} \quad (3)$$

CORNWELLI

$$P = (0,44 \times AS + 1,5^{**} \times T + A) \times 10^{-3} \quad (4)$$

REALI

$$T_S = (0,26^* \times D + 1,5^{**} \times T) \quad (5)$$

* Fator que depende dos números de moléculas de H₂O associados a cada molécula de sulfato de alumínio (usualmente de 0,23 a 0,26).

** Razão entre a concentração de sólidos suspensos totais presentes na água bruta e a turbidez da mesma (geralmente de 1,0 a 2,0).

Onde:

W = Quantidade de sólidos secos (kg/dia).

P = Produção de sólidos (kg de matéria seca/m³ de água bruta tratada).

Q = Vazão da água bruta tratada (m³/s).

T_s = Taxa de sólidos secos (g de matéria seca/m³ de água bruta tratada).

T = Turbidez da água bruta (uT – unidade de turbidez).

C = Cor aparente da água bruta (uH – unidade de Hazen).

D = Dosagem do $Al_2(SO_4)_3$ (ppm = [g/m³ ou mg/L]).

A = Outros aditivos, tais como Polímero e Carvão Ativado (mg/l).

AS = Dosagem do $Al_2(SO_4)_3$ (mg/L).

k = Coeficiente de precipitação (0,26, [$Al_2(SO_4)_3$], 0,66, [$FeCl_3$], e 0,81, [$Fe_2(SO_4)_3$]).

A mostra das quatro fórmulas tem por objetivo explicitar a dificuldade que se tem na tentativa de se estimar a obtenção da quantidade do lodo que uma ETA pode produzir e, por conseguinte a dificuldade em seu gerenciamento.

A fórmula usada para cálculo neste trabalho será a pesquisada pelo Water Research Center (WRC), por entender ser ela mais abrangente, pois utiliza a cor aparente, o parâmetro físico-químico que caracteriza a matéria dissolvida na água, o que não se verificou na outras fórmulas.

Nas ETAs de ciclo completo há, basicamente, a geração dos resíduos líquidos e sólidos, sendo estes provenientes dos decantadores ou flotores, onde são gerados os sólidos e nas lavagens dos filtros, onde são gerados os líquidos. Estes resíduos apresentam diferentes características, considerado o volume e a concentração dos sólidos, sendo necessárias diferentes concepções para o tratamento destes. (Ferreira e Laje Filho, 1999).

De acordo com, AWWA apud Ferreira e Laje Filho (1999), o volume de água produzido no processo de lavagem dos filtros de uma ETA corresponde de 2% a 5% do volume produzido, configurando-se no maior volume de água que é gasto no tratamento da água.

A geração de resíduos nas ETAs apresenta valores bem distintos, considerando a quantidade e a qualidade destes, pois segundo Richter (2001), os resíduos gerados (lodo de decantadores e água de lavagens dos filtros) em termos mássicos são influenciados pela natureza físico-química da água, da dosagem ótima e do tipo de coagulante adotado e ainda de acordo com Ferreira e Laje Filho (1999), o volume gasto nas descargas do lodo de um decantador é muito menor se for comparado com o gasto na lavagem dos filtros, sendo muito maior sua carga de sólidos.

Os resíduos gerados nos decantadores, flotadores e na lavagem dos filtros, durante o tratamento da água para abastecimento público, são contribuintes ao desequilíbrio do meio ambiente (Barroso e Cordeiro, 2001).

A qualidade da água bruta (parâmetros físico-químicos) deve ser observada, considerando que das seis ETAs, três (3, 4 e 5) recebem água bruta proveniente do mesmo manancial e três (1, 2, e 6) tratam águas provenientes de mananciais diferentes apresentando dinâmicas de qualidade e quantidade distintas e capazes de influenciar a operacionalidade destas unidades, considerando as descargas contínuas dadas nos decantadores, as lavagens dos filtros, as concentrações das soluções de coagulantes e alcalinizantes.

Com relação à energia elétrica tem-se, segundo Saron apud Tsutiya (2001), uma pesquisa feita acerca do peso do custo da energia elétrica nas despesas totais (considerando somente a fase líquida) da ETA Guaraú, unidade operada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), localizada na Região Metropolitana de São Paulo e que trata, em ciclo completo, uma vazão média de 33,0 m³/s.

Os custos levantados após a pesquisa na SABESP foram:

- produtos químicos – 49,5%;
- pessoal (salário e encargos) – 36,1%;
- **energia elétrica – 8,2%;**
- serviços gerais – 4,4%;
- transporte – 1,8.

Mesmo sendo unidades de pequeno porte, estas ETAs são muito importantes para o abastecimento dos seus respectivos municípios (Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí e Maricá), mas os resíduos resultantes de suas atividades são capazes de produzir impactos ambientais significativos nas regiões em que estão localizadas, principalmente nos recursos hídricos.

Apesar da importância, elas estão longe de serem soluções que atendam plenamente a dinâmica demográfica destes, visto que com o crescimento da indústria e do comércio, já se faz necessário a adoção de providências no sentido de melhorar a oferta da água potável.

Todos estes municípios sofrerão significativos impactos socioambientais decorrentes da implantação, no município de Itaboraí, do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), pela Petrobrás.

6.1.2. Avaliações dos Dados Operacionais na ETA 1

As águas que chegam à ETA 1, conforme mostram as Figuras 6.1, 6.2 e 6.3, são provenientes de dois mananciais, sendo um no Rio Bacaxá (latitude 22° 39' 20" e longitude 42° 37' 43") (Menezes, 2006) que corresponde a cerca de 70% do volume total de água aduzido e outro na Serra do Sambê (latitude 22° 42' 00" e longitude 42° 37' 53"), que corresponde aos cerca de 30% restantes do volume total de água de água bruta tratado (Menezes, 2006).

Os mananciais apresentam características distintas com relação à qualidade da água, pois o rio Bacaxá, apesar de não apresentar significativas consequências dos impactos antropogênicos e, ainda, apresentar algumas áreas naturais preservadas, a bacia hidrográfica onde se localiza, em alguns locais ocorreram desmatamentos para a realização da atividade agropecuária e em momentos de chuvas, os parâmetros físico-químicos atingem valores altos, mudando toda a dinâmica operacional da ETA.



Figura 6.1 – Captação no Rio Bacaxá.
Fonte: Arquivo do autor (2006).



Figura 6.2 – Captação no Rio Bacaxá.
Fonte: Arquivo do autor (2006).

Segundo Bidegain e Völcker (2003), na região onde se situa a captação do rio Bacaxá a quantidade de chuvas é de cerca de 1.250 mm/ano a 1.500 mm/ano.

O rio Bacaxá tem a sua nascente na Serra de Lavras, no município de Rio Bonito, tendo com afluentes os rios São Domingos e Catimbáu, sendo contribuinte da lagoa de Juturnaiba, que concomitantemente é afluente do rio São João pela sua margem direita (Bidegain e Völcker, 2003).

A Serra do Sambê é o ponto culminante do município de Rio Bonito, sendo o divisor de águas, com uma altitude de 1.100 m acima do nível do mar, fazendo parte do maciço da Serra do Mar, com diversos mananciais formando algumas cachoeiras de excepcional beleza natural, como as cachoeiras de Braçanã, de Lavras e dos Bagres, onde é feita a captação, conforme mostra a Figura 6.3, sendo estas afluentes das principais bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, sendo elas: a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e a do Rio São João (Semaict, 2008).



Figura 6.3 – Captação na Serra do Sambê. Fonte: Menezes (2006).

Na Figura 6.4 estão os setores administrativos e operacionais da ETA 1, sendo três andares, onde no primeiro andar ficam a cozinha, e os espaços para estocagem dos produtos químicos, geralmente sulfato de alumínio e cal hidratada, no segundo andar estão as salas administrativas e operacionais, além de um grande espaço para a alocação de um laboratório e

no terceiro andar estão os tanques para o preparo das soluções do coagulante e, também do alcalinizante.



Figura 6.4 – Vista geral da ETA 1. Fonte: Arquivo do autor (2007).

O Quadro 6.1 mostra, em números, a dinâmica operacional da ETA 1, que será avaliada nos tópicos seguintes.

QUADRO DE PRODUTIVIDADE DA ETA 1 - ANO 2006															
DESCRIÇÃO		Unidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
Vazão média		L/s	153,10	148,60	135,90	138,90	149,10	137,90	126,80	124,60	126,20	125,42	123,00	139,87	135,78
Volume médio diário aduzido		m ³	13.227,84	12.839,04	11.741,76	12.000,96	12.882,24	11.914,56	10.955,52	10.765,44	10.903,68	10.836,29	10.627,20	12.084,77	11.731,61
Características da Água Bruta (média diária)	Cor	uH	-	-	80,00	60,80	37,00	30,00	24,30	33,90	35,00	45,50	71,80	67,10	48,54
	pH		6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,70	6,70	6,30	6,60	6,60	6,60	6,54
	Turbidez	uT	48,71	23,26	70,06	25,40	15,30	9,95	9,19	9,29	10,43	15,60	28,60	21,95	23,98
Consumo médio de Produtos Químicos	Al ₂ (SO ₄) ₃	Kg/dia	160,00	149,40	138,70	133,40	101,00	89,60	81,80	82,90	88,40	118,68	155,73	175,10	122,89
	Ca(OH) ₂	Kg/dia	47,20	49,60	34,20	41,50	33,50	33,80	27,20	23,06	21,30	34,94	49,60	79,50	39,62
	Cl ₂	Kg/dia	53,20	51,60	51,30	49,20	51,10	47,30	43,40	42,70	41,98	41,59	43,56	25,50	45,20
	NaClO	Kg/dia	0,00	0,00	7,30	0,00	15,60	63,10	15,60	32,52	8,50	0,00	0,00	491,20	52,82
Média_filtros lavados		Unid./dia	2,10	1,90	1,80	1,46	1,58	1,30	1,25	1,10	1,33	1,16	1,50	1,64	1,51
Vazão lavagens_filtros (média diária)		L/s	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00	225,00
Tempo gasto_lavagem/filtro (unidade)		min	5:48:00	5:45:00	6:22:00	6:13:00	6:21:00	5:54:00	6:31:00	6:19:00	6:24:00	6:13:00	5:50:00	6:02:24	6:08:32
Vol. diário gasto_lav._filtros (água decantada)		m ³	164,43	147,49	154,71	122,53	135,45	103,55	109,97	93,80	114,91	97,35	118,13	133,73	124,67
Vol. diário gasto_descargas_decantadores		m ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vol. diário gasto_lav._decantadores		m ³	44,00	0,00	44,00	0,00	44,00	0,00	50,90	0,00	0,00	0,00	50,90	0,00	19,48
Vol. diário gasto_início_lav._filtros (água decantada)		m ³	14,09	12,74	12,50	13,35	14,45	14,19	14,00	11,87	14,89	13,00	16,80	18,36	14,19
Vol.diário total gasto_lav._filtros e decant. + descargas		m ³	222,52	160,23	211,21	135,88	193,90	117,74	174,87	105,67	129,80	110,35	185,83	152,09	158,34
Perda_lavagens_filtros (diária)		%	1,24	1,15	1,32	1,02	1,05	0,87	1,00	0,87	1,05	0,90	1,11	1,11	1,06
Perda_descargas_decantadores		%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perda_lavagens_decantadores (água decantada)		%	0,33	0,00	0,37	0,00	0,34	0,00	0,46	0,00	0,00	0,00	0,48	0,00	0,17
Perda_início_lavagens_filtros (água decantada)		%	0,11	0,10	0,11	0,11	0,11	0,12	0,13	0,11	0,14	0,12	0,16	0,15	0,12
Perdas totais		%	1,68	1,25	1,80	1,13	1,51	0,99	1,60	0,98	1,19	1,02	1,75	1,26	1,35
Características da Água Tratada (média diária)	Cor	uH	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
	pH		7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
	Turbidez	uT	0,50	0,50	0,60	0,60	0,40	0,50	0,30	0,30	0,30	0,30	0,40	0,40	0,43
Volume médio diário distribuído		m ³	13.005,32	12.678,81	11.530,55	11.865,08	12.688,34	11.796,82	10.780,65	10.659,77	10.773,88	10.725,94	10.441,37	11.932,68	11.573,27
Energia elétrica consumida		kwh	24.272	25.748	23.247	22.796	22.181	19.885	19.803	20.418	20.097	-	20.685	-	21.913
Custo da Energia elétrica		R\$	6.143,75	6.208,02	5.825,50	6.600,18	6.906,49	6.442,15	6.063,63	6.089,65	5.997,88	-	6.220,57	-	6.249,78

Quadro 6.1 – Produtividade da ETA 1, referente ao ano de 2006. Fonte: Estudo acerca da produtividade das ETAs de Pequeno Porte (2006).

- **Perdas Físicas na ETA 1**

As perdas físicas na ETA 1 computadas no ano de 2006 foram mínimas, cerca de 1,3% do volume de água bruta tratada, conforme pode ser visto no Gráfico 6.1, tendo como principal motivo um controle rígido no processo de lavagens dos filtros (retrolavagem), que é realizado por meio de um reservatório elevado e, assim, estas são realizadas por gravidade, sendo considerado neste estudo como perdas as águas retidas nas calhas e as das resultantes das próprias retrolavagens, sendo o volume médio perdido em um dia com as lavagens dos filtros correspondente a cerca de 79% do volume médio total perdido em dia.

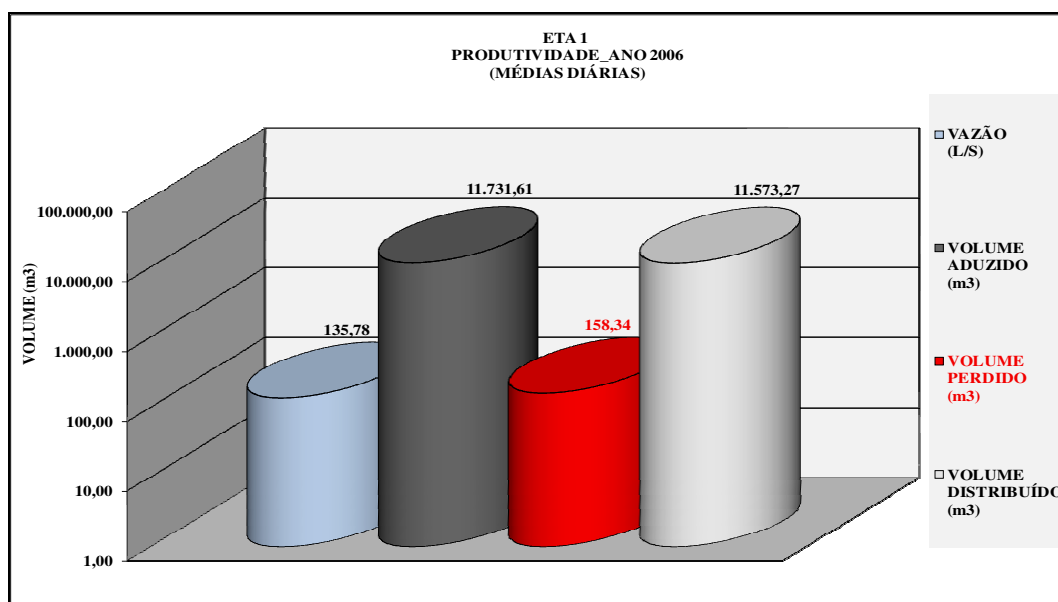


Gráfico 6.1 – A quantificação das perdas físicas da ETA 1.

Fonte: Mapa de Produtividade das ETAs de Pequeno Porte – CEDAE (2006).

Nesta ETA há outro fator importante que contribui para o baixo índice de perdas, cerca de 1,3% do volume de água bruta tratada, é o fato de não serem dadas descargas contínuas, pois o lodo fica acumulando nos decantadores por um período médio de 60 dias, sendo que, de acordo com Reali (1999), este procedimento representa um problema, pois lodos descartados em intervalos superiores a vinte dias, apresentam concentrações de sólidos totais maiores que 2,5%.

No início do ano de 2007, a gerência implantou nesta ETA, um sistema de recirculação da água de lavagem dos filtros, fazendo com que o índice de perda a ser contabilizado seja

somente quando da lavagem dos decantadores, considerando que segundo Di Bernardo, Centurione Filho e Di Bernardo (2002), esta alternativa, quando feita de forma regularizada é uma boa solução para as ETAs de ciclo completo, o que se configura neste caso específico.

- **Consumo de Produtos Químicos**

Os valores contidos no Gráfico 6.2 representam os produtos químicos que foram consumidos na ETA 1, em média diária (kg/dia), onde são mostradas as quantidades de: sulfato de alumínio sólido; cal hidratada; cloro gasoso e hipoclorito de sódio.

Esses valores são referentes ao ano de 2006 e nesta Figura estão representados os valores máximos e mínimos e os valores médios de todos os produtos químicos consumidos nos processos do tratamento da água.

No Gráfico 6.2 tem com destaque, em seus valores máximos, o consumo bastante alto do hipoclorito de sódio, que pela discrepância, em um único dia, pode ter sido devido a problemas no sistema de cloração, pois quando isto ocorre, há necessidade de se fazer a desinfecção com este produto, por um longo período, evitando que a ETA fique fora de carga por um longo período, segundo relato dos operadores.

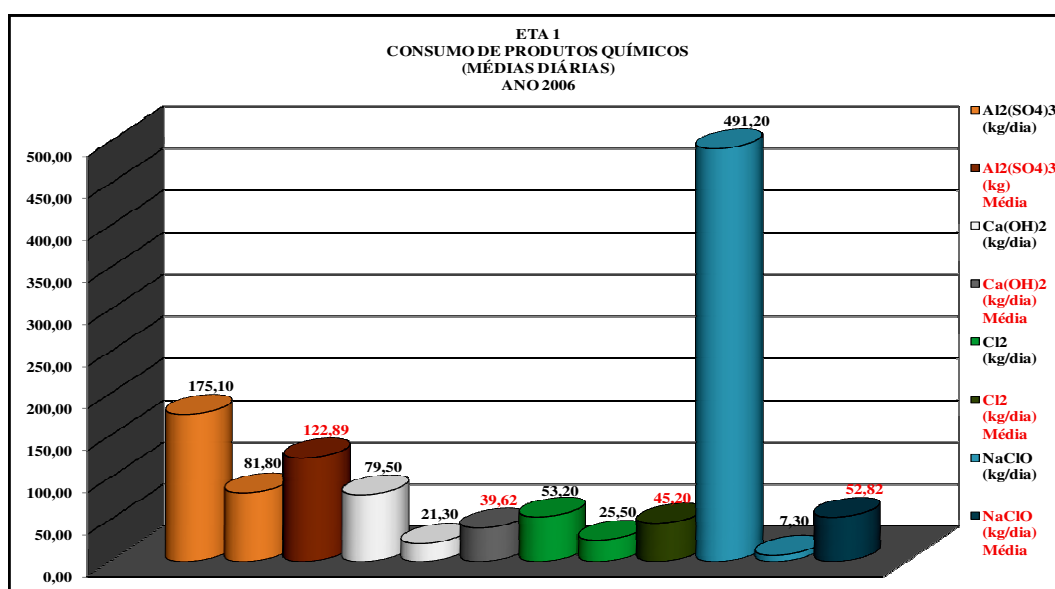


Gráfico 6.2 – Produtos químicos consumidos na ETA 1

Fonte: Mapa de Produtividade das ETAs de Pequeno Porte – CEDAE (2006).

A relação entre os valores médios diários do Gráfico 6.1 e os volumes aduzido e distribuído no Gráfico 6.2, fornece, em parte por milhão (ppm), as dosagens médias dos produtos químicos consumidos, dando o consumo em g/m^3 , como mostra a Tabela 6.1.

Analisando a Tabela 6.1, podem ser observados os valores com a dosagem do sulfato de alumínio, da cal hidratada, do cloro gasoso e do hipoclorito de sódio, em ppm.

Tabela 6.1 – Dosagens dos produtos químicos gastos na ETA 1. Valores médios diários.

Produtos Químicos (Valores médios)	Quantidades (kg/dia)	Volume Tratado (m^3/dia)	Volume Distribuído (m^3/dia)	Dosagens em ppm (g/m^3).
Sulfato de alumínio sólido	122,89	11.731,61	-	10,48
Cal hidratada	39,62	-	11.573,27	3,42
Cloro gasoso	45,20	-	11.573,27	3,91
Hipoclorito de sódio	52,82	-	11.573,27	0,37

Fonte: Mapa de Produtividade das ETAs de Pequeno Porte – CEDAE (2006).

Quanto às dosagens de cal hidratada, cloro gasoso e hipoclorito de sódio, os valores destas se mostram seguindo os mesmos padrões dos outros produtos químicos consumidos, ou seja, dentro da normalidade.

- **Parâmetros Físico-Químicos da Água Bruta e a Geração de Resíduos na ETA 1**

No Gráfico 6.3 são observadas as máximas, médias e mínimas diárias dos parâmetros cor, pH e turbidez, observando que seus valores não são muito altos, mostrando o que foi dito anteriormente com relação aos mananciais da ETA 1 de sofrerem poucos impactos ambientais significativos e serem, razoavelmente, preservados, devendo considerar os valores máximos devido ao período (novembro a março) das chuvas nesta região que são freqüentes e intensas.

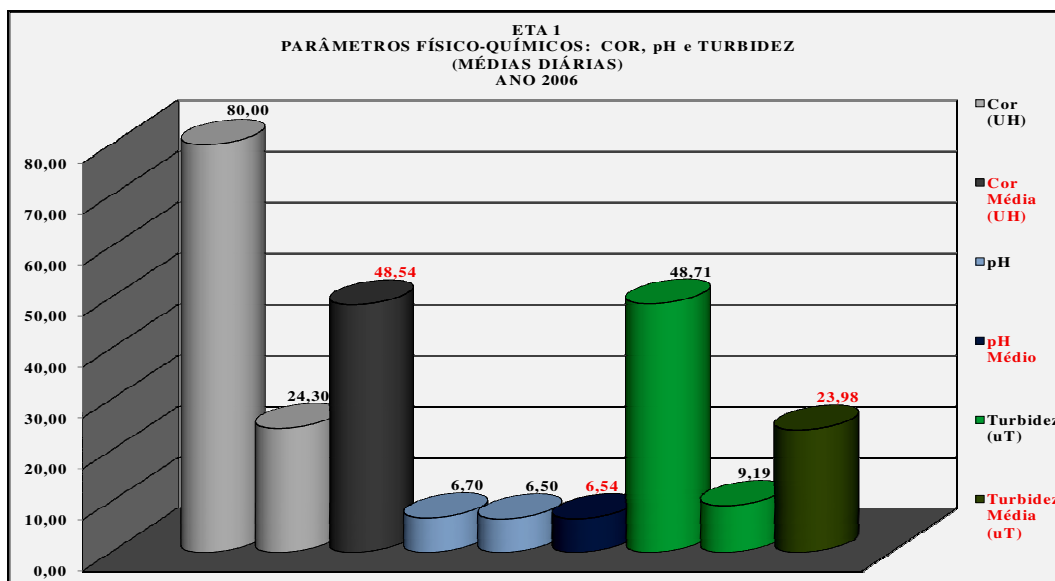


Gráfico 6.3 – Parâmetros físico-químicos da água bruta afluenta a ETA 1.
Fonte: Mapa de Produtividade das ETAs de Pequeno Porte – CEDAE (2006).

Quanto ao pH devido ao longo período de estiagem, seus valores quase não mudam, pois as características físico-químicas da água têm poucas mudanças, considerando que este parâmetro está ligado a alcalinidade da água, pode ser observado que a dosagem do sulfato de alumínio está em um valor razoável, ou seja não é elevado o seu consumo, indicando que a alcalinidade necessária para o processo de coagulação é suficiente, tendo seus valores entre 12 e 14 mg/L de CaCO_3 , de acordo com os boletins operacionais da ETA.

Os resíduos gerados na ETA 1 serão estimados através da fórmula pesquisada pela Water Research Center (WCR), baseando-se nos valores médios diários dos parâmetros cor e turbidez, constantes no Gráfico 6.3, utilizando também, o valor calculado da dosagem do sulfato de alumínio da Tabela 6.1.

Os cálculos são dados a seguir:

- Dados de entrada:

W = Quantidade de sólidos secos (kg/dia).

P = Produção de sólidos (kg de matéria seca/m³ de água bruta tratada).

Q = $1,36 \times 10^{-1} \text{ m}^3/\text{s}$ = Vazão da água bruta tratada.

C = 48,54 uH (unidade de Hazen) = Cor aparente da água bruta.

T = 23,98 uT (unidade de turbidez) = Turbidez da água bruta.

D = 10,48 g/m³ = Dosagem do sulfato de alumínio na água.

A = Outros aditivos, tais como Polímero e Carvão Ativado (mg/l).

S = Quantidade de sólidos secos (kg/ano).

k = 0,26 = Coeficiente de precipitação para o sulfato de alumínio.

Fórmula WCR:

$$P = (1,2 \times T + 0,07 \times C + k \times D + A) \times 10^{-3} \quad (6)$$

$$P = (1,2 \times 23,98 + 0,07 \times 48,54 + 0,26 \times 10,48 + 0) \times 10^{-3} = 3,49 \times 10^{-2} \text{ kg/ m}^3.$$

$$\underline{P = 3,49 \times 10^{-2} \text{ kg/ m}^3.}$$

$$W = 86.400 \times P \times Q = 8,64 \times 10^4 \times 3,49 \times 10^{-2} \times 1,36 \times 10^{-1} = 4,10 \times 10^2 \text{ kg/dia.} \quad (7)$$

$$\underline{W = 4,10 \times 10^2 \text{ kg/dia.}}$$

Considerando o valor de W - Quantidade de sólidos secos (kg/dia), pode ser estimada a quantidade de sólidos secos que esta ETA pode produzir em um ano, ficando o seguinte valor:

$$S = W \times 365 = 4,10 \times 10^2 \text{ kg/dia} \times 365 = 1,50 \times 10^5 \text{ kg/ano.} \quad (8)$$

$$\underline{S = 1,50 \times 10^5 \text{ kg/ano.}}$$

Dentro das condições apresentadas, esta ETA pode produzir, aproximadamente, 150 toneladas de resíduos por ano, no tratamento da água, mostrando a necessidade da disposição adequada de seus resíduos, considerando as determinações da NBR 10.004/2004 da ABNT.

- **Consumos e Custos Mensais da Energia Elétrica na ETA 1**

Os valores da energia elétrica consumida na ETA 1 são resultados da medição feita pela concessionária, junto com os de uma elevatória de distribuição de água tratada, com dois conjuntos moto-bombas de 7,5 HP cada, sendo a tensão de 220V (Menezes, 2006).

Esta elevatória é utilizada para abastecer moradores que residem acima da cota da ETA.

O Gráfico 6.4 mostra que nos meses de estiagem há uma diminuição no consumo de energia, em kWh, devido à escassez das chuvas, quando no período noturno é possível até que se desligue um grupo da elevatória de água bruta.

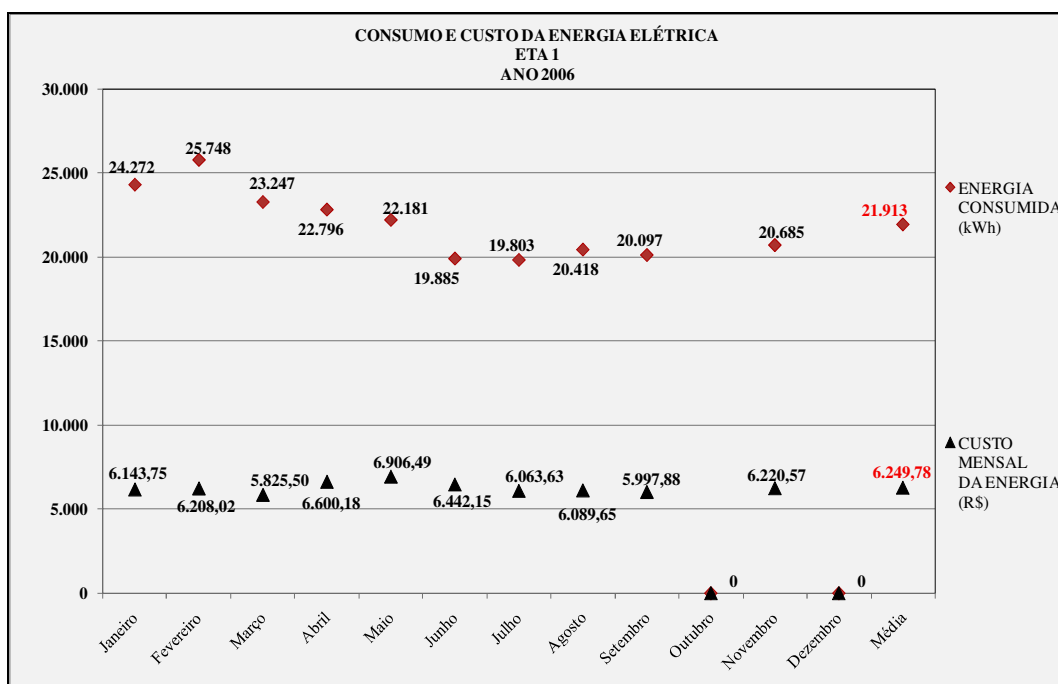


Gráfico 6.4 – Dados da Energia Elétrica consumida e o seu custo na ETA 1.

Fonte: Mapa de Produtividade das ETAs de Pequeno Porte – CEDAE (2006).

Isto reflete em economia de energia na ETA, devido ao menor uso da bomba que é usada para encher o reservatório de água de lavagem de filtros, pois com menos água no sistema e, tendo esta melhor qualidade, os filtros são menos exigidos, apresentando maiores tempos de corrida.

Somando a isso tem a menor demanda por parte dos habitantes que são abastecidos pela elevatória de água tratada, sendo possível diminuir o tempo em que esta permanece ligada.

A economia de energia elétrica é acompanhada de um menor custo financeiro desta, como pode ser observado no Gráfico 6.4.